

Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
Planejamento Urbano e Regional

Débora Antunes Pereira

**LUGAR E MEMÓRIA: ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOESPACIAL DO
DESLOCAMENTO DOS MORADORES DAS CIDADES DE NATIVIDADE DA
SERRA E REDENÇÃO DA SERRA EM 1973-1974**

São José dos Campos - SP
2022

Débora Antunes Pereira

**LUGAR E MEMÓRIA: ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOESPACIAL DO
DESLOCAMENTO DOS MORADORES DAS CIDADES DE NATIVIDADE DA
SERRA E REDENÇÃO DA SERRA EM 1973 - 1974**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, como complementação dos créditos necessários para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lidiane M. Maciel
Co-Orientadora: Dra. Valéria R. Zanetti

São José dos Campos - SP
2022

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Pereira, Débora Antunes

LUGAR E MEMÓRIA: ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOESPACIAL DO DESLOCAMENTO DOS MORADORES DAS CIDADES DE NATIVIDADE DA SERRA E REDENÇÃO DA SERRA EM 1973 - 1974 / Débora Antunes Pereira; orientadora, Lidiane Maria Maciel; co-orientadora Valéria Regina Zanetti. - São José dos Campos, SP, 2022.

132 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

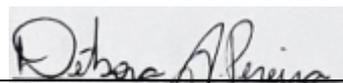
1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Planejamento Urbano. 3. Lugar. 4. Memória. 5. Deslocamento de População. I. Maciel, Lidiane Maria, orient. II. Zanetti, Valéria Regina, co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Débora Antunes Pereira, autor(a) da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 14 de Abril de 2022.



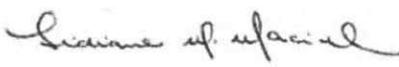
Autor(a) da Obra

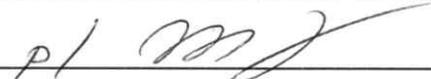
Data da defesa: 25/ 02/ 2022

DÉBORA ANTUNES PEREIRA

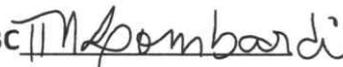
“LUGAR E MEMÓRIA: ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOESPACIAL DO DESLOCAMENTO DOS MORADORES DAS CIDADES DE NATIVIDADE DA SERRA E REDENÇÃO DA SERRA 1973 - 1974.”

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

PROF.^ª DR.^ª LIDIANE MARIA MACIEL 

PROF.^ª DR.^ª VALÉRIA REGINA ZANETTI 

PROF.^ª DR.^ª MARIA APARECIDA CHAVES RIBEIRO PAPALI 

PROF.^ª DR.^ª THAIS TARTALHA DO NASCIMENTO LOMBARDI - UFABC 

Prof.^ª Dr.^ª Lúcia Vieira

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 25 de fevereiro 2022.

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho foi realizada por várias mãos; diversas pessoas que me incentivaram de formas diretas e indiretas, tornando uma ação difícil de citar cada uma das pessoas que me ajudou na construção desta dissertação. Mas irei pontuar a maior parte possível neste singelo agradecimento.

Primeiramente aos meus pais que fizeram tudo em seu alcance para que eu perseverar neste meu sonho, sobretudo à minha mãe que apesar de seus próprios sonhos tivessem sido interrompidos em sua juventude, sempre me apoiou e incentivou para que eu não desistisse, mesmo que para isso ocorresse fosse necessário passar por inúmeras dificuldades, mas ela se tornou o meu suporte ao longo de toda essa caminhada.

Agradeço à toda minha família que me deram suporte e apontaram caminhos, principalmente aos meus primos Júlio e Andressa e meu irmão Orlando. E cabe aqui também agradecer aos meus sogros e minhas cunhadas, por me darem suporte mental e técnico para que esse trabalho fosse realizado. E também ao Júlio Pimenta que esteve comigo em todos picos de stress e ansiedade, não me deixou desistir e me incentivou a concluir este mestrado, que me ajudou a superar este período pandêmico e me auxiliou com as questões técnicas e de locomoção para a realização e conclusão desta dissertação.

Não posso deixar de citar meus amigos e colegas que espantaram as minhas incertezas e não me deixaram desanimar ou a me afundar nas minhas inseguranças durante todo o período de construção deste trabalho; principalmente a Ana Laura Monteiro e Ana Maria Rosado.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Aos professores do PLUR que contribuíram na elaboração e construção deste trabalho, em especial às minhas orientadoras Valéria Zanetti e Lidiane Maciel, que não desistiram de mim e me auxiliaram apesar de minhas dificuldades. Um agradecimento especial à professora da FEAU-UNIVAP Maria Regina que me tirou diversas dúvidas em relação a construções de represas e barragens, me permitindo entender essa construção por uma nova perspectiva.

Agradeço também ao Instituto Paiolino, Instituto Chão Caipira, Instituto H&H Fauser e a Fundação Cultural Benedicto Siqueira e Silva por sempre estarem

disponíveis para a realização de minhas pesquisas em seu acervo, em especial à Larissa Neli, João Carlos Faria e Ana Néri.

Um agradecimento em especial a todos aqueles que aceitaram ser entrevistados por mim e contribuíram profundamente para com essa pesquisa e a tornou mais significativa, e também a todos que me auxiliaram para encontrar os entrevistados.

Á todos vocês meu agradecimento eterno.

Somente aqueles que vivem guardando essas lembranças num cantinho do coração são capazes de se tornarem mais fortes, mais calorosos, mais flexíveis. A felicidade é conquistada justamente por quem age assim (Jo Yong, 2021).

RESUMO

O estudo tem como tema os impactos da construção da represa Paraibuna e Paraitinga na vida dos moradores das cidades de Natividade da Serra/SP e Redenção da Serra/SP, inundadas na década de 1970. Essa discussão se realizou à luz dos conceitos de “Lugar”, de Milton Santos (2006) e de Tuan (1983); de “Memória Coletiva”, de Maurice Halbwachs (1968); de “Identidade cultural” de Stuart Hall (2006) e de “Comunidades Imaginada” de Benedict Anderson (2013). Tem como pressuposto o espaço como algo construído socialmente e, a memória, como substrato das relações que moldam os espaços. Dessa forma, esse estudo pretende ser uma contribuição para se pensar em um planejamento urbano que considere a memória como parte importante no processo de realocação. Nesse sentido, o objetivo geral consiste em estudar como e por que as memórias dos antigos moradores dos espaços submersos permanecem como referências para a população realocada. Os métodos foram baseados em análise qualitativa, sustentada por fontes oficiais publicadas como o Relatório da Comissão Mundial de Barragens (2000); relatórios da AGEVAP, CEIVAP e CESP; além de entrevistas com 7 participantes da pesquisa, e a netnografia de páginas criadas em redes sociais por ex-moradores. Como resultados considera-se que o empreendimento da barragem, iniciado em 1964, provocou impactos não só ambientais como também sociais, marcando a memória coletiva dos moradores deslocados, que vivem alicerçados pelas lembranças dos lugares submersos.

Palavra-chave: planejamento urbano; lugar; memória; deslocamento de população.

PLACE AND MEMORY: ANALYSIS OF THE SOCIO-SPATIAL IMPACT OF THE REPLACEMENT OF RESIDENTS FROM THE CITIES NATIVIDADE DA SERRA AND REDENÇÃO DA SERRA IN 1973 – 1974

ABSTRACT

The study has as its theme the impacts of the construction of the Paraibuna and Paraitinga dam on the lives of the residents of the cities of Natividade da Serra/SP and Redenção da Serra/SP, flooded in the 1970s. This discussion took place in the light of the concepts of "Place", by Milton Santos (2006) and Tuan (1983); from "Collective Memory", by Maurice Halbwachs (1968); Stuart Hall's "Cultural Identity" (2006) and Benedict Anderson's "Imagined Communities" (2013). It presupposes space as something socially constructed and memory as a substrate of the relationships that shape spaces. In this way, this study intends to be a contribution to think about an urban planning that considers memory as an important part in the relocation process. In this sense, the general objective is to study how and why the memories of former residents of submerged spaces remain as references for the relocated population. The methods were based on qualitative analysis, supported by official published sources such as the World Commission on Dams Report (2000); AGEVAP, CEIVAP and CESP reports; in addition to interviews with 7 research participants, and the netnography of pages created on social media by former residents. As a result, it is considered that the dam project, started in 1964, caused not only environmental but also social impacts, marking the collective memory of displaced residents, who live based on memories of submerged places.

Keyword: urban planning; place; memory; population displacement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização das cidades atingidas no Estado de São Paulo e Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.....	16
Figura 2 – Inundação no centro urbano de Paraibuna-SP (sem data).....	17
Figura 3 - Localização da represa Paraibuna/Paraitinga.....	20
Figura 4: Localização dos dois municípios.....	25
Figura 5 – Atual Natividade da Serra – SP (sem data).....	27
Figura 6 – Atual Redenção da Serra – SP (sem data).....	30
Figura 7: Monumento ao fim da Escravidão em Redenção da Serra - SP (sem data)..	31
Figura 8: Vista da antiga cidade de Redenção da Serra com os casarões (sem data).	31
Figura 9: Vista da cidade de Redenção da Serra (sem data).....	32
Figura 10: Vista atual do antigo núcleo urbano de Redenção da Serra (sem data)..	32
Figura 11: Mapa de localização da antiga e nova cidade de Natividade da Serra – SP (2021).....	36
Figura 12: Mapa de localização da antiga e nova cidade de Redenção da Serra – SP (2021).....	37
Figura 13: Vista aérea de Natividade da Serra – SP (1939).....	38
Figura 14: Vista aérea de Redenção da Serra – SP (1939).....	38
Figura 15: Croqui da antiga Natividade da Serra – SP (1942).....	39
Figura 16: Croqui da antiga Redenção da Serra – SP (1942).....	40
Figura 17: Queda d'água da Usina Félix Guisard em Redenção da Serra (sem data).	41
Figura 18: Vista da Usina de Félix Guisard (sem data).....	41
Figura 19: Desenho esquemático para a UHE de Caraguatatuba.....	44
Figura 20: Esquema geral do aproveitamento Hidrelétrico dos rios Paraíba do Sul, Pirai e Ribeirão das Lajes.....	45
Figura 21: Túnel de desvio, imagem do interior da obra.....	46
Figura 22: Vista do interior do túnel de desvio.....	47
Figura 23: A inauguração da Usina Hidrelétrica de Paraibuna-SP (1978).....	51
Figura 24: Discurso e corte da faixa de Inauguração da Usina Hidrelétrica de Paraibuna-SP (1978).....	52
Figura 25: Atual Matriz de Redenção da Serra - SP (sem data).....	59
Figura 26: Brasão de Natividade da Serra – SP.....	60
Figura 27 – Cidade antiga de Redenção da Serra - SP (Ao fundo, as obras de construção da nova cidade).....	66
Figura 28: Fotografia do antigo Coreto da Praça da Matriz de Redenção da Serra – SP (Década de 1960).....	90
Figura 29: Planta do antigo Bairro Alto em Natividade da Serra – SP.....	93
Figura 30: Mapa de Natividade da Serra - SP antes da inundação (2014).....	94
Figura 31: Nuvem de palavras mais utilizadas nos comentários das redes sociais “Resgatando a História de Natividade da Serra - SP” e “Redenção de todos os tempos”.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução populacional de Natividade da Serra (1970-2020)	26
Tabela 2: Evolução populacional de Redenção da Serra (1970-2020).....	29
Tabela 3: Áreas alagadas e propriedade afetadas com a instalação da usina nos municípios de Paraibuna, Natividade da Serra e Redenção da Serra.....	53
Tabela 4: Evolução da população nos municípios afetados.....	54
<i>Tabela 5: Valores das Indenizações pagas aos proprietários afetados pela construção da UHE Paraibuna.....</i>	<i>64</i>

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Impactos ambientais e sociais provocados pela instalação da Usina Hidrelétrica de Paraibuna.....	55
Quadro 2: Perfil dos Participantes de Pesquisa.....	78
Quadro 3: Opiniões dos participantes de pesquisa em relação à obra.....	100

LISTA DE SIGLAS

AGEVAP - Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

CEIVAP - Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul

CESP - Companhia Energética de São Paulo

CMB - Comissão Mundial de Barragens

DAEE - Departamento de Águas e Energia Elétrica

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGC – Instituto Geográfico e Cartográfico

ISP - Inspetoria de Serviços Públicos

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo

PIB - Produto Interno Bruto

PMNS - Prefeitura Municipal de Natividade da Serra

PMRS - Prefeitura Municipal de Redenção da Serra

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento

PP - Participante de Pesquisa

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

SESC - Serviço Social Comércio

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

UCN – União para Conservação Mundial

UE - Usina Elevatória

UHE - Usina Hidrelétrica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 NATIVIDADE DA SERRA, REDENÇÃO DA SERRA E UHE PARAIBUNA: UMA BREVE HISTÓRIA.....	25
2.1 Origem do núcleo urbano de Natividade da Serra – SP.....	26
2.2 Origem do núcleo urbano de Redenção da Serra – SP.....	28
2.3 História da Usina Hidrelétrica de Paraibuna-SP.....	40
3 ESPAÇO, LUGAR, IDENTIDADE E MEMÓRIA: COMUNIDADES IMAGINADAS.....	56
3.1 Política de Remoção e Reassentamento da população de Natividade da Serra - SP e Redenção da Serra - SP para as novas localidades.....	60
4 MEMÓRIAS SUBMERSAS E PLANEJAMENTO URBANO: RELATOS DOS MORADORES REASSENTADOS.....	76
4.1 Visão dos entrevistados em relação ao processo de deslocamento.....	76
4.2 Netnografia, análise das lembranças digitais compartilhadas em Rede Social.....	88
4.3 Por um Planejamento Urbano que considere a memória como parte importante no processo de realocação.....	96
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS.....	109
ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO.....	115
ANEXO B: ROTEIRO DE PERGUNTAS.....	118
ANEXO C: PÁGINA REDENÇÃO DE TODOS OS TEMPOS 01.....	119
ANEXO D: PÁGINA REDENÇÃO DE TODOS OS TEMPOS 02.....	120
ANEXO E: PÁGINA REDENÇÃO DE TODOS OS TEMPOS 03.....	121
ANEXO F: PÁGINA REDENÇÃO DE TODOS OS TEMPOS 04.....	122
ANEXO G: PÁGINA REDENÇÃO DE TODOS OS TEMPOS 05.....	123
ANEXO H: PÁGINA REDENÇÃO DE TODOS OS TEMPOS 06.....	124
ANEXO I: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 01.....	125
ANEXO J: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA-SP 02.....	126
ANEXO K: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 03.....	127
ANEXO L: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 04.....	128
ANEXO M: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 05.....	129
ANEXO N: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 06.....	130

ANEXO O: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 07.....	131
ANEXO P: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 08.....	132
ANEXO Q: AUTORIZAÇÃO INSTITUTO PAIOLINHO.....	133

APRESENTAÇÃO

Vários são os interesses dos pesquisadores das diferentes áreas do conhecimento em estudar os deslocamentos humanos. Como paraibunense, sempre tive curiosidade em saber como se deu a transferência da população dos antigos municípios de Natividade da Serra e Redenção da Serra para os novos, com a instalação da represa Paraibuna/Paraitinga.

O motivo que me levou a compreender melhor o que de fato aconteceu surgiu há nove anos, quando passei a formular entendimentos. Ter crescido na cidade de Paraibuna e ter convivido com pessoas que guardavam na memória o passado daqueles espaços foi fator crucial para que desse os primeiros passos no sentido de formalizar estudos mais científicos, de âmbito acadêmico.

Como toda cidade do interior, uma das características mais marcantes dos moradores desse lugar é a “contação de causos”. Para narrá-los, não há um lugar específico; eles acontecem na rua, na estrada, na loja, no armazém, enfim, seja aonde for, lá está alguém para falar das histórias dos lugares que deixaram de existir fisicamente, mas que vivem nas memórias e imaginário social. Tive o prazer de visitar os locais onde aquelas histórias supostamente teriam acontecido.

Quando iniciei o curso de turismo sustentável no período do ensino médio, tive contato com mais histórias sobre aqueles lugares, para passá-las para os turistas que visitavam a cidade. Como todo curso técnico, no final, era necessário a construção de um projeto. Para formulação desses projetos, um dos grupos escolheu como tema a história da construção da barragem Paraibuna e Paraitinga, barragem que forçou os avós dos membros do grupo a saírem de suas terras e se assentarem em um novo lugar. Ao colaborar com a pesquisa do grupo na coleta de relatos sobre as antigas cidades, deparei-me com relatos curiosos. As pessoas contavam histórias e causos; narram aventuras em locais que passavam a existir apenas em suas memórias.

Ao coletar os relatos das pessoas, resgatei vivências não mais possíveis. Isso me fez ingressar no curso de história, no desejo de reconstruir, por meio das narrativas, aqueles espaços perdidos e possibilitar às futuras gerações, o acesso a essas informações. Obviamente, tinha uma visão um tanto quanto romantizada dessa ciência, que hoje, como graduada, sei que vai muito além disso.

Durante a graduação, em algumas situações, passei a me questionar: como seria viver na pele uma situação de deslocamento compulsório e reassentamento

involuntário provocada por um projeto de governo que implicava na inundação do meu espaço de vida? Confesso que mesmo com a vontade que tenho de ir para outros lugares e até mesmo de viver longe daqui saber que minha Paraibuna ainda estará no mesmo lugar e com o mesmo aspecto me gera um conforto inexplicável.

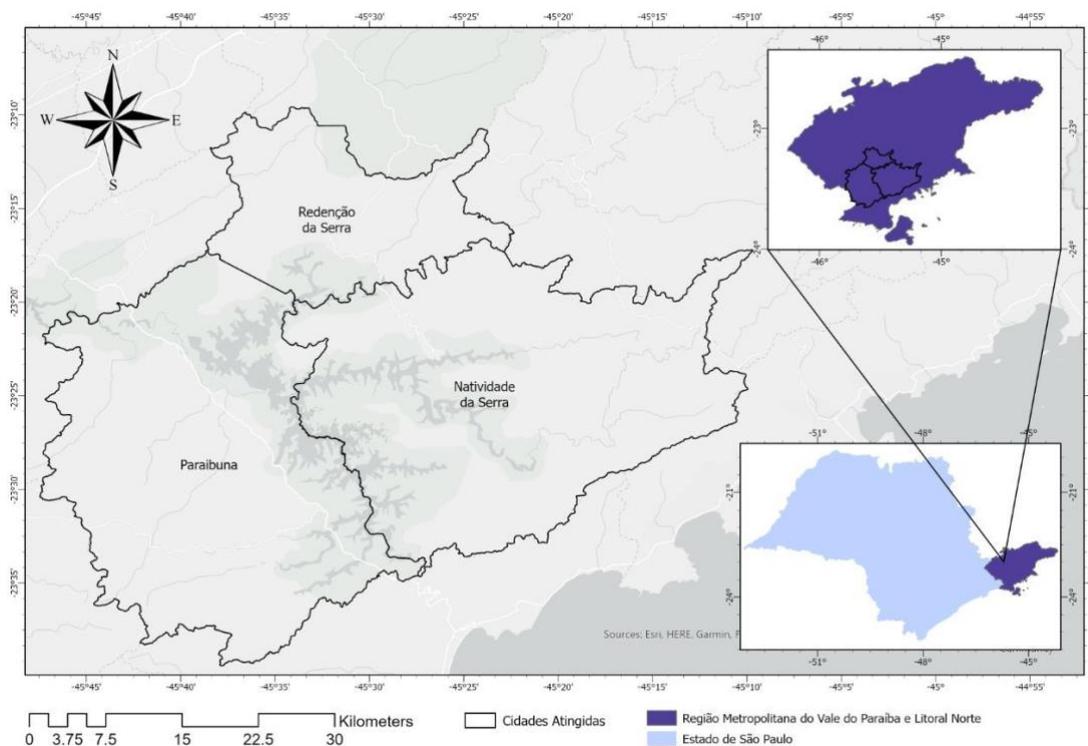
Desse modo, surgiu o intuito de contar essa história a partir do ponto de vista dos afetados, colocando não a obra como protagonista, mas a visão dos ex-moradores como ponto principal da pesquisa. A construção da Hidrelétrica se tornou o meu tema do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no curso de História da Universidade do Vale do Paraíba (Univap) em 2020. Neste texto, que eu encarei como ponto de partida, analisei os impactos socioespaciais da construção da represa Paraibuna/Paraitinga, traçando um pouco da história, com um enfoque maior na cidade de Paraibuna; e uma das fontes utilizadas foi o documentário: “Lá que noi foi criado” (2014), documentário no qual foi resultado final do projeto que eu acompanhei durante meu curso de Turismo Sustentável.

Ao me graduar, passei a me interessar ainda mais em estudar aquelas histórias e como as pessoas foram impactadas com a construção da represa. Queria entender melhor as frases que ouvia: “Sou de Natividade Velha”; “Vivo aqui, mas eu de verdade, sou de Redenção Velha”. Com essa motivação prossegui meus estudos, agora no mestrado, para conseguir compreender melhor as nuances das questões que envolvem memória e identidade, dando voz àqueles que passaram pelo deslocamento forçado e que cresceram e viveram boa parte de suas vidas em lugares que hoje só existem em suas lembranças.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 1964 teve início a construção da barragem Paraibuna/Paraitinga, obra que durou cerca de 14 anos, localizada no Vale do Paraíba Paulista abrangendo três municípios: Natividade da Serra, Redenção da Serra e Paraibuna, como mostra a Figura 1.

Figura 1 - Localização das cidades atingidas no Estado de São Paulo e Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte



Fonte: Elaborado pela Autora, 2022. (Carta cartográfica: WGS 1984. Programa utilizado: ArcGis pro).

O objetivo principal da barragem consistia em diminuir as enchentes causadas pela cheia do Rio Paraibuna (Figura 2), que passava pela cidade de mesmo nome, além do controle da vazão de água e produção energética (KÜHL, 1995).

Figura 2 – Inundação no centro urbano de Paraibuna-SP (sem data).



Fonte: Fundação Cultural Benedito Siqueira e Silva, Centro de Memória (2018)

Existem diversas formas para a produção de energia: termoelétrica, fotovoltaica, eólica, nuclear e hidrelétrica. A primeira hidrelétrica foi construída no final do século XIX em um trecho das cataratas do Niágara, entre os Estados Unidos e o Canadá, quando o carvão era o principal combustível e o petróleo ainda não era muito utilizado.

A produção de energia hidrelétrica foi algo revolucionário para a época. Para se ter uma ideia comparativa do tamanho do impacto da energia hidrelétrica na economia, no período entre Guerras (1919-1938), Portugal conseguiu poupar “cerca de 1.406.676 toneladas de carvão importado [da Inglaterra], ou seja, o equivalente a 8% do total das aquisições ao estrangeiro” (MORATI, 2013, p. 36-37). A energia elétrica gerada por hidrelétricas chegou aos países europeus com cerca de dez anos de atraso em comparação com o Brasil e os Estados Unidos.

No ano de 1889, foi inaugurada a primeira hidrelétrica do país e da América Latina, na cidade de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais, com a captação do rio Paraibuna (afluente que se localiza no médio Paraíba do Sul) que deságua no rio Paraíba do Sul (FAERMAN, 2020). No Brasil, a geração de energia hidrelétrica se deu devido, por um lado, à nossa escassez de carvão mineral, ao alto custo de sua importação e do custo da geração a óleo. Por outro lado, a abundância de rios levava à produção de energia hidrelétrica (MORATI; FERRÃO, 2014).

O recurso hídrico, desde o início do século XX, quando o mundo tinha cerca de 45 mil grandes reservatórios, manteve-se como a principal geração de energia e um dos principais utilizados no Brasil (SOARES, 2011). A construção de hidrelétricas

implica no alagamento de uma grande área, provocando impactos não só na flora e na fauna, nos sistemas terrestres aquáticos, geológicos, climáticos, hídricos, como também na vida das pessoas atingidas, com forte impacto nas identidades culturais e em suas atividades (SOARES, 2011).

Sabe-se que a produção de energia no país esteve vinculada aos recursos da produção do café e às suas demandas, o que possibilitou o incentivo ao desenvolvimento industrial. Foi o capital cafeeiro que promoveu o investimento industrial, de forma direta e indireta (CANO, 2007, p. 135), quando a necessidade de otimizar as novas atividades produtivas estimulou a mecanização da produção e a introdução da energia elétrica.

Diferentes tipos de incentivos foram efetuados para o desenvolvimento do setor industrial no Brasil. Penna (1999, p. 191) citou alguns dos investimentos na área, sobretudo após 1940, quando o governo passou a priorizar os investimentos de base:

Chegou-se a elaborar um plano quinquenal que consagrava fundamentalmente a instalação de uma usina de aço, uma hidrelétrica em Paulo Afonso, a construção de fábricas para a aviação, a drenagem de São Francisco, além da intenção de compra na Alemanha de navios para o Lloyd brasileiro e de aviões.

Com o esgotamento do modelo agroexportador durante a depressão econômica mundial de 1929, o Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas em 1937, visava tornar o país cada vez mais independente e industrializado, o que impulsionou o investimento em indústrias de base e o incentivo à exportação dos produtos nacionais para diminuir as importações. O impulso do Estado na produção industrial, por sua vez, demonstrou que:

Os princípios do liberalismo com base na iniciativa privada e na livre-concorrência eram considerados inadequados para o desenvolvimento da economia nacional. O Estado Novo opta por uma política econômica de base, privilegiando os grupos industriais (PENNA, 1999, p.192).

Vargas apostou no setor siderúrgico, na exploração do petróleo e na energia elétrica como fatores cruciais para diversificar a economia, substituir as importações e estimular a industrialização (LEOPOLDI, 2007).

No começo do século XX, foram instaladas as primeiras usinas hidrelétricas e termelétricas no país, concentradas no estado de São Paulo (CANO, 2007). Com o capital acumulado das produções de café e com os incentivos do governo, o estado de São Paulo teve um destaque maior no desenvolvimento industrial. Esse estado

também contava com a fartura de água doce e com a possibilidade de utilizá-la para o represamento, o que estimulou a instalação de hidrelétricas.

O projeto de construção do represamento dos rios Paraibuna e Paraitinga se iniciou no período da ditadura civil-militar (1964-1985), mas já tinha sido pensado no fim do século XIX e início do XX, com o avanço industrial impulsionado principalmente pela plantação de café no estado de São Paulo (KÜHL, 1995). O enfrentamento da crise instaurada no país, provocada pela crise do petróleo na década de 1970, levou à criação do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 -1979). Esse plano institui que:

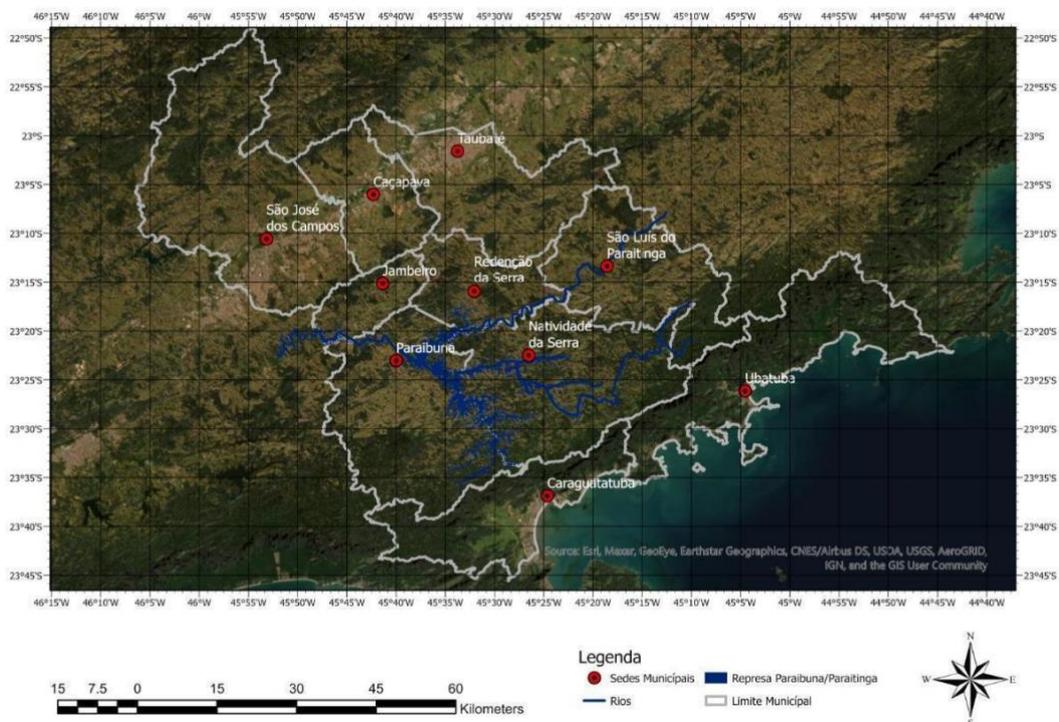
no longo prazo, deve o Brasil prover internamente suas fontes básicas de energia. Uma estratégia nesse sentido levará pelo menos uma década, e dependerá essencialmente dos resultados da prospecção de petróleo, da exploração do xisto, da descoberta de significativas jazidas de urânio e da melhor solução que a tecnologia mundial encontrar para a principal nova forma de energia, em substituição ao petróleo (BRASIL, 1974, p. 82).

A necessidade de aumentar a geração de energia, considerando a abundância de rios existentes no estado de São Paulo, levou à construção de hidrelétricas na região, o que viabilizou a substituição do petróleo e a geração de empregos.

Kühl (1995) explica no livro “A COMEPA e o Alto Paraíba” que durante a década de 1920, com estagnação e regressão econômica e demográfica atingiram níveis críticos no Vale do Paraíba, dessa forma, iniciam-se os primeiros movimentos para a recuperação. O Vale então passou por uma regularização do curso do Paraíba do Sul, acreditando-se que com a ausência das enchentes periódicas, principalmente ocorridas na cidade de Paraibuna - SP, as várzeas estariam livres para o plantio durante todo o ano (KÜHL, 1995, p. 25).

Os municípios de Paraibuna – SP, Natividade da Serra - SP e Redenção da Serra - SP, localizados no interior do estado de São Paulo, pertencentes ao Vale do Paraíba Paulista, foram os municípios atingidos pelas águas do represamento. Os centros urbanos das duas últimas e parte da área rural dessas três cidades foram inundadas; na somatória das três cidades, cerca de 1.269 propriedades foram afetadas pelas águas (ASSOCIAÇÃO..., 2007). Fundamentalmente rurais, esses municípios, localizados em terras de várzeas, tinham como principal fonte de renda a agricultura familiar e a pecuária leiteira (Figura 3).

Figura 3 - Localização da represa Paraibuna/Paraitinga



Fonte: Elaborado pela Autora, 2021. (Carta cartográfica: WGS 1984. Programa utilizado: ArcGis pro)

Com o deslocamento abrupto, os moradores tiveram que se readaptar aos novos locais, que não só passaram a ter os mesmos nomes das cidades inundadas, como foram constituídos a partir das antigas memórias que ligavam os moradores às cidades submersas. Características arquitetônicas das cidades alagadas foram propositalmente referenciadas na construção das novas cidades, bem como as lembranças da “cidade velha” passaram a moldar as novas identidades.

Este estudo, de natureza qualitativa e exploratória, busca compreender a visão dos ex-moradores das antigas cidades em relação ao processo de deslocamento, pautada no estudo da memória e da identidade. O objetivo geral do estudo é entender como se deu o processo de realocação dos moradores das atuais cidades de Natividade da Serra e Redenção da Serra e sua relação com os novos espaços a partir do estudo da identidade. Como objetivos específicos pretende-se analisar se existem elos de memória do espaço antigo que unem as duas localidades e investigar os efeitos da memória como substrato para reafirmação das identidades locais.

Parte-se da hipótese que a abrupta remoção dos moradores de Natividade da Serra e Redenção da Serra para acomodar a represa Paraibuna/Paraitinga não só causou um impacto nas vidas dos moradores antigos, como fortaleceu o elo que tinham com os espaços inundados, que ainda são utilizados como referências no espaço reacomodado.

Para o desenvolvimento da pesquisa trabalhou-se alguns conceitos norteadores: “Memória Coletiva” de M. Halbwachs (1968), “Identidade Cultural” de S. Hall (2006), “Lugar” de Milton Santos (2006) e Tuan (1983). Os conceitos de espaço, lugar, identidade e memória, frequentemente trabalhados em diversas áreas de estudos, em especial, neste estudo, foram fundamentais para compreender o sentido de comunidade que subsiste nas duas cidades, baseado nos estudos de Bauman (2003).

Realizou-se levantamento de dados a partir de jornais, mapas e fotografias (retirada de sites oficiais de instituições e/ou organizações ligadas às cidades ou ao empreendimento), além da utilização de relatórios da AGEVAP, CEIVAP, CESP e o Plano Diretor de Natividade da Serra (NATIVIDADE DA SERRA, 2017). Apoiadas pelas referências bibliográficas e páginas de rede social (*Facebook*) criadas por ex-moradores com o intuito de manter a relação com o antigo lugar, elas serão utilizadas com o apoio da Netnografia. A netnografia, método etnográfico para analisar comunidades e culturas virtuais por meio de pesquisa virtual, foi utilizada como ferramenta de obtenção de subsídios para o estudo (KOZINETS, 2014).

Os primeiros *blogs* pessoais começaram a surgir no ciberespaço por volta de 1997, e ali também se iniciou uma “cultura virtual”. A partir dessas postagens se encontrou um meio repleto de informações geradas por “comunidades online”, com ricas informações culturais (MONTARDO; PASSERINO, 2006). Kozinets (2014) comenta sobre a vantagem dessas informações, que já vem disponibilizadas na forma escrita, uma vez que entrevistas, por exemplo, demandam necessidades de transcrição ao final da abordagem com o participante da pesquisa. Para que as páginas sejam analisadas, foram realizadas as capturas de tela com os devidos cuidados para não identificação dos nomes e dos rostos dos membros dos grupos virtuais, para assegurar a privacidade dos usuários.

O *Facebook* é uma rede social que se popularizou nos últimos anos, permitindo com que diversas pessoas se conectem não apenas por se conhecerem fora do digital,

mas também por ter as possibilidades de interagir com pessoas que tenham o mesmo tipo de interesse.

Dependendo das políticas internas de cada página, ela pode ser pública, sem a necessidade de pedido de permissão ao criador da página, ou privadas, que requer uma autorização prévia. As páginas virtuais que serão trabalhadas neste estudo são de livre acesso; em outras palavras, públicas, dentro das políticas do *Facebook*. Apesar das publicações serem de caráter público, todas as imagens e relatos sobre elas não foram identificados, para preservar o anonimato e a privacidade dos usuários.

No livro “Netnografia: Realizando Pesquisa Etnográfica Online”, Kozinets (2014) comenta que, na atual sociedade, as pessoas acabam se voltando para as “comunidades” *on-line* para se sentirem pertencentes a uma rede de pessoas que compartilham de algo em comum.

As redes sociais, vasto campo para os netnógrafos, “dão grande significado ao fato de que as pessoas se voltam às redes de computador para participar de fontes de cultura e obter o senso de comunidade” (KOZINETTS, 2014, p.10). Nesta mesma obra, o autor explica que, para se fazer eficaz este método, é necessária a entrada do pesquisador dentro das comunidades e a utilização de *download* dos materiais utilizados para a realização da análise. Em nossa pesquisa, a análise foi realizada a partir de capturas de telas, tiradas das páginas: “Resgatando a História de Natividade da Serra – SP” e “Redenção de Todos os Tempos”, observando-se a interação e a reação dos usuários a partir das fotos e/ou vídeos postados na comunidade. Nas citações literais trazidas na seção 3, a utilização dos asteriscos refere-se à ocultação dos nomes e dados pessoais dos internautas.

No entanto, ainda, a principal fonte do estudo é composta por entrevistas semiestruturadas, com nove perguntas endereçadas a 7 pessoas das antigas cidades que vivenciaram a construção do empreendimento e a transposição dos moradores.¹

Os critérios de inclusão dos participantes da pesquisa restringem-se às pessoas que moraram nas cidades de Natividade da Serra no ano de 1973 e de Redenção da Serra em 1974, datas referentes aos deslocamentos ocorridos em cada município, e às pessoas que presenciaram o deslocamento e a construção da barragem. Para a seleção dos participantes da pesquisa a primeira abordagem foi de

¹ Essa pesquisa teve a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Univap (CEP/UNIVAP) e recebeu o CAEE: 45030921.4.0000.5503.

utilizar o método de amostragem bola de neve, segundo Vinuto (2014), esse método consiste na rede de contatos construída por indicação dos próprios participantes.

Entretanto, não ocorreram indicações dos participantes de pesquisas, principalmente pela justificativa de não haver grande contato com demais ex-moradores das cidades “velhas”, e que os poucos que se lembravam e tinham contato, já haviam falecido. Foi preciso uma busca ativa para encontrar mais entrevistados que se enquadrarem no perfil escolhido. Dessa forma foi questionado a diversas pessoas que poderiam ter alguma indicação de algum possível entrevistado, esses questionamentos foram feitos para pessoas que já haviam pesquisado sobre a construção da represa, aos funcionários da Fundação Cultural Benedicto Siqueira e Silva que está localizada em Paraibuna-SP, aos responsáveis pelo instituto Paiolino de Redenção da Serra - SP e para pessoas próximas da pesquisadora.

O resultado dessa busca ativa chegou até 20 pessoas, entre elas ex-moradores das cidades estudadas, pessoas que trabalharam na construção dos represamentos e pessoas que viram os deslocamentos e/ou que tenham algum conhecimento relacionado à construção do empreendimento. Nas conversas prévias com esses possíveis entrevistados, apenas 10 pessoas se enquadram nos quesitos de inclusão da pesquisa, e devido às dificuldades de se realizar as entrevistas on-line e por motivos de saúde, 3 dos selecionados não realizaram as entrevistas, tornando o número total de 7 entrevistados.

As análises desses relatos têm o aporte de Ecléa Bosi (1979) que, em sua obra “Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos”, adverte que as memórias dos velhos sofrem processo de “desfiguração” do passado, ao ser remanejado pelas lembranças do presente, recompondo sua biografia individual ou grupal.

Este estudo está dividido em três seções. A primeira apresenta a formação histórica dos núcleos urbanos: Natividade da Serra e Redenção da Serra e da história da UHE Paraibuna, mostrando os planos de desenvolvimento do governo brasileiro no período civil-militar e o projeto de construção das barragens que culminou na inundação das duas cidades. A segunda seção traz os resultados das entrevistas à luz dos conceitos espaço, lugar, identidade e memória; discorre também sobre o processo de deslocamento dos moradores das duas cidades e o processo de transferência dos moradores para a nova cidade.

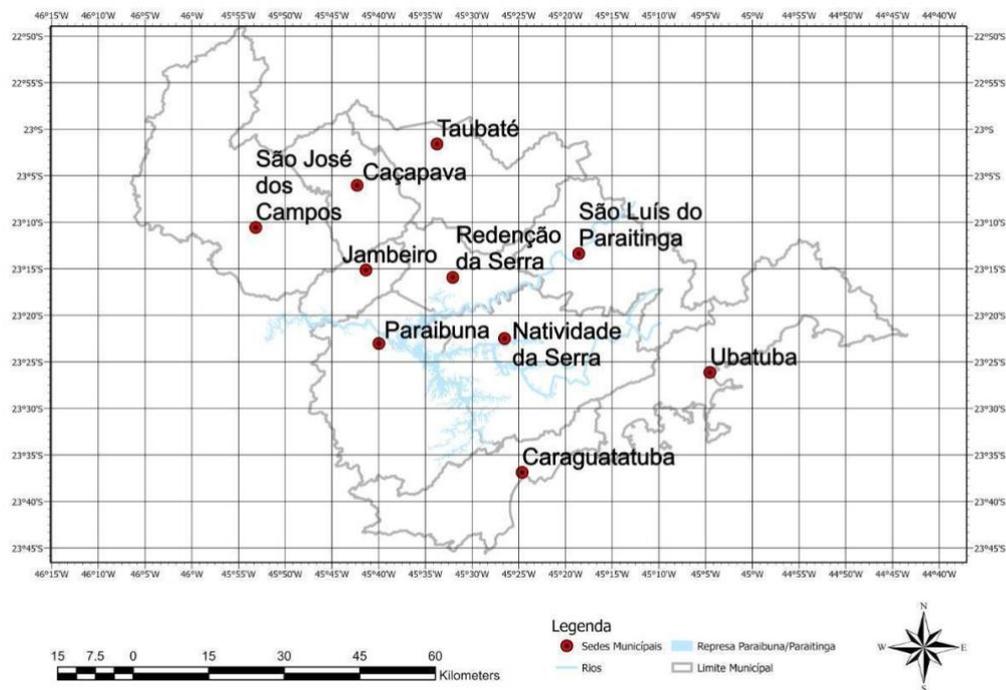
A terceira seção trata das reflexões das entrevistas sob o ponto de vista dos ex-moradores atingidos pela instalação da barragem. Nessa seção também são

analisadas, por meio do método de netnografia, as páginas criadas em redes sociais (*Facebook*), para o compartilhamento das memórias relacionadas aos espaços inundados. Ela se encerra com uma reflexão a partir dos relatos dos moradores, buscando apontar a importância de se considerar a memória como algo importante para se pensar em um planejamento urbano mais humanizado, destinado a diminuir os impactos das populações em situação de deslocamento. Ao final, seguem as considerações finais, as referências bibliográficas e os anexos

2 NATIVIDADE DA SERRA, REDENÇÃO DA SERRA E UHE PARAIBUNA: UMA BREVE HISTÓRIA

Natividade da Serra e Redenção da Serra são duas cidades essencialmente rurais pertencentes ao Vale do Paraíba Paulista e suas características são bem parecidas, em relação à economia e ao modo de vida interiorano. A origem dos dois núcleos urbanos também foi bem próxima e ambos se originaram de um núcleo familiar. A fundação desses dois núcleos urbanos é relativamente nova, comparada às suas vizinhas: Ubatuba (1637), Caraguatatuba (1664/1665), Taubaté (1645), Paraibuna (1666), São Luiz do Paraitinga (1769) e Caçapava (1813). Como podemos ver na Figura 3 os limites territoriais das duas cidades estudadas e seus vizinhos. Ambas, Natividade da Serra e Redenção da Serra, tiveram o período do auge da produção de café como um marco de seu surgimento e formação populacional.

Figura 4: Localização dos dois municípios



Fonte: Elaborado pela Autora, 2021 (Carta cartográfica: WGS 1984. Programa utilizado: ArcGis pro).

2.1 Origem do núcleo urbano de Natividade da Serra – SP

Natividade da Serra é uma cidade localizada no estado de São Paulo fundada em 29 de maio de 1853. Segundo o censo do IBGE² (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2021), o município possuía em 2013 6.681 habitantes (densidade demográfica de 8,02 hab./km²). A Tabela 1 demonstra a evolução populacional do município, contendo informações da zona urbana e rural de Natividade da Serra.

Tabela 1: Evolução populacional de Natividade da Serra (1970-2020)³

	1970	1980	1990	2000	2010	2020
População	9.957	6.895	6.513	6.947	6.680	6.698
População (rural)	8.581	4.992	4.275	4.096	3.891	3.854
População (urbana)	1.376	1.903	2.238	2.851	2.789	2.844
Domicílios Particulares (rural)	NA*	1.070	NA*	1.193	1.395	NA*
Domicílios Particulares (urbano)	NA*	479	NA*	861	1.010	NA*

*NA – Não se aplica: as bases de dados não possuem as informações para os anos selecionados (SEADE e SIDRA).

Fonte: SEADE e SIDRA, 2021.

Como o deslocamento dos moradores de Natividade da Serra iniciou-se no ano de 1973, é possível notar na Tabela 1 uma queda significativa do número populacional entre as décadas de 1970 e 1980, tendo como diferença 3.062 (30,75%) habitantes a menos, não há uma comprovação evidente de que esse número decresceu apenas como consequência da construção do reservatório, entretanto a construção foi um marco singular neste período.

A partir de 2012 com a institucionalização da Região Metropolitana do Vale do Paraíba, as cidades foram integradas à Sub-região 2: Taubaté, Campos do Jordão, Lagoinha, Pindamonhangaba, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São

² Acessado em 12 de fevereiro de 2021

³ Não foram encontrados dados anteriores ao ano de 1970.

Bento do Sapucaí, São Luis do Paraitinga e Tremembé. A Figura 5 traz a fotografia aérea do atual centro urbano do município, hoje cercado pelo represamento.

Figura 5 – Atual Natividade da Serra – SP (sem data).



Fonte: Prefeitura de Natividade da Serra ⁴(2021)

O documento mais antigo de registro da origem do povoamento é de 29 de maio de 1853⁵. Esse pequeno povoamento era chamado de Divino Espírito Santo e seu fundador foi o coronel José Lopes Figueira de Toledo que, em busca de seu escravo fugido, se deparou com uma planície próxima ao rio do Peixe (rio que era afluente do rio Paraibuna, mas foi inundado com o represamento), decidindo transferir a sede de sua fazenda para aquele novo espaço. O núcleo da fazenda, que originou o povoado, localiza-se no bairro das Perobas e passou a se chamar Divino Espírito Santo de Nossa Senhora do Rio do Peixe em referência à religiosidade do coronel e ao rio que existia ali próximo.

Em 1858, quando se tornou freguesia, esse povoado passou a se chamar Nossa Senhora da Natividade do Rio do Peixe, e sua jurisdição estava atrelada ao município de Paraibuna - SP. A principal fonte de renda era a produção de gado de corte e leiteiro, atividades realizadas pelos descendentes do coronel.

⁴<http://www.natividadedaserra.sp.gov.br>. Acessado em: 06 abr. 2021.

⁵ A história dos dois municípios é cheia de lacunas. A escassez de fontes nos levou a utilizar as informações que constam nos sites das duas prefeituras. Disponível em: <http://www.natividadedaserra.sp.gov.br/index.php/a-cidade/historico>. Acessado em: 06 abr. 2021.

O município de Natividade da Serra teve sua formação administrativa muito conturbada e, por vezes, foi incorporado ao território de diversos municípios como Paraibuna, Taubaté e São Luiz do Paraitinga. Desde 1954 até os dias atuais o sistema judiciário do município faz parte da Comarca de Paraibuna (IBGE, 2021). Não se sabe, ao certo, quando foi construída a matriz de Nossa Senhora da Natividade, por exemplo, a padroeira da cidade, que com o passar dos anos, se tornou centro urbano do município, até 1973, quando houve o deslocamento, no *site* da prefeitura eles relatam o deslocamento da seguinte maneira:

Passados 120 anos de sua existência, Natividade da Serra sofreu uma enorme transformação e foi trasladada para um novo local, à aproximadamente um quilômetro adiante na rodovia que liga a cidade à Taubaté. Esta mudança foi em consequência do represamento do rio Paraibuna, rio Lourenço Velho, rio do Peixe e rio Paraitinga, para a construção da Usina Hidrelétrica de Paraibuna formando a represa da Companhia Energética de São Paulo (CESP) devido uma necessidade de atendimento socioeconômico regional (NATIVIDADE DA SERRA, 2018).

Os moradores do município de Natividade da Serra foram os primeiros a se deslocar, em 1973, os deslocamentos foram feitos de forma graduada, desmanchando da cidade velha e levando para a nova, o outro município foco desse estudo é Redenção da Serra, que iniciou o seu processo de deslocamento um pouco depois em 1974.

2.2 Origem do núcleo urbano de Redenção da Serra – SP

Redenção da Serra é uma cidade do interior do estado de São Paulo, seus vizinhos são: São Luiz do Paraitinga, Taubaté, Caçapava, Paraibuna, Natividade da Serra e Jambeiro. Com 3.873 ha. (IBGE, 2010), com a densidade demográfica de 12,52 hab./km² (IBGE CIDADES), e sua economia voltada às atividades rurais. Segue tabela 2, que demonstra a evolução populacional do município, contendo também informações sobre população rural e urbana.

Tabela 2: Evolução populacional de Redenção da Serra (1970-2020)

	1970	1980	1990	2000	2010	2020
População	5.135	3.985	4.011	4.047	3.874	3.837
População rural	3.925	2.750	2.371	2.420	1.660	1.064
População urbana	1.210	1.235	1.640	1.627	2.214	2.773
Domicílios Particulares (Rural)	NA*	637	NA*	705	556	NA*
Domicílios Particulares (urbano)	NA*	267	NA*	454	704	NA*

*NA – Não se aplica: as bases de dados não possuem as informações para os anos selecionados (SEADE e SIDRA).

Fonte: SEADE e SIDRA, 2021.

Assim como em Natividade da Serra, Redenção da Serra também apresenta diminuição de população entre as décadas de 1970 e 1980, uma diferença menor que o município anterior, sofrendo decréscimo de 1.150 (22,39%) pessoas, como demonstrado na Tabela 2, e assim como o município anterior, não há evidências sólidas de que a queda do número de moradores do município esteja unicamente ligada com a construção da barragem, entretanto foi um evento singular no período que seguramente afetou na composição da população.

A Figura 6 é uma fotografia aérea do atual centro urbano do município de Redenção da Serra.

Figura 6 – Atual Redenção da Serra – SP (sem data)



Fonte: Redenção da Serra (2021a).

No início do século XIX, o governador da Província de São Paulo designou que o sertanista Capitão Mor Francisco Ferraz de Araújo e sua esposa Maria Leite Galvão de França explorassem os sertões ao longo do rio Paraitinga, doando a eles uma sesmaria Redenção da Serra (2021b). A justificativa seria ocupar as terras do interior paulista por meio da produção de café, atividade em expansão na região. O casal saiu da Vila Real de Pindamonhangaba para então desbravar novas terras para a coroa. Nesta caminhada, o casal fez uma parada, construiu uma capela e uma Santa Cruz, que originou o povoado. Algumas pessoas passaram a construir suas moradias ao redor daquela capela e, com o aumento gradativo de pessoas, por volta de 1950, essa capela se tornou a Paróquia de Santa Cruz do Paiolinho.

Em 1875, no distrito de paz de Santa Cruz do Paiolinho havia 1.908 habitantes. Em 1877, o povoado foi elevado à categoria de município, mas já batizada como Redempção. Esse nome foi atribuído à concessão da alforria para alguns escravos, originando o movimento abolicionista no Vale do Paraíba paulista. Por meio da Lei Estadual Nº 500/2011, a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo aprovou o projeto que deu o título à Redenção da Serra de “Berço da Liberdade Paulista”. Na cidade também foi construída um monumento para celebrar o fim da escravidão.

Figura 7: Monumento ao fim da Escravidão em Redenção da Serra - SP (sem data)



Fonte: Mau Bio.

No ano de 1935 o distrito foi incorporado ao município de Taubaté e, em 1936, foi elevado novamente a município. Na data de 25 de agosto de 1974 foi oficializada a nova cidade de Redenção da Serra.

Diferentemente de Natividade da Serra, uma pequena parte de Redenção da Serra sobreviveu, sendo elas a antiga Matriz e a antiga sede da prefeitura. A Figura 8 mostra como era o antigo centro de Redenção da Serra, tendo uma característica muito comum nas cidades do interior paulista, a igreja matriz e uma praça no centro e as casas sendo acumuladas ao redor.

Figura 8: Vista da antiga cidade de Redenção da Serra com os casarões (sem data)



Fonte: Redenção da Serra (2021a).

A Figura 9 mostra a vista da cidade e se comparadas, conseguimos observar algumas diferenças entre elas, principalmente em relação às casas, elas se mostram mais germinadas e de construções mais simples, contrastando com os casarões.

Figura 9: Vista da cidade de Redenção da Serra (sem data)



Fonte: Redenção da Serra (2021a).

Atualmente, o fim da rua que vai até a antiga matriz é um elo entre os moradores de Redenção da Serra com seu antigo núcleo urbano, onde a maior parte foi demolida para ceder espaço para as águas de inundação.

Figura 10: Vista atual do antigo núcleo urbano de Redenção da Serra (sem data)



Fonte: Chão Caipira (2021).

Esses centros urbanos, formados a partir de núcleos familiares, se desenvolveram sob essa perspectiva. A vida seguia transcorrida pelo tempo lento, conduzido pela vida pacata, compartilhada coletivamente em volta das igrejas e das praças públicas, espaços que conferiam a identidade local. Hall (2006) nos aponta que a identidade cultural, promovida pelo espaço vivido, nos faz pensar nela como se fosse parte de nossa natureza essencial:

Ao nos definirmos, algumas vezes dizemos que somos ingleses ou galeses ou indianos ou jamaicanos. Obviamente, ao fazer isso estamos falando de forma metafórica. Essas identidades não estão literalmente impressas em nossos genes. Entretanto, nós efetivamente pensamos nelas como se fossem parte de nossa natureza essencial (HALL, 2006, p. 46).

Com a construção das represas Paraibuna e Paraitinga, esses centros urbanos foram inundados, promovendo a transferência da população que fazia daquele espaço, o seu lugar. Milton Santos (2011) ressalta que o conceito de lugar está ligado a:

um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2011, p. 218).

Com o represamento, Natividade da Serra e Redenção da Serra deixaram de exercer a função de lugar e passaram a fazer parte da memória, constituindo-se suporte para se pensar no antigo espaço como lugar idealizado, possivelmente replicado por meio das lembranças no novo espaço. Os antigos povoados deixaram de existir, mas continuam na imaginação dos moradores, desejosos de reproduzir as relações que faziam daquele espaço um lugar. Fato é que, o antigo e o novo espaço, se reproduzem na dinâmica do lugar desejável, um não lugar.

Os núcleos familiares que deram origem aos centros urbanos das cidades, como demonstrado no início dessa seção, são de base patriarcal, acabaram por determinar as relações sociais pautadas nas relações afetivas, inspiradas no sentimento subjetivo, que deram as bases do grupo como uma comunidade. Entende-

se comunidade no sentido defendido por Bauman (2003, p. 129), como grupo de sujeitos “convocados (...) a buscar soluções biográficas para contradições sistêmicas” procurando “salvação individual de problemas compartilhados”, como meio para sua própria autopreservação. Assim como a comunidade como o lugar pautado por um engajamento de natureza moral e por uma adesão comum a um grupo social movido por relações pessoais. O que essencialmente caracteriza a comunidade é a

“vida real e orgânica” que liga os seres humanos fazendo-os se afirmarem reciprocamente. As relações que se estabelecem são pautadas pelos graus de parentesco, vizinhança e amizade. Tudo aquilo que é partilhado, íntimo, vivido exclusivamente em conjunto, será entendido como a vida em comunidade (TONNIES, 1947, p. 89).

Comunidade refere-se, nesse contexto, à vida que as pessoas têm, caracterizada na congregação, em que prevalece a unidade e o senso comunitário entre seus membros.

Percebe-se a ligação dos moradores com o local atrelada diretamente não apenas ao modo de vida comum, mas também às suas práticas religiosas e profissionais, que fazem daquele espaço um lugar. Fato que também é bem característico dessa essência rural das duas cidades, Queiroz (1973) nos ajuda a compreender essa relação de bairros rurais, explicando que uma das suas características principais é um início ao redor de uma capela, com uma pequena venda e agricultura de subsistência, constituídas principalmente por chacareiros e/ou sitiantes, que interagem entre si e com bairros vizinhos, por questões de comércio e religiosidade, ao se encontrarem em eventos na capela local.

Haesbaert (2004, p. 4) discute como a relação do sujeito com o espaço está permeada de valores simbólicos, amálgama que permite a estruturação das identidades:

o território adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade (“recurso”) e identidade (“símbolo”). Assim, (...) “perder seu território é desaparecer”. O território, neste caso, não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser.

Haesbaert (2004, p. 4) explana acerca das diferenças entre território e territorialidades. Território “diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação”. Dessa forma, compreende-se as duas cidades inundadas como territórios de seus moradores em um sentido mais simbólico, em relação a apropriação daquele espaço como abrigo e

meio de produção, que o autor também denomina como uma apropriação “cultural-simbólica”.

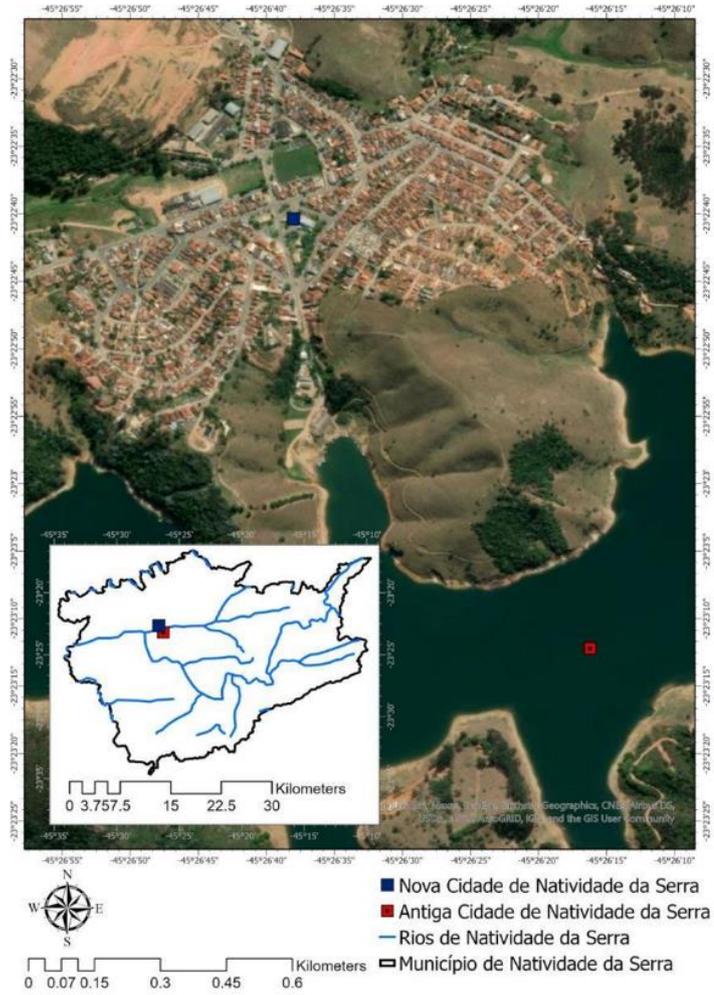
Sobre territorialidade, o autor ressalta:

Aqui é importante fazer uma breve distinção entre território em sentido estrito e territorialidade. Alguns autores, numa visão mais estreita, reduzem a territorialidade à dimensão simbólico-cultural do território, especialmente no que tange aos processos de identificação territorial. Na maioria das vezes, porém, os autores não fazem esta distinção, a territorialidade sendo concebida como “aquilo que faz de qualquer território um território” (SOUZA, 1995:99), ou seja, as propriedades gerais necessárias à construção territorial – que variam, é claro, de acordo com o conceito de território ao qual estejamos nos referindo (HAESBAERT, 2004, p. 10).

Pode-se pensar as duas cidades inundadas como territorialidades sem território, uma vez que as populações deslocadas não deixaram de se apropriar simbolicamente de um território que foi dominado pelas águas do represamento, mantendo o vínculo identitário com os antigos espaços. A memória do antigo espaço subsiste na transitoriedade das identidades, assombradas pelo tempo e espaço pretérito do que se viveu. Haesbaert (2004) dá exemplos de territorialidade sem território, em um “esquema genérico dos extremos” da “Terra Prometida” dos judeus. Neste contexto, os ex-moradores das cidades inundadas, ao não ter a possibilidade da materialização desse território, ele passa a ser uma territorialidade sem território.

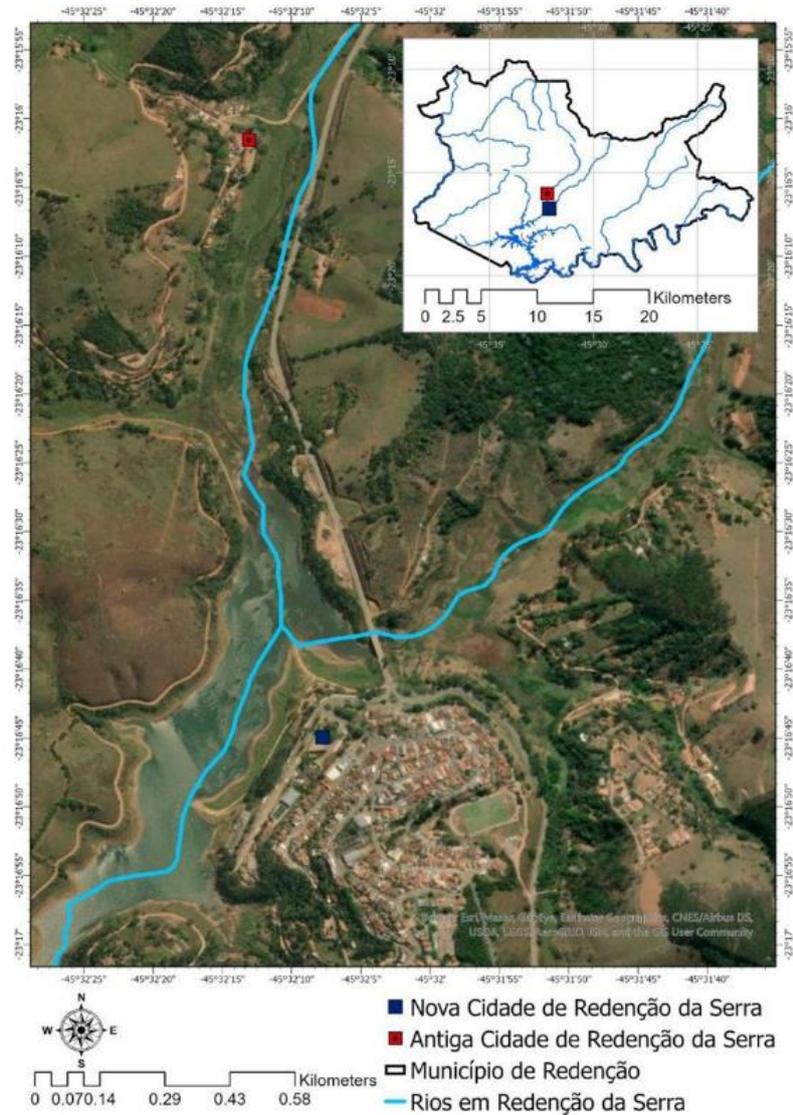
Essas antigas localidades não ficam tão distantes das atuais, utilizando referências fotográficas, mapas antigos e perguntando aos ex-moradores das antigas cidades, consideramos que as Figuras 11 e 12 ilustram onde estão localizados os antigos centros urbanos de Natividade da Serra – SP e Redenção da Serra – SP; sendo o ponto vermelho os antigos centros urbanos e o ponto azul, os novos centros urbanos.

Figura 11: Mapa de localização da antiga e nova cidade de Natividade da Serra – SP (2021)



Fonte: Elaborado pela Autora, 2021. (Carta cartográfica: SIRGAS 2000. Programa utilizado: ArcGis pro)

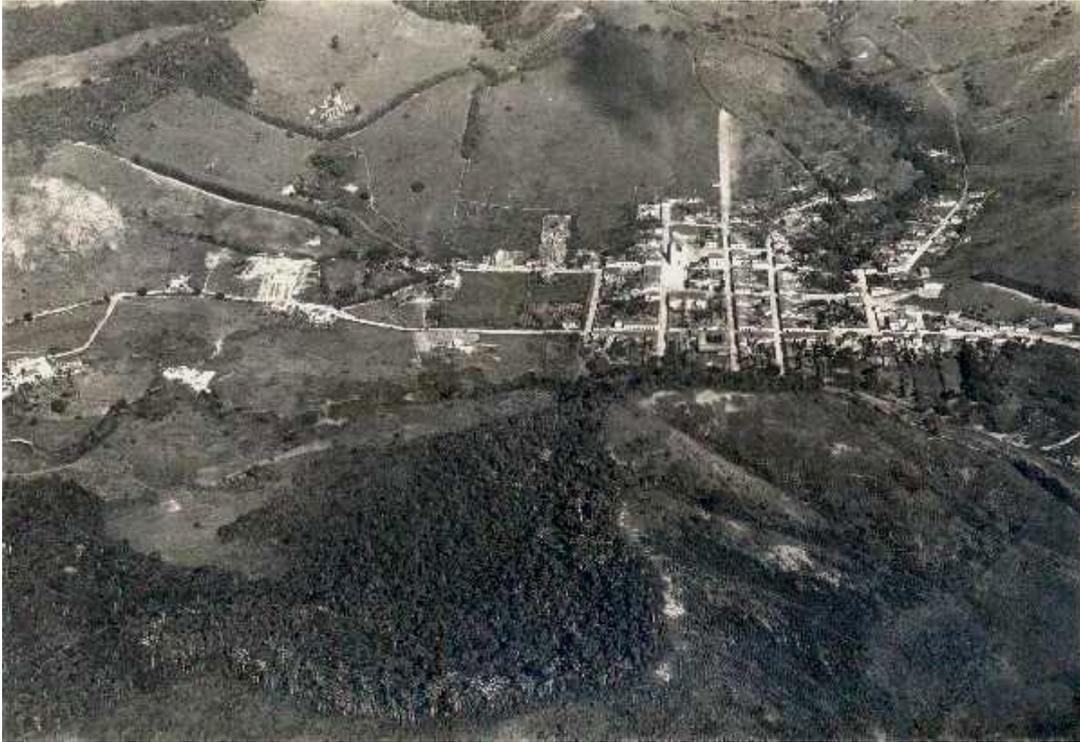
Figura 12: Mapa de localização da antiga e nova cidade de Redenção da Serra – SP (2021)



Fonte: Elaborado pela Autora, 2021. (Carta cartográfica: SIRGAS 2000. Programa utilizado: ArcGis pro)

Para melhor compreensão dos espaços inundados, as Figuras 13 e 14 mostram fotografias aéreas das antigas cidades, podemos perceber que elas ficavam nas várzeas, como é relatado pelos participantes de pesquisas (nas seções 2 e 3), e na construção das novas cidades, elas foram para os terrenos mais altos.

Figura 13: Vista aérea de Natividade da Serra – SP (1939)



Fonte: Instituto Geográfico e cartográfico (2022).

Figura 14: Vista aérea de Redenção da Serra – SP (1939)



Fonte: Instituto Geográfico e cartográfico (2022).

Nas Figuras 15 e 16 temos os croquis dos centros urbanos submersos, uma característica marcante é que em ambos vemos a igreja Matriz ao centro, na Figura 15 representada com uma cruz, e na Figura 16 com um círculo vermelho.

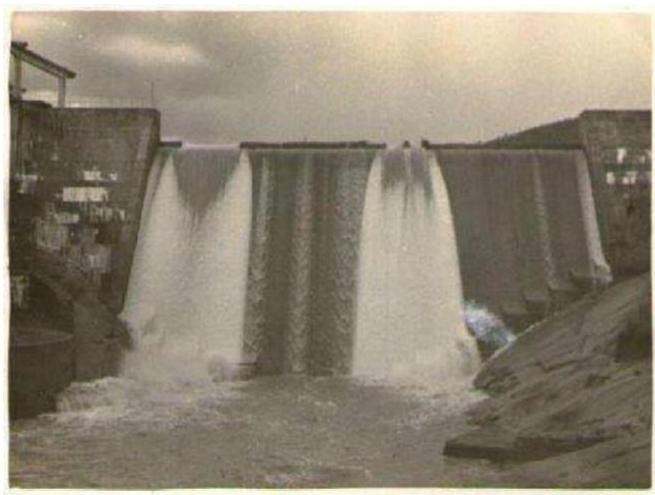
Figura 15: Croqui da antiga⁶ Natividade da Serra – SP (1942)



Fonte: Instituto Geográfico e cartográfico (2022).

⁶ Não foi encontrado da nova cidade de Natividade da Serra – SP

Figura 17: Queda d'água da Usina Félix Guisard em Redenção da Serra (sem data)



Fonte: Oliveira e Moreira, (2014).

A usina já era bem integrada com a população de Redenção da Serra e por se tratar de uma usina “fio d’água”, onde não há uma grande inundação, utilizando-se de um “pequeno represamento” e utilizando as quedas d’água para gerar energia. A Figura 18 mostra a população de Redenção navegando e pescando nas águas do rio próximo à sede da Usina, hábitos que atualmente não se vê nos percursos nas cidades de Redenção da Serra - SP.

Figura 18: Vista da Usina de Félix Guisard (sem data)



Fonte: Redenção Serra (2021a)

Félix Guisard também tinha planos para a construção de uma pequena usina na cidade de Natividade da Serra:

No século XX, com a vinda da industrialização para o Vale do Paraíba, Félix Guisard em 1913, havia planos iniciais que previam a construção de uma usina hidrelétrica em Natividade da Serra, para suprir o abastecimento de energia elétrica na região, aproveitando as corredeiras do rio Paraitinga num local conhecido como Ponte dos Mineiros. Porém, o início da primeira Guerra Mundial em 1914 impediu o embarque dos maquinários e geradores para o Brasil anulando assim o projeto (NATIVIDADE DA SERRA, 2018).

Entretanto, o início da construção da Hidrelétrica Paraibuna não foi nada convencional, de acordo com um relatório feito pela CESP (sem ano), encontrado no acervo físico do Instituto Chão Caipira⁸, intitulado: “Aspectos Históricos, legais e obrigações das concessões” fala que:

A outorga e o contrato de concessão para a exploração do potencial hidráulico em Paraibuna foi um ato nada convencional. Não houve um inventário de potencial hidrelétrico que definisse barragem, reservatório, potência instalada e energia, nos moldes em que foram implementados. De fato, a geração de energia elétrica nesta usina, em direção à calha do rio, é apenas um subproduto de seu objetivo principal: a regularização de vazões na bacia do Rio Paraíba do Sul e o ato de outorga decorreu de um acordo para equilíbrio de interesses estaduais, federal, público e privado (Instituto Chão Caipira ⁹- CESP, [201?], p. 6).

Os Estados que precisaram entrar em acordo, como diz a citação acima, foram Rio de Janeiro e São Paulo, uma vez que o Rio Paraíba do Sul é de grande importância também para o estado fluminense. De acordo com Kühl (1995), são antigos os planos de represamento dos rios Paraibuna e Paraitinga, que resultou na Usina Hidrelétrica (UHE) de Paraibuna no ano de 1964:

⁸ O Instituto Chão Caipira foi criado para resguardar e divulgar o acervo de João Rural (João Evangelista Faria). Paraibunense autoproclamado “Culturalista” que registrava a cultura caipira, depois de seu falecimento em 2015, sua família herdou um acervo que reúne quarenta anos de pesquisa, contendo: 300 horas de vídeo e filme 8mm, 70.000 fotos e 7.000 páginas estimadas em livros, jornais e revistas, em que foi fotógrafo, redator, revisor, diretor e editor.

⁹ O Instituto Chão Caipira foi criado para resguardar e divulgar o acervo de João Rural (João Evangelista Faria). Paraibunense autoproclamado “Culturalista” que registrava a cultura caipira, depois de seu falecimento em 2015, sua família herdou um acervo que reúne quarenta anos de pesquisa, contendo: 300 horas de vídeo e filme 8mm, 70.000 fotos e 7.000 páginas estimadas em livros, jornais e revistas, em que foi fotógrafo, redator, revisor, diretor e editor.

Uma das razões mais relevantes na época para a criação da COMEPA foi a efetivação do polêmico projeto da hidrelétrica de Caraguatatuba, apresentado pelo engenheiro Catullo Branco em 1939, que previa o desvio dos rios de Paraibuna e Paraitinga, serra do mar abaixo, desaguando no Atlântico, solução está muito ambiciosa e controvertida (KÜHL, 1995, p.10).

Segundo o autor, os planos para a construção de uma Hidrelétrica desviando tanto o rio Paraibuna quanto o Paraíba do Sul para o litoral norte paulista são antigos, no início do século XX já eram discutidas as possibilidades: “formadores do rio Paraíba, em seu curso Leste-Oeste, acompanham de perto a Serra do Mar, a ideia de lançar suas águas na vertente atlântica para obter energia elétrica parecia bastante viável” (KÜHL, 1995, p. 25).

Na década de 1920, o engenheiro Gonzaga de Campos formulou um projeto que desviaria o rio Paraibuna para as imediações da cidade litorânea de Ubatuba, para uma hidrelétrica que geraria 80.000 cavalos. Mas não houve concordância em relação a esse projeto. Catullo Branco realizou entre 1936 e 1938 estudos¹⁰ no Alto Paraíba e em 1939 a polêmica ideia de Catullo Branco pode ser considerada fantasiosa e nas palavras de Kühl (1995): “uma das maiores controvérsias da história da energia elétrica no país, envolvendo uma hidrelétrica que nunca chegou a ser construída” (p. 25); entretanto, o projeto de gerar energia por meio da gravidade apresentava-se como mais rentável. Havia duas ideias para o aproveitamento do rio Paraíba do Sul; a primeira era aproveitar a curva que o rio Paraíba do Sul faz no município de Guaratinguetá e encaminhar as águas no sentido Caraguatatuba e, a outra, era represar os rios Paraibuna e Paraitinga antes de seu encontro e guiá-los, por meio de um túnel, até Caraguatatuba e assim previa gerar 1.000.000 de cavalos ou 736.000 quilowatts. A última proposta foi melhor aceita, como demonstrado no Decreto nº 34.948 de 18 de janeiro de 1954, assinada pelo então presidente Getúlio Vargas:

Art. 1º É outorgado ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, concessão para o aproveitamento da energia hidráulica proveniente da derivação de águas da bacia dos rios Paraibuna e Paraitinga, para a vertente oceânica no distrito de e município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, no curso do

¹⁰ Catullo Branco era engenheiro-assistente da ISP (Inspetoria de Serviços Públicos), e estava estudando o Alto Paraíba cumprindo suas atribuições com o órgão.

Paraíba, desde que fique assegurada a descarga mínima de 200m³/s., em Santa Cecília¹¹ (BRASIL, 1954).

Essa proposta resultou nos esquemas demonstrados pela Figura 19.

Figura 19: Desenho esquemático para a UHE de Caraguatatuba



Fonte: Arquivo Memória CESP (Sem data; *apud* KÜHL, 1995).

Entretanto, anos depois houve uma mudança de planos referente à construção da Usina Hidrelétrica de Caraguatatuba, pelo Decreto nº 57.811 de 15 de fevereiro de 1966 (dois anos depois do início da construção) assinada pelo então presidente Castello Branco. Seguem as justificativas das mudanças de plano: 1) Por entender que seria imprudente a realização da obra sem maiores estudos na região, principalmente referente às obras de regularização da descarga do curso d'água do rio Paraíba do Sul; 2) Por considerar imprudente a realização do desvio considerando apenas a produção energética e não os impactos causados nas populações que vivem ao longo do percurso do rio, em relação a irrigação de plantações, uso da água potável, quer para a população ou fins industriais; 3) Pela importância primordial dos recursos hidráulicos do Rio Paraíba do Sul, que são condicionantes para o desenvolvimento da região; 4) Porque a utilização hidráulica feita ao longo do curso do rio não irá prejudicar de forma alguma outra atividade referente ao rio e, finalmente, 5) Porque a Usina de Caraguatatuba não estava no Programa de Expansão para o atendimento de demanda de energia elétrica à Região Centro-Sul até o ano de 1970. Por todas essas justificativas, ficava

¹¹ Trata-se da Usina Elevatória de Santa Cecília, localizada na cidade Barra do Pirai-RJ, construída no ano de 1951. Ela faz parte do Complexo de Lajes, que é supervisionado pela empresa Light Energia.

O autor continua:

Este assunto arrastou-se por cinco anos, até 1971, quando o governo federal decidiu pela continuidade das obras de regularização dos formadores do rio Paraíba do Sul, sem o desvio para Caraguatatuba e, mediante decreto, atribuiu a propriedade destas mesmas obras à própria União, aos governos estaduais de São Paulo e Rio de Janeiro, e à Light Serviços de Eletricidade S. A. (KÜHL, 1995, p. 50).

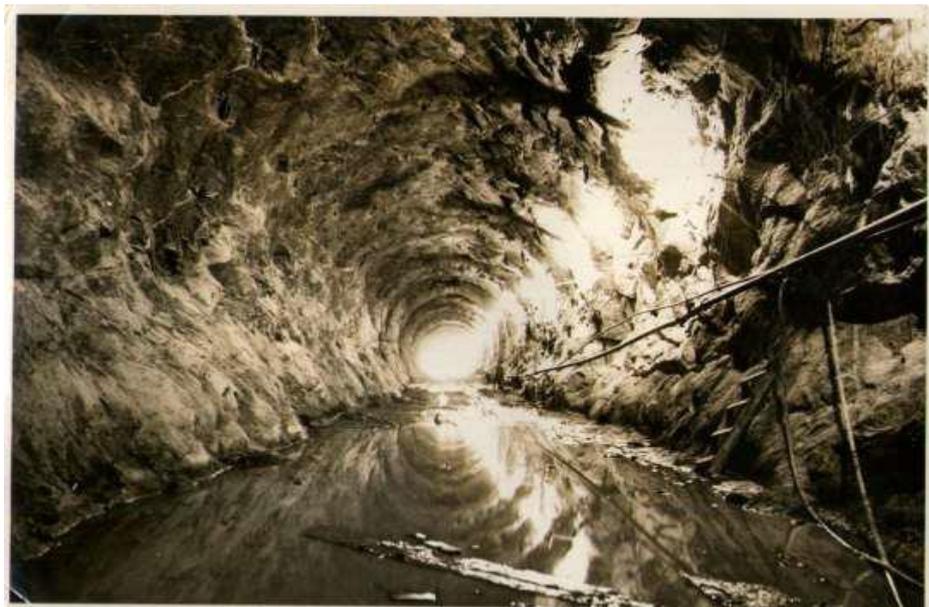
Desse modo a construção de uma hidrelétrica que alterasse o fluxo do Paraíba do Sul afetaria diretamente. E o início das construções dos túneis que levaria o rio Serra do Mar a baixo já tinha sido iniciado, como demonstram as Figuras 21 e 22:

Figura 21: Túnel de desvio, imagem do interior da obra.



Fonte: Oliveira e Moreira (2014).

Figura 22: Vista do interior do túnel de desvio



Fonte: Oliveira e Moreira (2014).

No ano de 1971, o então presidente Emílio Médici, delegou para o DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica) a responsabilidade da regularização da construção dos represamentos dos rios Paraibuna e Paraitinga, através do Decreto nº 68.331, de 9 de março de 1971:

Art. 1º É atribuída ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, a responsabilidade pela realização de obras relativas à 1º (primeira) etapa de regularização do rio Paraíba, mediante a construção de barragens e obras complementares à constituição de reservatório de Paraibuna-Paraitinga, no Estado de São Paulo, conforme estabelecido no Decreto nº 68.324, de 9 de março de 1971.

Parágrafo Único. As obras a que se refere este artigo se destinam à regularização das descargas do Rio Paraíba (BRASIL, 1971).

Considerando todas as etapas, a construção do represamento coincidiu com o início da ditadura civil-militar brasileira (1964 - 1985), governo atuante durante toda a construção dos represamentos e em seus primeiros anos de funcionamento. O empreendimento ocorreu em um período economicamente conturbado para o país, que se encontrava em meio a grandes crises econômicas, com baixas no PIB (Produto Interno Bruto) e alta na inflação; entretanto, a finalização do represamento das águas dos rios Paraitinga e Paraibuna se deu em 1978, logo após o chamado “Milagre Econômico”, ajudando o governo a manter a sua “boa” imagem de país “industrializado” (FAUSTO, 1994).

No Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) de 1964, o então ministro de Planejamento e Coordenação econômica, Roberto de Oliveira Campos e sua equipe traçaram diversas metas econômicas e planos para os próximos anos da economia brasileira; algumas delas referindo-se ao incentivo à produção energética. No programa federal de “Metas” setoriais e de valorização regional do governo militar a produção de energia elétrica passou a ser prioridade. Dava-se

prosseguimento e início de obras destinadas a duplicar o suprimento de energia elétrica até 1970, elevando para 11,4% a.a a taxa cumulativa de crescimento da potência instalada. A execução desse programa exigirá, no período 1965/70, investimentos estimados em Cr\$ 3 trilhões e 732 bilhões, dos quais 70% serão levantados no próprio País. Objetiva-se elevar a capacidade instalada dos serviços de energia elétrica para 12,7 milhões de quilowatts em 1970, o que representará um aumento de 7,1 milhões de quilowatts em relação a 1963 (BRASIL, 1964, p. 212).

Como consta no documento do PAEG, aquelas eram orientações para o planejamento econômico; não se tratava de um manual ou de regras, mas de metas traçadas na tentativa de se evitar as questões derivadas da progressiva inflação e de construir internacionalmente uma boa imagem da economia e da industrialização do país. Este documento também traz uma breve recomendação em relação aos aspectos social e regional:

- j) — Previdência e Assistência Social: reforma do sistema previdenciário e assistencial, inclusive com a inclusão de massas trabalhadoras em atividades rurais;
- k) — Desenvolvimento Regional: melhor coordenação dos Órgãos para promover a valorização regional (BRASIL, 1964, p. 213).

Mesmo contendo um pequeno trecho sobre as questões sociais e as atividades realizadas no meio rural, é visível no documento que a grande preocupação do governo naquele momento era estabilizar a inflação e aumentar o PIB nacional. Dessa forma, a erradicação da extrema pobreza passava a ser uma das medidas do governo. A mesma tendência aparece no Plano Nacional de Desenvolvimento de 1975, publicado um ano depois dos primeiros deslocamentos dos moradores de Redenção da Serra (1974) e dois anos de Natividade da Serra (1973):

IV – Estratégia de Desenvolvimento Social, orientada no sentido de:
(1) garantir a todas as classes e, em particular, às classes média e

trabalhadora, substanciais aumentos de renda real; (2) eliminar, no menor prazo, os focos de pobreza absoluta existentes, principalmente, na região semiárida do Nordeste e na periferia dos grandes centros urbanos.

De um lado, procurar-se-á assegurar um mínimo de nível de bem-estar universal, para que nenhuma classe fique fora do processo de integração e expansão. De outro lado, realizar-se-á esforço de estruturar, através do próprio processo de crescimento e do orçamento de desenvolvimento social, uma base substancial e rapidamente crescente de consumo de massa (BRASIL, 1974, p. 20).

Além da preocupação com o aumento do PIB e controle da inflação, também deveria ser resolvida a crise do petróleo: “Poucas vezes a sociedade industrial se encontrou diante de decisões tão graves e mudanças tão bruscas, como as que se lhe colocam no momento, particularmente em face da crise de energia” (BRASIL, 1974, p. 11). Em vista de tais acontecimentos, o governo buscou alternativas energéticas pelas termelétricas e hidrelétricas para diminuir a dependência da importação do petróleo e conseguir avançar nos planos de tornar o Brasil um país industrializado, conforme pode-se observar no II Plano de Desenvolvimento Nacional de 1975:

De repente, o mundo industrializado acordou, não apenas para a realidade dos preços quadruplicados do petróleo, e a dependência em relação a fontes externas de energia, mas também para o fato de que o petróleo, que responde por mais de 45% de energia produzida nos Estados Unidos, 63% na Europa e 75% no Japão, pode ter suas reservas mundiais substancialmente reduzidas em 10 a 15 anos (BRASIL, 1974, p. 12).

Em busca do estímulo à industrialização, à reposição energética e às estruturas de base, o governo tinha como plano a dispersão da área industrial para além dos grandes centros urbanos, como São Paulo, a fim de ampliar a oferta de trabalho em aglomerados urbanos distantes da capital. Ao invés de realizar um modelo geograficamente confinado às áreas já ocupadas, promoveu-se, ao mesmo tempo, a desconcentração da atividade econômica, inclusive da atividade industrial (BRASIL, 1975, p. 32).

Os planos de construções de hidrelétricas estavam ligados também a um possível mercado de exportação de energia, visto que o petróleo era uma fonte finita de alto custo. De acordo com o Plano Nacional de Desenvolvimento (1974, p. 65), a execução do plano de energia elétrica estava orçada em Cr\$ 200 bilhões, valor

capaz de realizar, no período, um aumento de cerca de 60% na capacidade instalada de geração, além das correspondentes expansões dos sistemas de transmissão e distribuição.

Esse programa inclui, além de Itaipu e outros importantes aproveitamentos hidroelétricos (Itumbiara, São Simão, Paulo Afonso IV, Xingó, Salto Santiago e outros de menor porte), a segunda e possivelmente a terceira central nuclear, além da instalação de centrais termelétricas de complementação (BRASIL, 1974, p. 65).

Portanto, os primeiros planos para a construção da represa tiveram início na década de 1930, impelidos pela acumulação de capital derivada da grande produção cafeeira no estado de São Paulo. Apesar das mudanças de planos, que implicavam na possível construção da Hidrelétrica de Caraguatatuba e no hiato entre o fim da década de 1960 e início de 1970 - dado justamente por conta da remodelagem do projeto, já que alguns túneis para levar a água dos rios para a serra do mar já estavam sendo abertos e tiveram que parar as obras e se concentrar no novo projeto que se tornaria a Usina Hidrelétrica de Paraibuna-SP -, a construção de hidrelétricas mostrou-se positiva para o novo modelo político que se estabeleceu na época, a ditadura civil-militar.

Com o II PND de 1975, percebeu-se que o caráter liberal do governo defendia uma forte inserção de capital estrangeiro e empresas do setor privado para liderar nos setores de infraestrutura nacional. Franca (2018) demonstra essa intenção ao analisar o I Plano de Metas (1956 - 1961) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979):

Segundo o discurso oficial da época proferido pelo Presidente da República e enaltecido nas obras escritas pelos defensores do II PND, a política de incentivos governamentais praticada pelo Estado nessas empresas em curto prazo alteraria, num segundo momento, o estilo de desenvolvimento da economia brasileira (FRANCA, 2018, p. 63).

Froelich (2007), em estudo sobre as matrizes ideológicas do II PND reforçou que, pela política desenvolvimentista e, de certa forma, nacionalista, há momentos que o Plano conversa “com os liberais, outras com os nacionalistas exacerbados, outras com os socialistas” (2007, p. 23). O autor ressaltou:

Quaisquer que sejam suas virtudes (...), não há como negar a principal característica do II PND: um plano autoritário, imposto à sociedade que, não tendo a oportunidade de participar em nenhuma de suas etapas, deve simplesmente acatá-lo; um plano que, ironicamente, pretende preparar a população brasileira para o regime democrático, mas que não lhe dá a chance de exercer a

mínima crítica a seus objetivos, à sua estratégia, às suas metas, a seus resultados (FROELICH, 2007, p. 24).

Nos Planos de Desenvolvimento Nacional constava o interesse em represar os rios Paraibuna e Paraitinga, obra finalizada no ano de 1978. Depois de muitas discussões em relação à realização ou não do empreendimento, concluiu-se que a represa traria diversos benefícios, como incentivo à industrialização, controle de vazão das águas no principal eixo econômico do Brasil (Rio-São Paulo) e aumento do potencial industrial. Entretanto, pouco se fala daqueles que foram remanejados para outros lugares e como isso os afetaria, demonstrando na prática o autoritarismo descrito por Froelich (2007).

A Figura 23 traz o então presidente Ernesto Geisel, juntamente com o governador Paulo Egydio Martins, em cerimônia de inauguração da Usina Hidrelétrica (1978) na cidade de Paraibuna. Na Figura 24, discurso e corte da faixa de Inauguração da Usina Hidrelétrica de Paraibuna-SP (1978), os mesmos políticos, junto com as demais autoridades, posam próximos à Igreja Matriz de Paraibuna-SP antes de pronunciarem seus discursos e do descerramento da faixa simbólica de inauguração.

Figura 23: A inauguração da Usina Hidrelétrica de Paraibuna-SP (1978)



Fonte: Fundação Cultural Benedito Siqueira Silva, Centro de memória (2021)

Figura 24: Discurso e corte da faixa de Inauguração da Usina Hidrelétrica de Paraibuna-SP (1978)



Fonte: Oliveira e Moreira, (2014).

Os represamentos e as obras de construção de hidrelétricas produzem modificações radicais nos sistemas terrestres e aquáticos, envolvendo impactos geológicos, climáticos, hídricos, na flora e na fauna, bem como sobre o homem e suas atividades.

Em 1997, com o apoio do Banco Mundial e da União para Conservação Mundial (UCN), foi criada a Comissão Mundial de Barragens (CMB), em Gland, Suíça, com representantes de diversos países para discutir sobre questões altamente controversas envolvendo as grandes barragens. Essa reunião teve como foco:

- Examinar a eficácia da construção de grandes barragens e estudar alternativas para o desenvolvimento de recursos hídricos e energéticos; e
- Elaborar critérios, diretrizes e padrões internacionalmente aceitáveis para o planejamento, projeto, avaliação, construção, operação, monitoramento e descomissionamento de barragens (COMISSÃO..., 2000, p. 2).

O relatório da Comissão Mundial de Barragens (CMB) traz as principais justificativas das construções desses empreendimentos pelo mundo: “Desenvolvimento regional, geração de empregos e fomento para uma base industrial com potencial exportador costumam ser citados como motivos adicionais para a construção de grandes barragens”. A Comissão ressalta também alguns ganhos adicionais como: “[...] venda direta de eletricidade, de produtos agrícolas ou de

produtos processados por indústrias eletrointensivas, como a indústria do alumínio” (COMISSÃO..., 2000, p. 7).

Entretanto, este relatório também enfatizou os impactos negativos gerados por esses empreendimentos. Estimativas globais demonstram que cerca de 40 a 80 milhões de pessoas foram deslocadas por barragens até 2000. Considerando todos os pontos negativos e positivos das construções de grandes barragens, a CMB estabeleceu cinco pontos a serem considerados antes da realização desses empreendimentos. Para este estudo, destaca-se o segundo ponto:

Em um número excessivo de casos foi pago um preço inaceitável e muitas vezes desnecessário para assegurar esses benefícios, especialmente em termos sociais e ambientais, pelas pessoas deslocadas, pelas comunidades a jusante, pelos contribuintes e pelo meio ambiente natural (COMISSÃO..., 2000, p. 8).

Nas construções anteriores a este relatório, poucas vezes se pensou nos impactos causados por esses deslocamentos, seja na parte social ou econômica dos atingidos.

O relatório da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, produzido pela AGEVAP (ASSOCIAÇÃO..., 2007, p.19), traz algumas transformações nos centros urbanos atingidos pelo enchimento do reservatório, tais como: Natividade da Serra foi totalmente submersa e Redenção da Serra foi parcialmente inundada, mantendo-se algumas construções, como a igreja, sede da prefeitura e edificações diversas acima da cota máxima, resultando numa perda de quase 70% de seus equipamentos. Estas cidades foram relocadas para sítios próximos, em locais escolhidos pela própria população (Tabela 3).

Tabela 3: Áreas alagadas e propriedade afetadas com a instalação da usina nos municípios de Paraibuna, Natividade da Serra e Redenção da Serra

Município	Área total (Km ²)	Área alagada (KM ²)	%	Nº de propriedades afetadas
Paraibuna	735	70	9,5	279
Natividade da Serra	848	120	14,2	645
Redenção da Serra	317	20	6,3	345

Total	1.900	210	11,1	1.269
-------	-------	-----	------	-------

Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 2007, p. 19.

Com relação aos prejuízos ao Patrimônio Histórico e Cultural, o relatório da AGEVAP (ASSOCIAÇÃO..., 2007, p. 20) destacou que:

A Igreja e o prédio da Prefeitura de Redenção da Serra que, por suas características, tinham valor histórico e arquitetônico, e a Usina Félix Guisard, que fornecia energia elétrica à região, foi inundada. Quanto ao patrimônio cultural, foi inundado totalmente o cemitério de Natividade da Serra e, parcialmente, o de Redenção.

No Plano Diretor do Reservatório de Paraibuna de 1992 consta a evolução populacional dos municípios atingidos pelo represamento dos rios, conforme Tabela 4.

Tabela 4: Evolução da população nos municípios afetados

Municípios	1960			1970			1980		
	Pop. total	Pop. Urb.	Pop. Rural	Pop. total	Pop. Urb.	Pop. Rural	Pop. total	Pop. Urb.	Pop. Rural
Paraibuna	15.415	2.384	13.031	13.882	5.040	8.342	14.114	5.571	8.543
Natividade da Serra	11.335	1.170	10.165	10.039	1.463	8.576	6.890	1.901	4.989
Redenção da Serra	5.400	1.052	4.348	5.193	1.269	3.924	3.995	1.230	2.765

Fonte: CESP/Plano Diretor do Reservatório de Paraibuna, 1992 *apud* OLIVEIRA; MOREIRA, 2014.

Na Tabela 4 percebe-se uma queda significativa da população de 8,4% na cidade de Paraibuna, 39,2% na cidade de Natividade da Serra e 26% em Redenção da Serra. Não se tem informações sobre a real motivação das saídas dessas pessoas de seus municípios, uma vez que foram construídos novos centros urbanos para realocar os indivíduos afetados, tanto da zona urbana, quanto da zona rural.

O Quadro 1 traz o resumo dos principais impactos ambientais do empreendimento sobre a natureza e sobre a sociedade, elaborado pela AGEVAP (ASSOCIAÇÃO..., 2007). Além da desorganização regional, o relatório apresenta os prejuízos históricos e culturais (Quadro 1).

Quadro 1: Impactos ambientais e sociais provocados pela instalação da Usina Hidrelétrica de Paraibuna.

Impactos sobre a natureza	Impactos sobre a sociedade
<ul style="list-style-type: none"> ● Escorregamento de encostas marginais; ● Mineração de pedra, solo e areia para construção do empreendimento; ● Perda de 210 km² de terras; ● Desaparecimento de importantes habitats; <ul style="list-style-type: none"> ● Perda de áreas úmidas; ● Prejuízos aos ecossistemas aquáticos com a transformação do ambiente lótico em lântico e pelo barramento dos rios, impedindo a migração das espécies reofílicas; ● Inundação de remanescentes de matas nativas; ● Inundação de áreas do Parque Estadual da Serra do Mar. 	<ul style="list-style-type: none"> ● Desorganização regional; ● Redução da pecuária leiteira; ● Inundação de núcleos urbanos interrupção de acessos rodoviários; ● Prejuízos ao patrimônio histórico e cultural e inundação da usina Félix Guisard; ● Interferência na infraestrutura de energia e de telecomunicações; <ul style="list-style-type: none"> ● Diminuição da população residente e perda de atividades produtivas; ● Promoção do Uso Múltiplo do reservatório, possibilitando atividades de abastecimento público, imigração, navegação e pesca esportiva, turismo.

Fonte: ASSOCIAÇÃO..., 2007, p.16.

Por fim, as terras de várzeas de Natividade da Serra - SP e Redenção da Serra - SP e parte do município de Paraibuna-SP, foram inundadas para represamento dos rios e construção da Usina Hidrelétrica de Paraibuna-SP, entregue no ano de 1978. Esse empreendimento provocou mudanças significativas na vida da população atingida, que teve que ser realocada para outro espaço e reiniciar suas vidas alicerçadas pela memória dos espaços submersos.

3 ESPAÇO, LUGAR, IDENTIDADE E MEMÓRIA: COMUNIDADES IMAGINADAS

Essa seção trata dos dispositivos da memória e de sua relação com o espaço, substratos para construção das identidades sociais. Como o espaço, o lugar, a identidade e a memória são conceitos norteadores do estudo, dedicaremos esse espaço para explorá-los.

Compreende-se espaço a partir do que propõe Milton Santos (2011, p. 103), ou seja, como um “conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual”. O conceito de espaço neste estudo refere-se ao nosso recorte geográfico, que compreende a área de abrangência dos municípios atingidos.

O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução. O lugar, na acepção da palavra, se constitui como abrigo e construção das vivências, das sociabilidades, do sentimento de pertencimento que envolve as relações afetivas.

No caso específico deste estudo, as áreas inundadas eram mais que espaços compartilhados, eram lugares. Cujas Igrejas, praças e casas dos moradores se constituíam em “Lugar”, necessidade ontológica do ser de ocupar um espaço e fazer dele sua morada.

Aquele espaço, hoje inundado, foi resultado da dinâmica social realizada pelos indivíduos que compartilhavam suas histórias, transformando-o. Isso nos leva aos demais conceitos, importantes para o entendimento de nosso objeto, como lugar, identidade e memória.

O geógrafo Yi-Fu Tuan (1983, p. 3) estabelece conexão entre espaço e lugar; o espaço, dotado de valor, é transformado em lugar: “[...] se pensarmos espaço como algo que permite movimento, então lugar é pausa; cada pausa no movimento torna possível que a localização se transforme em lugar”. O autor ressalta que as dinâmicas ocasionadas nos espaços são mais fluidas; dessa forma, a relação da sociedade com o espaço se dá de maneira mais fixa, criando assim vínculos e também reforça a questão da familiaridade do indivíduo com o espaço: “Quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar” (TUAN, 1983, p. 83).

Considerando que os moradores deslocados viveram naquele espaço desde seu nascimento, assim como seus pais e vizinhos, que além da moradia, seus

trabalhos também eram realizados naquele espaço. Tuan argumenta citando exemplos da população agricultora Timne que a familiaridade com o espaço faz com que até a estruturação desse espaço se torna simples, fazendo com que ele se localize em qualquer ambiente: “Ele não tem necessidade de fazer um esforço consciente para estruturar o espaço, desde que o espaço em que se move constitui parte integrante de sua vida cotidiana que de fato é o seu lugar” (TUAN, 1983, p. 89)

Antes da inundação, os municípios traziam em suas arquiteturas rugosidades das transformações históricas e marcas da história daquela população, recontadas constantemente, certos de que, “através do processo da produção, o espaço torna o tempo concreto” (SANTOS, 2011, p. 56). Os espaços que originaram os antigos povoamentos, hoje inundados, transformados, ao longo do tempo, em lugar, carregavam as diversas significações daquela população.

O grupo de indivíduos que compuseram aqueles espaços formaram vínculos não apenas espaciais, mas também de identidades, promovidas pelas vidas compartilhadas. Identidades espaciais e culturais são resultados de nosso “pertencimento geográfico e do compartilhamento comum de nossas relações sociais, que incluem culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas e, acima de tudo, nacionais” (HALL, 2006. p. 8).

Como vimos, as duas cidades inundadas se originaram de um pequeno núcleo familiar. Esse fato marcou a existência da comunidade, fundamentada em genuínas relações inter-humanas que dava aos moradores uma ilusão de comunidade, de unidade e senso comunitário em detrimento da distância e da impessoalidade, característica própria da sociedade moderna.

O espaço inundado era o da ancestralidade, das memórias históricas vivenciadas. Pelas entrevistas realizadas, os moradores mais antigos ainda se associam à Natividade Velha ou Redenção Velha. Construiu-se identidades pautadas na produção de sentido sobre o lugar, “sentidos contidos nas estórias que são contadas, nas memórias que conectam o presente das pessoas com seu passado e imagens que dela são construídas” (HALL, 2006. p. 51).

O deslocamento compulsório, induzido pelo desenvolvimento, impôs sérios desafios aos moradores. O reassentamento se realizou por meio das compensações de perdas e danos, essas populações, ambientalmente deslocadas, foram forçadas a deixar seus hábitos tradicionais, o que comprometeu sua existência e/ou afetou socialmente sua qualidade de vida.

Forçados a recomeçar a vida no novo espaço, os moradores encontram, nas referências das cidades antigas, os suportes de manutenção do elo que ligava a comunidade. No balanço de muitas perdas, as reminiscências foram mantidas vivas na memória do grupo, como baluarte da sobrevivência de uma história.

Halbwachs (1968), em “Memória Coletiva”, enfatizou que, por mais que as lembranças sejam individuais, elas são construídas socialmente e compartilhadas pelo grupo. Bosi (1979, p. 71) reforça essa ideia ao dizer:

Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e de valor.

Para os ex-moradores das cidades submersas, as lembranças do grupo mantêm acessa as histórias de um passado comum. De acordo com Halbwachs (1968, p. 133):

A imagem do meio exterior e das relações estáveis que mantém consigo passa ao primeiro plano da ideia que faz de si mesmo. Ela penetra todos os elementos de sua consciência, comanda e regula sua evolução. A imagem das coisas participa da inércia destas. Não é o indivíduo isolado, é o indivíduo como membro do grupo, é o próprio grupo que, dessa maneira, permanece submetido à influência da natureza material e participa de seu equilíbrio. Mesmo que pudéssemos pensar que é diferente, quando os membros de um grupo estão dispersos e não encontram nada, em seu novo ambiente material, que lhes lembra a casa e os quartos que deixaram, se permaneceram unidos através do espaço, é porque pensam nesta casa e nestes quartos.

Por mais de quatro décadas, os moradores das cidades submersas continuam compartilhando suas histórias uns com os outros, fortalecendo esse vínculo, criando uma identidade imaginada, tal qual se constrói a identidade nacional. De acordo com Lefebvre (2000, p. 51):

Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. Como argumentou Benedict Anderson (1983), a identidade nacional (assim como a da comunidade) é uma "comunidade imaginada"

Tomando como referência o livro de Benedict Anderson (2013), “Comunidades Imaginadas”, percebe-se que a identidade dos antigos moradores está intrinsecamente ligada não apenas às memórias das experiências vividas nas cidades

inundadas, mas também à memória espacial. Cada qual, a seu modo, guarda na lembrança recordações das “cidades velhas”, seja porque a origem de suas famílias está historicamente ligada à construção das antigas cidades, seja pelos modos de vida, saberes e fazeres adquiridos naquela comunidade. As formas particulares de viver continuam vivas no imaginário e nas memórias dessa população que sofreu o processo de deslocamento.

Os vínculos dos moradores com as cidades submersas foram expressos na arquitetura das novas localidades. Exemplo disso é a obra da Igreja Matriz da atual Redenção da Serra (Figura 25), inspirada no formato de um barco “desbravando grandes águas”, em alusão às terras que foram submersas pela construção do represamento dos rios.

Figura 25: Atual Matriz de Redenção da Serra - SP (sem data)



Fonte: Redenção da Serra, 2018.

O formato da atual cidade de Natividade da Serra também é ilustrativo nesse sentido. Segundo os participantes da pesquisa, o formato da cidade nova (Figura 5) foi baseado na Fênix, ave mitológica, cuja lenda originária certifica que, no momento da morte, a ave se incendeia e renasce de suas cinzas. Em seu depoimento, um dos participantes da pesquisa (PP2, 2021) comentou: "Deram-nos a fênix, como símbolo de resistência, mas não ensinaram ela a voar". A fênix em questão, ave mitológica que renasce das cinzas foi incorporada no brasão do município (Figura 26), como dispõe a lei nº 1 de 03 de janeiro de 1.977, no brasão também aparece a frase em

latim: “NONE FLAMMIS SED EX UNDIS SURREXI”, que em livre tradução seria: “Não Ressurgiu das Chamas, mas das Águas”

Figura 26: Brasão de Natividade da Serra – SP



Fonte: Natividade da Serra, 2018.

3.1 Política de Remoção e Reassentamento da população de Natividade da Serra - SP e Redenção da Serra - SP para as novas localidades

Os moradores de Natividade da Serra – SP e Redenção da Serra – SP sofreram um processo de deslocamento na década de 1970, quando foi requisitado suas terras para a construção das barragens dos rios Paraibuna e Paraitinga, compreendendo esse processo como efetuação do poder do Estado sobre o território das cidades de Natividade da Serra - SP e Redenção da Serra – SP, desprezando o vínculo entre aquela população e seu lugar, dessa forma consideramos que nesse sentido, houve um processo de desterritorialização; torna-se importante determos nos conceitos de territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade.

De acordo com Haesbaert (2004, p. 3),

A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

Guattari e Rolnik (1986, p. 323) ampliam a noção de territorialidade, ao argumentar que

Os seres existentes se organizam segundo territórios que os delimitam e os articulam aos outros existentes e aos fluxos cósmicos. O território pode ser relativo tanto a um espaço vivido quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se “sente em casa”. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma.

Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.

A desterritorialização¹², portanto, diz respeito ao movimento pelo qual se abandona o território e, a reterritorialização, ao movimento de construção do território.

Com base em apontamentos feitos nos sites oficiais dos municípios e no Plano diretor de Natividade da Serra (2017), os municípios tinham como principal meio econômico a agricultura familiar e a criação de gado leiteiro e de corte e, com a inundação de suas antigas terras, os dois municípios tiveram grande perda econômica. Quando essa população percebe que teria que deixar suas casas para ocupar um novo espaço ela perde seu território, enfrentando assim um processo de desterritorialização.

Considerando que nas décadas de 1960 e 1970 ainda não existiam políticas que protegessem populações atingidas por barragens, a única lei existente referente a aquele que seriam desapropriados por construções públicas é a Decreto-lei nº 3.356 de 1941, no qual assegura uma indenização (em dinheiro) ao proprietário que tivesse documentação referente aquele terreno. O termo “atingidos por barragem” só vai começar a surgir com os movimentos do “MAB” (Movimento dos Atingidos por Barragens) no final da década de 1970 e começo de 1980 (FOSCHIERA, 2009), “atingido por barragem” só se tornou um termo legal a partir do decreto nº 7.342, de 26 de outubro de 2010. Além das poucas legislações de proteção a esses moradores, precisamos reforçar que o período político se tratava de uma ditadura civil-militar, diminuindo o espaço de diálogos entre Estado e população.

Levando em consideração a falta de legislação existente, a transposição dessas povoações de um local para o outro não foi feita de forma elaborada, levando-se em consideração o impacto social do deslocamento. Na elaboração deste estudo não foram encontradas fontes oficiais sobre a abordagem dos agentes públicos junto aos moradores e o processo de deslocamento das famílias. Em material produzido

¹² Compreendemos a discussão do Haesbaert em relação ao conceito de desterritorialização como algo vindo do debate sobre a globalização e sua argumentação considerando essa ação um “mito” e atribuindo o conceito de multiterritorialidades. Debates esses que se alongou desde os anos de 1997, 2001, 2002 e 2004. Contudo, para essa pesquisa consideramos escassas as conceituações que poderiam se encaixar na discussão. Portanto, consideramos “desterritorialização” a perda forçada de uma população em relação ao seu território e/ou lugar e deslocada para um novo espaço.

pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura do município de Redenção da Serra, menciona-se sobre o deslocamento compulsório dos moradores:

No dia 25 de agosto de 1974, uma multidão de cidadãos reuniu-se na praça central e deu início a despedida uma longa procissão. Uma cruz levada pelo povo caminhou pelas ruas da velha cidade até o novo local onde foi lançada a pedra fundamental da nova cidade (REDENÇÃO DA SERRA, 2018, p. 11).

Na tentativa de preencher as lacunas que as fontes oficiais não deram conta de responder, esse estudo tenta desviá-las a partir de entrevistas realizadas com ex-moradores e pessoas que presenciaram o deslocamento dos moradores a fim de saber como foi realizada a abordagem e todo o processo de remoção da população.

Para o deslocamento dos moradores e decisão de suas mudanças, levou-se em consideração a localização da cidade, já que estas ficavam em uma região de várzea, para facilitar o preenchimento das águas naquele terreno. A notícia do represamento e da inundação dos povoados ocorreu de maneira direta e simples. A população, desprevenida, se despediu, à sua maneira, do seu antigo lugar, conforme o depoimento de PP3 (Mulher, professora, 53 anos, 2021).

Olha, a construção da barragem, o pessoal já falava desde 1920 que viria a inundação para Redenção e Natividade, só que ninguém acreditava nessa história porque muitos anos se passaram e existia esse boato que viria a represa, né!? Um reservatório na verdade. E que iria inundar a cidade, mas o povo não acreditava nisso, mas quando foi na década de 60, aí começou a ficar mais forte o comentário, e veio a notícia né!? Para a população, de que realmente iria ser feito a inundação da cidade.

Os Participantes da Pesquisa contam que não se recordam de um anúncio oficial sobre a construção da represa, entretanto acreditam na possibilidade de haver algum, que se lembram de que a notícia era dada no “boca-a-boca”, feitos por funcionários da prefeitura e do DAEE, mas que os boatos já eram antigos sobre um possível represamento decorrente da inundação. Quando a notícia chegou, cada morador teve que se organizar para, aos poucos, abandonar a cidade. PP3 (2021) recordou:

Redenção a mudança dela, pra cidade nova, na verdade o marco é o cruzeiro né!? O marco da cidade nova é o Cruzeiro, foi em 1974, e os moradores de Redenção tiveram 74, 75 e início de 76 para fazer a

transferência da cidade, então foi nesse período. Mas cada um ao seu tempo (PP3, mulher, professora, 53 anos, 2021).

Mesmo saindo de pouco a pouco, eles tiveram que encontrar formas de continuar suas vidas nas novas cidades, com a esperança de receber alguma indenização pela sua casa e terreno. Entretanto, as indenizações sobre as casas e os terrenos dos deslocados, os participantes de pesquisa relatam que não foram todos que receberam, e também apontaram que grande parte daqueles moradores não tinham documento de seus terrenos, ou seja, eram posseiros:

Eu não sei né, porque agora a gente não tá lá mais, daí que podia ser, porque daí gente queria receber né? O que era da gente né? Meu pai, perdeu uma porção de coisas lá também né? Ninguém recebeu... não pagou nada. Nois também ficou, o terreno da minha sogra também ficou lá, dentro da água, também, ninguém recebeu. Aí se fosse assim a gente teria que receber, pra deixar né? Mas ninguém, ninguém deu nada. Conseguiu, alguém de lá, disse que conseguiu né? Mas acho que muito não, acho que muito não. Não conseguiram não sei porque, porque disse que era pra pagar, nós tudo era pra receber. Mas aí viemos embora pra cá (Paraibuna), ficou pra lá, e foi, foi indo ninguém mexeu com nada né? Fico, daí fico. Agora os outros diz que colocou advogado aí recebeu um pouco, as outras pessoas diz que recebeu. Agora o nosso não sei. (PP5, mulher, aposentada, 79 anos, 2021)

A PP5 relata a experiência, tanto sua, quanto do pai e sogra, que segundo o relato se localizavam na zona rural de Natividade da Serra e eram próximos. O PP4, demonstrou uma visão um pouco diferente, recordando principalmente como eram as casas nas zonas periurbanas e urbanas:

Porque é... as casas, os imóveis foram avaliados pra poder pagar a indenização né? Que na verdade, tinha muito pouco para ser indenizados né? As casas eram muito precárias, casas de pau-a-pique e taipa, entendeu? (PP4, homem, jornalista, 61 anos, 2021)

Os relatos contam também que os moradores tentaram aproveitar o máximo possível dos materiais de suas antigas casas para construir as novas. E o dinheiro da indenização seria uma forma de financiar a construção da nova moradia. Em um relatório da Eletrobrás junto com o DAEE de 1984, demonstram a verba direcionada para as indenizações e os anos, sendo um total de 20.851.921,83 cruzeiros¹³, neste documento eles se dão da seguinte forma (Tabela 5):

¹³ No verbete do documento aparece a seguinte cotação do dólar referente a moeda nacional do período que era o cruzeiro (1970-1986)

Tabela 5: Valores das Indenizações pagas aos proprietários afetados pela construção da UHE Paraibuna

	Valor Pago (em cruzeiros)	Nº de propriedades
1971	67.732,50	01
1972	731.523,32	09
1973	6.225.146,68	150
1974	2.748.625,22	54
1975	3.765.517,63	22
1976	1.582.886,00	12
1977	14.968,73	06
1978	8.966,12	03
1979	3.708.713,93	12
1980	1.429.793,35	01
1981	166.916,00	01

Fonte: Eletrobrás e DAEE (1984)¹⁴.

Na somatória das propriedades indenizadas, teve por resultado um total de 271 propriedades, 998 propriedades a menos do que referida no relatório da AGEVAP (ASSOCIAÇÃO..., 2007), que dizia que o número total de propriedades inundadas eram de 1.269 (em todas as somatórias são incluídas as propriedades localizadas em Paraibuna – SP), lembrando também que os dados se referem aos números de

Dez/71 – C\$ 5,60
 Dez/72 – C\$ 6,18
 Dez/73 – C\$ 6,18
 Dez/74 – C\$ 7,40
 Dez/75 – C\$ 9,02
 Dez/76 – C\$ 12,28
 Dez/77 – C\$ 15,95
 Dez/78 – C\$ 20,78
 Dez/79 – C\$ 42,33
 Dez/80 – C\$ 65,17
 Dez/81 – C\$ 127,16

¹⁴ Documentos encontrados no acervo físico do Instituto Chão Caipira e foram cedidos para nossa consulta através de uma das entrevistas e foi assinado o TCLE e numerado como PP8.

propriedades e não de proprietários (e/ou famílias). Os participantes de pesquisa não informaram se suas famílias foram indenizadas ou não.

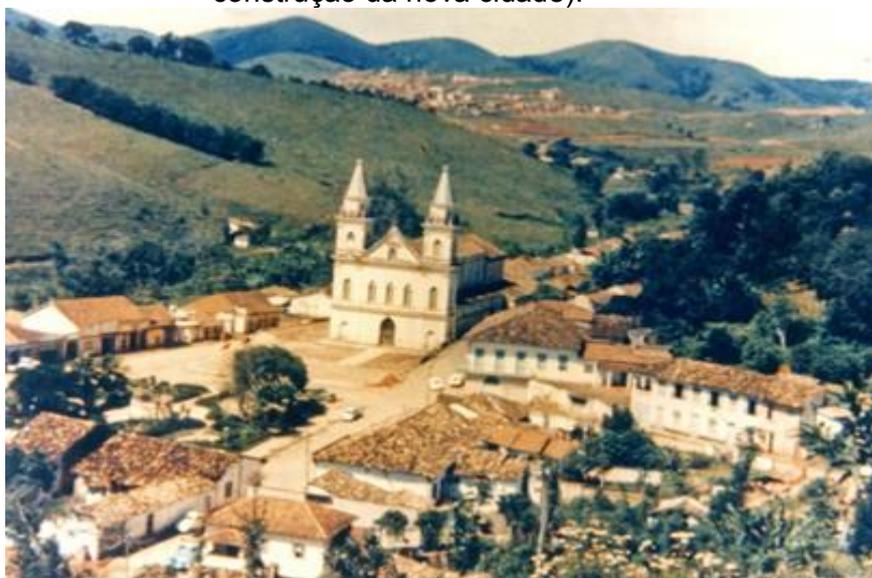
A transição foi longa e os moradores mesmo construindo a nova cidade, ficava transitando entre as duas como demonstra o PP4:

Já havia várias construções na cidade nova, as pessoas, por exemplo, as aulas ainda eram na cidade velha e as pessoas moravam na cidade nova, então havia um fluxo de pessoas no final da tarde indo pra cidade velha pra estudar, e a noite voltando pra casa, que já era aqui em cima na cidade nova, entendeu? E eu acompanhava isso porque aí, nessa época, eu já morava em outro... eu continuava na zona rural, mas no outro lado, então é... que já era, já no caminho de Natividade, então a gente... eu vinha junto com as pessoas né? O pessoal vinha da cidade velha para a cidade nova, a noite por exemplo, eu vinha junto. Mas eu acompanhei essa transição, a destruição das casas, do pessoal juntando o material e trazendo da cidade velha, o início da construção da cidade velha, da cidade nova! Desculpe. Eu acompanhei toda essa transição. Os amigos meu que tinham casa lá na cidade velha e que foi mudado pra cá na cidade nova, como é que foi esse processo. Há um certo desespero, uma certa apreensão que isso causava nas pessoas, porque a água literalmente estava batendo a porta de muita gente, e as pessoas de repente não tava conseguindo construir aqui na cidade nova, porque como eu disse o dinheiro da indenização era muito pouco, e se aproveitou bastante coisa, material... quem tinha muito material pra aproveitar, da cidade velha, para aproveitar aqui na cidade nova, entendeu? Então a cidade na verdade, nesse período de transição, houve um período que conviveu né? Sabe? Ao lado... a cidade nova com a cidade velha tinha uma convivência, e o cenário da cidade velha eles tinha uma convivência, no cenário da cidade velha nesse período, era um cenário de destruição, sabe? Da escola... Eu vi por exemplo a escola sendo destruída, eu vi o cinema da cidade velha sendo destruído, sabe? As casas... De repente quase todas as casas caíram, só algumas só que ficaram, que ainda, ficaram em pé. Eu assisti tudo isso. Entendeu? E realmente foi um período, uma época, uma... Foi um período de muita apreensão e muita... Como é que eu diria? É... de certa forma era tristeza mesmo. Não é? De as pessoas... Porque é... enquanto era boato as pessoas estavam empurrando com a barriga, né? Não acreditavam e tal... Então tava levando de boa, aí... Daqui a pouco elas estavam vivendo uma... aquela realidade de realmente ter que... de fazer a mudança, não tinha outro caminho, não tinha outra solução, e havia aí, é... uma incerteza ainda, de certa forma, por parte do governo do estado que não, que não... dava muita expectativa né? Pras pessoas, foi uma briga danada, entre a população, o governo local né? Os vereadores, o prefeito. E o Estado, porque o Estado não queria. O Estado virou as costas para Redenção, não queria é... a mudança. Se fosse por conta do Estado, Redenção teria acabado, assim como Natividade teria acabado. (PP4, homem, jornalista, 61 anos, 2021)

No relato do PP4, percebemos como essa transição foi lenta, mas desesperadora ao mesmo tempo, uma vez os moradores não tinham nenhuma

certeza quanto ao seu futuro, e tiveram que presenciar e ajudar a demolição da cidade no qual cresceram. A Figura 27 mostra a antiga cidade e o início das obras da nova cidade, demonstrando esse período de transição.

Figura 27 – Cidade antiga de Redenção da Serra - SP (Ao fundo, as obras de construção da nova cidade).



Fonte: Comitê..., 2007.

O local escolhido para construção da nova cidade de Redenção da Serra é explicado pelo ex-prefeito da cidade, que presenciou essas mudanças sendo realizadas durante o seu mandato, essa entrevista foi realizada pelo Instituto Paiolino¹⁵, através do jornalista João Carlos de Faria em 2013. O Doutor Neymar Neves de Azevedo, então prefeito de Redenção da Serra conta que a população acreditava que se construísse o novo centro urbano próximo da inundação, a cidade teria constantemente a presença do lago ao seu redor embelezando a cidade, com o intuito de ser um atrativo turístico, entretanto o resultado obtido foi diferente.

Através do Horácio Ortiz que era deputado estadual, eles nos arrumou o... um arquiteto em São Paulo que fez o projeto para esse terreno que foi doado pelo senhor João Rodrigues. Era o arquiteto: João Walter Toscano, ele com a equipe dele: Cláudio de Jesus e Tozzi. Esses foram os três elementos que fizeram o projeto do núcleo principal de Redenção. [...] A população quis ficar próxima da represa, porque nós tivemos uma ilusão que a represa não oscilasse tanto, como está oscilando. Então, construiríamos uma cidade e... o planejamento seria para uma cidade turística, nós chegamos a entrar, inclusive, com... em contato com a secretaria de turismo pra financiar uma construção de

¹⁵ Segue no anexo Q a autorização por parte da Presidente do Instituto Paiolino, senhora Ana Néri do Carmo Faria, cedendo a utilização desta entrevista para essa pesquisa.

um hotel, pra turismo pra cidade de Redenção da Serra. Mas aí, eles sabiam, mas nós não sabíamos, que a represa era feita pra não permanecer em um nível só. Que a represa ia oscilar. Então, como fazer turismo em uma cidade que hoje tem água e amanhã não tem mais? (INSTITUTO PAIOLINHO, AZEVEDO, 2013).

Essa remoção causou um sentimento misto em seus moradores. Essas impressões foram retratadas em alguns textos encontrados em sites oficiais das prefeituras das cidades estudadas. Alguns moradores compreenderam que a construção da usina traria melhorias para região, considerando que, para a época, as hidrelétricas significavam um avanço industrial e oportunidade de emprego para aqueles que viviam ali, mesmo que isso significasse a inundação daquele espaço.

Harvey (2008) ajuda-nos a compreender essa relação de perdas e ganhos ao mencionar que “deriva, da necessidade de subsistência, a ideologia de que o ‘progresso’ é tanto inevitável como bom” (HARVEY, 2008, p.169). Nesse sentido, PP3 se manifesta:

Agora a minha relação com essa história, a gente entende os dois lados, né!? Porque a gente participou da mudança dessa cidade, a gente entendeu que realmente vinha a represa, não era necessário, não tinha necessidade de fazer essa represa, porque foram apresentados outros projetos, para que não se... não se inundasse Redenção e Natividade, uma delas era um projeto em Caraguatatuba, não teria necessidade de inundar, mas o governo do Estado resolveu né!? O governo Federal, resolveu que seria... por bem, inundar as duas cidades, mas esse contato com a gente é a parte da memória que fica né!? A gente tem esse contato, mas a gente percebe que na população existe uma ruptura, dessa memória antiga e a memória nova, os pais contam... hoje os pais contam mais da parte nova né!? Mas os avós falam da parte antiga, a lembrança da parte antiga, os mais novos têm lembranças da parte nova, parece que não existiu a parte antiga. Entendeu? Então é... é complicado. É meio complicado essa situação, teve essa ruptura aí que eu acho que é pra questão emocional da pessoa que viveu essa mudança, foi muito grave na época, porque... perdeu né!? A história, teve essa ruptura na história da pessoa né!? Falando de ser humano, na vida dela teve essa ruptura né!? (PP3, mulher, professora, 53 anos, 2021).

Na década de 1960, o espaço que alojava os municípios de Redenção da Serra e Natividade da Serra passou por muitas modificações, conforme apontou Faria no artigo de jornal de Paraibuna intitulado “Folha da Serra” (FARIA, 1983, p.1):

Com a chegada das grandes companhias para a construção da Barragem Paraibuna Paraitinga, a população rural deixou o campo em busca de melhores empregos nas obras, fazendo com que aquela população, que era de 13.031, em 1960, caísse para 8.842, em 1970.

O número da população se refere à zona rural do município de Paraibuna, que não é muito diferente das outras cidades, Natividade da Serra e Redenção da Serra. O artigo supracitado traz as impressões dos moradores na época e a confiança compartilhada de que, a partir daquela grande construção, as coisas iriam ser diferentes, e que haveria novas oportunidades, principalmente de empregos e aumento de visitas derivadas do turismo. Apesar de não haver grandes mudanças nos ofícios dos participantes de pesquisa ou dos familiares deles durante e após a construção do empreendimento, mas o PP4 (2021) comenta que se lembra da mudança de ofício das pessoas do município que estavam ao seu redor, que trocaram a agricultura pela construção civil:

o que aconteceu teve muita gente que, com... a da demanda da construção, teve muita gente que acabou virando pedreiro, acabou virando... acabou indo para a construção civil. Muita gente que trabalhava na zona rural por exemplo, né? E... também, é... com o comércio na cidade, aqui na cidade nova, é... é, eu não sei se é mais forte que o comércio da cidade velha, mas eu acho que teve muita gente também que partiu para o comércio né? E eu acho que as mudanças que ocorreram nesse período foi muito desse tipo. (PP4, homem, jornalista, 61 anos, 2021)

Durante a entrevista do ex-prefeito Neymar Neves de Azevedo, ele reforça essa mudança de ofício

O comitê¹⁶ conseguiu através do ministério do trabalho, uma verba para dar um curso de pedreiro em Redenção da Serra, então, muitas pessoas, quer dizer da cidade velha, fizeram o curso de pedreiro. E tiveram até diploma, receberam até um diplomazinho (INSTITUTO PAIOLINHO, AZEVEDO, 2013).

Muitos moradores das três cidades envolvidas (Paraibuna, Natividade da Serra e Redenção da Serra) conseguiram empregos nas obras da barragem e nas construções das novas cidades. Mas muitos outros tiveram que enfrentar um futuro incerto, por não verem concretizadas as promessas feitas pelos responsáveis pela construção, como demonstra a fala do PP2 (2021) sobre Natividade da Serra:

¹⁶ O Comitê de Extensão rural foi criado na antiga cidade de Redenção da Serra por lideranças locais que tinham por objetivo unir e organizar a população para lutar contra o desaparecimento do município e em defesa da realocação do centro urbano, uma vez que não havia mais nada a ser feito contra a construção dos represamentos e inundação de sua cidade.

Foi pela insistência, no caso, do prefeito da época, foi feita a cidade e ele brigou, inclusive ele recebeu ameaças de ser preso, ameaça de tortura, mas ele foi corajoso e conseguiu né!? Reloca a população, como maior número possível, Natividade na época tinha... 1970, 12 mil habitantes, hoje, atual, Natividade está com 6.700 habitantes, então o êxodo foi grande, as pessoas não tinham para onde ir, e aqueles, como eu falei, que tinha mais condições, ou enfrentaram a dificuldade de começar do zero, em um lugar que era tudo incerto, não sabia se ia pra frente se dava certo ou não, ou migrar para uma cidade grande, mas para cidade grande a condição era pouco (PP2, homem, escritor/professor, 53 anos, 2021).

O deslocamento do centro urbano das cidades de Natividade da Serra e Redenção da Serra acarretou danos profundos na economia dos municípios que viviam, sobretudo, do gado leiteiro. No site da Prefeitura de Natividade da Serra, consta o seguinte texto sobre os impactos nas atividades do município:

O estado procedeu com a construção da Represa de Paraibuna, inundando quase 200% da área e das edificações da sede e parte da área rural. Na zona rural, o represamento das águas afetou as terras férteis, eliminando grande parte da agricultura de subsistência (NATIVIDADE DA SERRA, 2018).

Em mais de um depoimento houve comentários sobre a perda das terras de várzeas em ambas as cidades:

Primeiro foi que falei, as terras férteis acabaram, Natividade não tem mais, tudo que se plantava: arroz, feijão, enfim... A melhor terra de Natividade e Redenção no caso, acabaram né!? E isso é um ponto negativo, a cidade em si, o núcleo urbano, também se acabou, as pessoas não receberam até hoje, algumas receberam, as indenizações foram muito aquém daquilo que deveria ser, a diferença é gritante, muita diferença né!? Por exemplo hoje, se uma propriedade valia 500 mil, foram pagos 5 mil só. Foi muita diferença, então esses foram alguns dos pontos negativos (PP2, homem, escritor/professor, 52 anos, 2021).

Segue outro comentário, agora em relação à Redenção da Serra:

O ponto negativo, quando chegou a represa (...) a agricultura aqui, na verdade não era agricultura, a pecuária aqui era muito forte, da cidade velha, mas quando chegou a represa, ela inundou toda a parte plana da cidade, na maioria da parte da parte plana do município, ela inundou, então as pessoas não puderam mais, trabalhar com a pecuária, porque não existia mais a área para trabalhar, simplesmente ficou a parte de morro só né!? (PP3, mulher, professora, 53 anos, 2021).

Os impactos causados pelas construções de barragens são assuntos discutidos em todo o mundo. Com relação à falta de indenização, a Comissão Mundial de Barragens (2000) reconhece que:

Muitas das pessoas deslocadas não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal e, portanto, não foram reassentadas nem indenizadas.

Nos casos em que houve indenização, esta quase sempre mostrou-se inadequada; e nos casos em que as pessoas deslocadas foram devidamente cadastradas, muitas não foram incluídas nos programas de reassentamento.

Aquelas que foram reassentadas raramente tiveram seus meios de subsistência restaurados, pois os programas de reassentamento em geral concentram-se na mudança física, excluindo a recuperação econômica e social dos deslocados. Quanto maior a magnitude do deslocamento, menor a probabilidade de que os meios de subsistência das populações afetadas possam ser restaurados.

Mesmo nos anos 90, em muitos casos os impactos sobre os meios de subsistência a jusante não foram adequadamente avaliados ou considerados no planejamento e projeto de grandes barragens.

Ao analisar o Plano diretor de Natividade da Serra (2017), percebe-se que os moradores perderam a terra que servia como pastagem para o gado, assim como foi prejudicada a plantação de pequenas hortas para a subsistência.

O Plano Diretor do município de Natividade da Serra de 2017 traz tópicos sobre essa questão, ao propor:

- I. Justiça social e redução das desigualdades sociais, locais e regionais, principalmente em razão da criação do Reservatório de Paraibuna que impactou no desenvolvimento social e econômico de Natividade da Serra, gerando diferenças sociais e territoriais, constatadas pela população nas Audiências Públicas do Plano Diretor Municipal (NATIVIDADE DA SERRA, Plano Diretor, artigo 1º, Lei nº 706 de 22 de agosto de 2017).

O deslocamento ocorrido nas cidades de Natividade da Serra e Redenção da Serra modificou o convívio e o cotidiano das comunidades que tiveram suas ligações sociais desfeitas. Nem todos passaram a residir nas novas cidades. Alguns optaram por residir em municípios circunvizinhos, como São José dos Campos e Taubaté, na esperança de se estabelecer de maneira mais rápida. Entretanto, mesmo residindo em outros municípios, os moradores não se esqueceram das suas antigas cidades. Como demonstra a PP5 (2021):

Sinto, falei pra (diz o nome da neta), que de lá eu tenho saudade, pra cá não tenho (cidade nova de Natividade da Serra), mas de lá eu tenho (cidade velha de Natividade da Serra). Nossa, bastante mesmo. É o lugar que nos foi nascido e criado foi pra lá né? Tá loco, vim embora com as minhas crianças pra cá. Muita saudade. (PP5, Mulher, aposentada, 79 anos, 2021)

Os que foram para o novo espaço, remanejados pelo governo militar, também tiveram dificuldades de se desvincular do antigo espaço. E por ter ocorrido esse deslocamento durante este momento, em entrevista, o ex-prefeito fala como foi difícil reivindicar, solicitar, pedir ou implorar para as autoridades federais por algum tipo de ajuda para a construção da nova cidade

Os órgãos oficiais se abstiveram de fazer qualquer coisa, e infelizmente nós não tínhamos condições nem de reclamar, porque nós estávamos em uma ditadura. Então a gente pedia: “por favor, a população quer isso, acordem, nos atenda”! nós pedíamos, pedíamos, pedíamos, pedíamos e pedíamos...

Fiscalização de não sei da... da ditadura, me disse: “Olha, por favor, qualquer lugar que o senhor for, não critique. Não critique. Porque senão você vai encontrar dificuldade, e pode piorar a sua situação.” Então eu tava blindado, eu estava cercado, mesmo, eu não podia é... não podia, tinha que engolir... tinha que bater palma. Aplaudir (INSTITUTO PAIOLINHO, AZEVEDO, 2013).

Essa fala nos mostra como o momento político nacional da construção das barragens e deslocamento dos moradores, afetou diretamente as ações dos municípios e a falta de diálogo. Por ocorrerem diversos episódios de poucas informações e nenhum apoio de órgãos estaduais ou federais, o ex-prefeito se descreveu como desiludido e impotente, por saber a necessidade e urgência que se tinha para deslocar os moradores, de precisar construir prédios públicos como escolas e hospitais e não ter a verba necessária para se destinar para essas obras.

Era que... eu ia para São Paulo às vezes, voltava e o que fiz hoje? Nada. O quê que eu consegui hoje? Nada. Eu me sentia um lixo. E o pior, às vezes eu passava a noite sem dormir. Nem ela sabia (apontando para esposa, segurando as lágrimas). [...]

Às vezes eu me sinto desiludido. Porque fazer um sacrifício, uma luta, muito grande, inclusive a perda de todo o meu patrimônio durante esse tempo, e as vezes... hoje... um dia desses em Taubaté, eu assisti... eu participei... eu ouvi uma crítica sobre a construção da cidade, no morro, dificuldade da população de se locomover, que idosos não tem condição de viver em Redenção. Isso dito por um chofer de táxi em Taubaté.

Mas a desilusão é com o problema da represa, problema das águas. E... pra... pela população não entender muitas coisas. Tem redencense que tem vergonha de dizer que é redencense. Que não luta pela cidade, não se interessa... (INSTITUTO PAIOLINHO, AZEVEDO, 2013)

A antiga cidade, passou a ser representada, de alguma forma, no novo espaço, bem como as suas referências serviram de base para o restabelecimento espacial dos moradores. Exemplo disso é a arquitetura da matriz de Santa Cruz e a casa paroquial de Redenção da Serra que foi mostrada na figura 18, ambas localizadas na Avenida Dez de Fevereiro. Essas edificações

tem uma arquitetura singular; a construção da matriz é em formato de um barco e no ponto mais alto, uma imensa cruz se ergue como um cruzeiro no alto de um monte [...]. Os simbolismos da matriz e da casa paroquial, segundo o Cônego Amâncio Calderaro, são baseados em dois barcos atracando em novas terras para a construção da nova cidade (REDENÇÃO DA SERRA, 2020, p. 12).

Além das referências na arquitetura, em 2017, o Instituto Cultural Santa Cruz do Paiolinho, criado pelo jornalista João Carlos de Faria e pela professora Ana Néri do Carmo de Faria, de Redenção da Serra, organizou o evento “Salvem a Minha História” (MOVIMENTO..., 2019), com o objetivo de manter em pé a antiga igreja matriz da cidade que permaneceu intacta, mesmo após o alagamento, transformando-se em símbolo de ligação dos moradores com sua história. Até mesmo o hino municipal de Redenção da Serra, em suas primeiras estrofes fazem alusão ao espaço inundado.

Ó velha Redenção da Serra
Pioneira da abolição
De grandes vultos és a terra
És berço do coração

Tua velha praça, o teu jardim
Teu templo Sé da Santa Cruz
Hão de ser eternos para mim
Um farol de fé e luz

À Redenção, o meu louvor
À Redenção o nosso amor
Ó Redenção, Terra querida
Por ti darei a própria vida
[...]

(PMRS, sem data).

O movimento de Redenção da Serra demonstra o valor histórico que a cidade tem para os atuais moradores, e os demais símbolos, sejam através da arquitetura ou do hino, demonstram que há um esforço para que não seja esquecida a antiga cidade.

A desterritorialização também é uma desculturalização desses indivíduos. Canclini (1998), em “Culturas Híbridas”, mostra que a hibridez e a permanência das culturas tradicionais estão sempre em conflito com a modernidade: “As buscas mais radicais sobre o que significa estar entrando e saindo da modernidade são as dos que assumem as tensões entre desterritorialização” (CANCLINI, 1998, p. 309).

PP3 relatou os impactos que a transferência provocou na identidade e manifestações culturais da comunidade:

Então, na cidade velha o que a gente tinha muito, a gente tinha as festas religiosas, onde o povo tinha convivência, nós tínhamos um jardim que as pessoas todas ficavam em volta do jardim. Era uma cidade pequena, então todo mundo conhecia todo mundo, o vizinho conhecia o outro, e era a relação dos vizinhos, era mais próximo. Na cidade nova, já ficou diferente, até pela formação da cidade, um vizinho ficou na rua de baixo, outro vizinho ficou aqui do lado de cima da cidade. Eram vizinhos na cidade antiga e foram separados na cidade nova, então eu acho eu isso fez um pouco... é... causou um pouco impacto assim, emocional nas pessoas. Porque as pessoas tiveram que deixar as suas casas, porque ela tinha, um... é um valor afetivo a sua casa né!? Tiveram que deixar as suas casas, tiveram que deixar a companhia dos seus vizinhos, que estavam ali há anos né!? Juntos, pra vir para um outro lugar construir, construir relação com outros vizinhos, que eles nem conheciam diretamente, muitas pessoas moravam na zona rural, que foram inundados e tiveram que vir para a cidade... então, não tinha muito esse aconchego entre os dois vizinhos que tinham na cidade velha, isso que foram separados aqui na cidade nova. Têm as festas né, as festas religiosas, no começo até que começou a fazer algumas festas na cidade, mas por conta da correria da construção da cidade, porque a água estava chegando, precisava sair da cidade nova (velha), foi deixado de lado essa parte religiosa, cultural, pra realmente ficar focado na construção das casas, para que as pessoas pudessem sair e ter algum lugar para ficar. Então essa parte cultural, essa parte religiosa, ficou um pouco perdida na cidade nova (PP3, mulher, professora, 53 anos, 2021)

Stuart Hall (2006, p. 88-89) comenta sobre a “tradução”, forma de manutenção de uma identidade pautada na coesão social:

Este conceito descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são

obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas.

A necessidade de manter a cultura é percebida no Plano Diretor do município de Natividade da Serra, de 2017, onde consta a preocupação dos moradores reassentados com o resgate cultural:

Art. 48. A política municipal de cultura tem por princípio a valorização da história e identidade do Município, em especial resgatando manifestações, festas religiosas, grupos tradicionais, perdidos após a implantação do reservatório de Paraibuna e reassentamento de sua população, entendendo a cultura como espaço multidisciplinar de reconhecimento dos valores sociais, históricos e humanos da sociedade (NATIVIDADE DA SERRA, 2017).

O processo de deslocamento e reassentamento da população dos municípios que foram alagados provocou um estranhamento que se perpetua até os dias atuais. Sobre os impactos provocados pela desterritorialização, Milton Santos (2011, p. 224) ressaltou: “O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação”.

Atualmente as cidades atingidas pela inundação dos rios Paraibuna e Paraitinga, que são: Natividade da Serra, Redenção da Serra e Paraibuna, tentam buscar no turismo uma fonte de renda e de utilização do grande lago construído para a Hidrelétrica Paraibuna, o SESC (Serviço Social do Comércio) de São José dos Campos formulou um curso online chamado “Turismo como Agente Regenerativo”¹⁷, que trabalha com as três cidades citadas e como o turismo social pode ser um agente regenerativo para a cultura das cidades. No segundo vídeo do primeiro módulo temos a participação do André Bazzanella (IPHAN-SP – Casa de Patrimônio do Vale do Paraíba) que comenta um pouco da relação entre os moradores e o espaço inundado e como o turismo ajuda no vínculo dos moradores com suas cidades:

¹⁷ O primeiro módulo, traz uma apresentação do Turismo Social e como ele envolve a comunidade e a economia local, valorizando a cultura e o ambiente por meio de suas características e potencialidades, a partir do roteiro Chão Caipira, realizado pelo Instituto H & H Fauser em Paraibuna. Facebook: <https://ptbr.facebook.com/sescsicampos/videos/216424067256146/> Instagram: <https://www.instagram.com/tv/CWsyKF2FW2d/>

Se você pensar, o patrimônio, ele faz parte de você, inevitavelmente. Você nasce em algum lugar. Esse lugar é composto de memórias, histórias. Ele é testemunho da sua própria presença, como é testemunho da presença de outras pessoas que passaram por ali, que passarão por ali, como você também passará por ali. Então, o patrimônio, estabelece essa linha de continuidade. Paraibuna é um caso, Redenção é um caso. E são muito diferente.

Às vezes, como no caso da represa, vamos pegar Natividade, a cidade desapareceu. Automaticamente, passa a ter essa interação entre a pessoa e o espaço. Mas essa relação não tem mais aquela coisa, tem que ser criada aquela comunidade, que é a própria história da represa, as próprias ruínas lá embaixo, o próprio sítio arqueológico que tem lá. Começar a reconstruir esse pertencimento, essa linha de continuidade. Que ela vai submergir na represa, mas ela não desapareceu, só que as pessoas perderam essa visualidade, esse objeto. Então, tem que deixar de se transformar em tela, e só memória e foto? Não, tem que transformar em experiência. A experiência é a represa, ela passa a fazer parte daquela paisagem.

Que você para de ter turismo, ele tem que ser um turismo que constrói. É obrigatório que as pessoas criem o lugar. Ou seja, tenham consciência do lugar, tenham consciência de si mesmos, tenham consciência dos seus valores, suas festas, suas edificações, suas plantas, sua natureza, para que eles possam receber as pessoas. Tem que regenerar esse sentido de pertencimento, principalmente nesses lugares que se perderam (IPHAN-SP – Casa de Patrimônio do Vale do Paraíba; BAZZANELLA, 2021).

4 MEMÓRIAS SUBMERSAS E PLANEJAMENTO URBANO: RELATOS DOS MORADORES REASSENTADOS

Com o intuito de compreender e dar voz a aqueles que foram os principais afetados com a construção da UHE Paraibuna, esta seção irá analisar em três partes a visão dos ex-moradores; a primeira analisando a partir dos relatos coletados pelas entrevistas de sete indivíduos, a segunda trazendo a netnografia para análise da rede social *Facebook*, a partir de páginas criadas por ex-moradores das cidades inundadas e a terceira parte uma reflexão à ausência de consideração às histórias, memórias e heranças culturais dos deslocados.

4.1 Visão dos entrevistados em relação ao processo de deslocamento

Essa subseção será baseada na análise das entrevistas realizadas de forma presencial e remota com sete ex-moradores das cidades inundadas e pessoas que têm algum tipo de relação com a construção das barragens, sendo três de Natividade da Serra e três de Redenção da Serra e uma pessoa que acompanhou o deslocamento das populações e a construção das barragens.

Com o intuito de compreender a visão deles em relação aos deslocamentos dos centros urbanos e de alguns bairros rurais, e na netnografia, ou seja, no ciberespaço, espaço das comunicações por redes de computação, no caso específico deste estudo, a rede social *Facebook* metodologia que se demonstrou riquíssima, não apenas por estarmos em um momento pandêmico e de distanciamento social, mas também pelas grandes possibilidades que essa metodologia nos oferece. Foram feitas nove questões semiestruturadas (Anexo B) evidenciando a importância da memória para aqueles que viveram um passado compartilhado nos antigos espaços.

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua

complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989. p. 7).

Por conta do atual momento pandêmico, as entrevistas foram realizadas de duas maneiras distintas, presencialmente e via *Zoom* (plataforma para realização de vídeos chamadas). As entrevistas presenciais tiveram os protocolos recomendados pela OMS (Organização Mundial da Saúde) seguidos, como uso de máscaras, utilização de álcool em gel (70%), com distanciamento de 150 cm em espaço arejado. As entrevistas do *zoom*, tiveram os seguintes procedimentos: primeiramente foi enviado o TCLE (anexo A) por e-mail, juntamente com o *link* da reunião individualizado para cada participante. Somente de posse da assinatura do TCLE que se procedeu às entrevistas. No *software Zoom*, foi configurada a sala de espera, para que o anfitrião da reunião (a pesquisadora) permitisse a entrada apenas do participante em questão. Nas duas modalidades, o TCLE foi lido na íntegra e esclareceu-se toda e qualquer dúvida que o participante tinha. Para manter o anonimato do participante e evitar a quebra de sigilo, utilizou-se do recurso de identificação por código, formado pelas letras PP (Participante da Pesquisa), seguido da ordem das entrevistas, ou seja, PP1, PP2, PP3, sucessivamente, houve também a necessidade de se esclarecer em cada citação o gênero, o ofício e a idade de cada participante da pesquisa para melhor esclarecer os relatos e o ponto de vista desses indivíduos.

PP1 é um senhor de 60 anos que, na época da remoção, tinha por volta dos 14 anos, filho de dono de fazenda, ajudava seus pais na propriedade e frequentava o centro da cidade velha de Redenção da Serra, tanto para brincar e ver seus amigos, quanto para frequentar a escola do município; hoje trabalha como autônomo em sua propriedade.

PP2 é um senhor de 52 anos, apesar de ser muito novo (com apenas 5 anos) na época da remoção dos moradores de Natividade da Serra, dedicou boa parte da vida estudando e pesquisando por conta própria sobre a história de Natividade da Serra.

PP3 é uma professora aposentada de 55 anos (durante a remoção tinha 9 anos) e uma das organizadoras de um evento chamado: "Reencontro dos Redencenses"; por conta da profissão, estudou sobre a história de Redenção da Serra.

PP4 é um homem de 61 anos morador de Redenção da Serra e é jornalista, também buscou saber mais sobre a história da cidade dentro de sua profissão, apesar de sua casa não ser atingida pela inundação causada pelo represamento, presenciou toda transformação, principalmente por aqueles que eram colegas escolares.

PP5 é uma mulher aposentada, de 79 anos, que vivia na zona rural de Natividade da Serra quando recebeu a notícia que ela e seus familiares, que moravam próximos dela, deveriam se mudar para não correr o risco de ficar debaixo d'água, quando saiu de seu antigo lar já era casada e com dois filhos pequenos, entretanto pouco tempo de ser mudar, e seu destino foi o município de Paraibuna, seu marido faleceu logo após a mudança e viúva, trabalhava para sustentar os dois filhos.

PP6 é um homem, morador atualmente de Paraibuna de 56 anos, topógrafo e teve que se deslocar duas vezes por conta da construção da represa, primeiramente saiu da zona rural para a antiga cidade de Natividade e depois da antiga para a nova cidade.

PP7 é um homem de 78 anos morador de Paraibuna e ex-prefeito desta cidade e que sempre buscou aprofundar seu conhecimento em relação a história de sua cidade (Paraibuna) e da região.

Quadro 2: Perfil dos Participantes de Pesquisa (continuação...)

Participantes de Pesquisa	Antigo município	Morou na nova cidade?	Cidade atual	Sexo	Idade	Zona em que moravam
PP1	Redenção da Serra	Não	Paraibuna	M	60	Rural
PP2	Natividade da Serra	Sim	Taubaté	M	52	Rural
PP3	Redenção da Serra	Sim	Redenção da Serra	F	55	Urbana
PP4	Redenção da Serra	Sim	Redenção da Serra	M	61	Rural

Quadro 2: Perfil dos Participantes de Pesquisa (conclusão)

PP5	Natividade da Serra	Não	Paraibuna	F	79	Rural
PP6	Natividade da Serra	Sim	Paraibuna	M	56	Rural/ Urbano
PP7	Paraibuna	Não	Paraibuna	M	78	Rural/ Urbano

Fonte: Autora, 2021

As entrevistas trouxeram muitas histórias de vida carregadas de emoção e, ao mesmo tempo, muitas informações importantes que não constam nos documentos oficiais. Com relação à importância da história oral, Pollak (1989, p. 4) evidencia em seu texto, “Memória, Esquecimento, Silêncio” que,

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à “memória oficial”, no caso a memória nacional.

Os relatos levantados são pautados na visão de indivíduos que guardam na lembrança os acontecimentos de 47 anos atrás. Seus relatos estão carregados de subjetividades e, suas memórias, projetam histórias que, por mais particulares que sejam, trazem as vivências coletivas. Nesta seção, trabalha-se com esses dados pelo que eles são, memórias carregadas de opiniões e sentimentos daqueles que um dia viveram nas cidades submersas no período do fim de sua infância e começo de sua adolescência, tornando os relatos mais sentimentais e nostálgicos, mas também sob uma ótica diferenciada, que se trata de períodos vividos por uma criança/adolescente e recordados por um adulto. Vale ressaltar a reflexão que Halbwachs (1968) traz em seu livro “A memória coletiva”:

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparado por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (1968, p. 71)

Antes de todas as entrevistas, foram feitas conversas informais com os possíveis entrevistados para deixá-los cientes da pesquisa e da importância de seus relatos, uma vez que a maior parte dos participantes da pesquisa estava certa que

suas lembranças não seriam de grande importância para uma pesquisa acadêmica, por acreditarem ser apenas memórias relatadas de fatos simples do cotidiano.

No entanto, aqueles “simples” fatos se mostraram permeados de grandes revelações de apego e afeição por parte dos entrevistados para com aqueles antigos lugares. Quando perguntado sobre o que havia na antiga cidade e o que ele gostaria que tivesse no espaço que reside, um deles respondeu: “Ah pra mim é a cidade velha mesmo, a praça lá, o jardim lá. Gostava, lembro de tanto que eu reinava lá, criançada juntava lá, tanto os meninos, meninas”. (PP1, homem, produtor rural, 60 anos, 2021)

Nessa parte da entrevista, o PP1 (2021) comentou sobre suas peripécias de criança junto aos amigos. Mesmo na época, com cerca de catorze anos, o que mais recordou foram as brincadeiras, principalmente na praça da Matriz de Redenção da Serra. De tempos em tempos ele retorna ao local para visitar o que restou da antiga prefeitura e da antiga Igreja Matriz. PP1 (2021) também visita a atual Redenção da Serra, pois seu pai, já falecido, foi ali enterrado e não em Paraibuna, cidade que viveu depois de deixar a antiga cidade.

Assim como a maior parte dos entrevistados, PP1 (2021) não sabia exatamente o porquê de ter deixado o local, tinha conhecimento que haveria ali a construção de um grande lago, mas não sabia a motivação dessa construção; nada era falado sobre isso:

Isso eu não lembro não. Essas coisas assim ele não comentava não (referindo-se ao pai), ele nunca falou não. Eu sei que, quando ele saiu pra comprar (referindo-se ao terreno), que ele veio aqui pra Paraibuna pra comprar, a gente veio junto. Ele veio ali na Fazenda da Laranjeira (fazenda localizada no bairro vizinho da atual moradia do entrevistado) depois veio aqui no Fartura (PP1, homem, produtor rural, 60 anos, 2021).

PP1 (2021) também comenta que, mesmo depois de crescido, não se atreveu a questionar o pai para saber o que causou a construção do grande lago, e que apesar de não ter gostado do que aconteceu, ele aceitou e aprendeu a conviver com a falta que a antiga cidade lhe causava. Principalmente pelo fato de saber que seu pai doou parte de suas terras para a construção da nova cidade:

Ah... eu não, com essa cidade nova eu não tive, nunca... cheguei lá, porque viemos embora né? Mas é totalmente diferente né? Não sei se eu tivesse lá, seria a mesma coisa, mas acho que não. [...] Que eu sei que ele (o pai) doou, eu não sei o quanto de terra certa, eu não sei, mas sei que foi doado. Mas tem uma coisa ali que fala lá (referindo-se

a uma placa comemorativa pela doação feita pelo seu pai para a nova cidade) (PP1, homem, produtor rural, 60 anos, 2021).

O que leva PP1 (2021) a não questionar o pai sobre o evento da inundação das terras? Sofrimento? Sentimento de perda das propriedades ou de uma história vivida naquele espaço que deixaria de existir? Pollak (1989, p. 4) diz que, em face de lembrança traumatizante,

o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança "comprometedora", preferem, elas também, guardar silêncio. Em lugar de se arriscar a um mal-entendido sobre uma questão tão grave, ou até mesmo de reforçar a consciência tranquila e a propensão ao esquecimento dos antigos carrascos, não seria melhor se abster de falar?

Durante toda a entrevista, PP1 (2021) acreditou que seus depoimentos eram simples lembranças a respeito do processo de deslocamento. Mal sabia ele que, por meio delas, foi possível perceber a importância que aquele antigo lugar ainda tem para ele:

Vimos de caminhão de mudança (de Redenção da Serra), direto pra cá (Paraibuna-SP) Eu lembro que o tava fazendo... Que o pessoal tava lá fazendo o levantamento, lá, nas parte que ia chegar água assim né? Aí lá em casa, perto de casa, tinha bastante máquina, maquinário, tubo lá, tudo ficava lá, uns tubo, que era enorme. Como a gente era criança, chegava perto e via lá, uns maquinários fazendo umas valas. As máquinas da prefeitura cortando o morro lá pra fazer a cidade nova. Essas coisas assim, eu lembro. Lembro que tinha bastante máquina lá embaixo, perto de casa. Hoje eu acho que não tem nem água lá mais, onde nós morava, acho, é que depois da pandemia eu não fui lá mais. Mas eu já cheguei a passar, onde nós morava, depois que abaixo a água, na ponte, eu lembro de tudo certinho dali, de coisa de criança né? Da onde nós morava, lembro que passava e a gente ia lá na Vila da cidade velha, que foi desmanchada. Foi, desmanchou (referindo-se a sua casa), na parte baixa, da várzea (PP1, homem, produtor rural, 60 anos, 2021).

Ao ser perguntado sobre os pontos positivos e negativos da construção da barragem, ele respondeu:

Acho ruim porque teve que sair de lá. Não gostei muito não. Gostava, ainda mais que a gente que era criança ainda. Ficava... Trabalhava também né? Porque mesmo criança, dez... dez ano, oito ano, já tem que ir pra curral, pra ajudar lá... Mas brincava bastante também. Mas

eu gostava muito de ir lá na praça, lá da cidade. Cidade velha né? Que se chamava Vila. Que é cidade pequena né? Até hoje é pequena né? Até a outra lá no morro é pequena. A outra eu acho que dá pra ver aí no celular (PP1, homem, produtor rural, 60 anos, 2021).

Sobre a pergunta a respeito da forma ideal para se promover o deslocamento de moradores, PP1 (2021), mesmo sem sugestão para a ação, respondeu: “Ah... isso é uma coisa meio difícil da gente falar (...). Mas mesmo assim, desde criança, moleque assim, não gostei muito não. Não queria que mexesse não. Não sei dizer” (PP1, homem, produtor rural, 60 anos, 2021).

PP2 (homem, escritor/professor, 52 anos, 2021) conta que morava junto com seus pais em uma fazenda e que não houve um comunicado oficial, as pessoas apenas foram reunidas e avisadas da construção de um grande lago, que obrigaria as pessoas a se mudarem para um local mais próximo da sede da fazenda:

[...] o feitor da fazenda, na época, ele chamou todo mundo pra conversar e explicou que teria que sair, quebrar tudo que tinha e mudar para uma outra localidade né! Mais próximo da sede, que era a parte mais alta da localidade, porque o lago ia chegar até lá. Então nós tivemos que sair, não só nós, mas todos os colonos que moravam na fazenda tiveram que mudar.

PP2 (homem, escritor/pesquisador, 52 anos, 2021) comenta que ele e sua família ficaram sabendo da construção do grande lago a partir deste comunicado. Segundo consta, eles não deveriam apenas sair de suas casas, mas também “derrubar” as construções e as árvores do lugar para poder dar passagem para as águas. Este mesmo participante, quando questionado se todos saíram da cidade ao mesmo tempo, afirmou que, em relação à fazenda em que morava, todos foram retirados. Mas isso não aconteceu nos demais lugares do município, por resistência de algumas pessoas, principalmente por falta de indenização e pela alegação de preços inferiores ao valor da terra:

[...] teve a enchente no dia 14 de janeiro de 74 por exemplo, teve pessoas que ainda estavam morando na cidade, e tiveram que sair de bote né! [...] houve resistência, as pessoas resistiram, uma das coisas que eles não saíram é porque até hoje ainda tem pessoas que não receberam a indenização. As pessoas que tinham como provar que eram proprietárias, receberam indenização, umas saíram e foram para a nova cidade em construção, e outros foram para outros centros urbanos. E as pessoas que não tinham como provar que eram proprietárias, as famílias, alguns já morreram, mas as famílias até hoje

têm pessoa ou não recebeu. E essa é umas das causas das pessoas resistirem, porque não tinham para onde elas ir, saíram com a mão abanando, sem nada (PP2, homem, escritor/pesquisador, 52 anos, 2021).

PP2 (2021) demonstra grande desapontamento referente à falta de indenizações aos ex-moradores, que pouco tiveram auxílio para a transição de uma localidade para a outra:

Mas como não havia documento de posse, eram posseiros na verdade, é... não tem como comprovar. Se não tem como comprovar, com certeza não tem o que fazer. E as indenizações que foram pagas, foram muito aquém do que deveria ser, é... prova disto é que a cidade de Natividade, ela perdeu tudo né, toda a cidade, o núcleo inteiro foi extinta, só sobrou o cruzeiro que é na parte mais alta. [...] Por que na verdade, as casas que foram construídas logo no início, foram simplesmente com dois ou três cômodos só, só pra sair (referindo-se da saída dos moradores da antiga cidade para a nova), porque não tinha mais o que fazer, aqueles que tinham mais recurso, foram para outros centros urbanos, compraram casas na periferia por que não dava pra comprar no centro né?! (PP2, homem, escritor/pesquisador, 52 anos, 2021).

A PP3 (2021) narra a percepção das pessoas sobre o ocorrido na época pois, naquele momento, havia poucas informações de como seria a construção, mas mesmo assim as pessoas resistiram ao seu modo, não se opondo diretamente à paralisação do repesamento, mas permanecendo na área:

Olha, houve com o prefeito na época... o governo do Estado disse que realmente iria inundar, para que o prefeito desocupasse a cidade por que, qual era a intenção do governo do Estado? A intenção era de que Redenção e Natividade fossem extintas e suas terras seriam divididas para os municípios vizinhos, então a ideia do governo não era de construir uma outra cidade, era acabar com as duas que existiam. Porque eram duas cidades pequenas, só davam despesas para o governo do Estado. Então a ideia era de acabar com a cidade. Na época a população de Redenção ela se juntou para que não deixasse acabar a cidade, como Redenção como Natividade né!? Cada um em sua cidade, lutou né!? Para que não acabasse o município de Redenção da Serra. Aí foi feito na época, juntamente com o padre da paróquia, os vereadores né!? Algumas pessoas do comércio lutaram para eu se mantesse viva, para que se mantesse o município de Redenção da Serra. Porque, por conta do governo do Estado, não existiria as duas cidades. Aí o que aconteceu em Redenção, Redenção fez um comitê de desenvolvimento, para trabalhar justamente para isso, para que Redenção fosse mantida. Fosse reconstruída (PP3, mulher, professora, 53 anos, 2021).

PP3 (2021) também comenta sobre os impactos negativos que o deslocamento dos moradores ainda causa na cidade de Redenção da Serra, e a falta que sente do antigo lugar, não apenas de sua casa, mas de como era a vida na cidade inundada:

Então, eu acho que Redenção, ela se perdeu um pouco na história, por conta de... disso tudo que eu te falei né? Da mudança da cidade, da construção da cidade, ter que deixar a sua parte cultural de lado, e de festas religiosas, e tal... e Redenção ainda não conseguiu voltar com essa cultura e com essa parte religiosa ainda, a cultura tá muito aquém do que era na cidade velha, as festas religiosas então né... nem... não existe mais festas religiosas aqui na cidade, então eu acho que... deveria ter uma mudança e deveria retomar essa parte cultural, essa parte religiosa, que nós não temos, ainda não temos de volta, porque nos foi tirado (PP3, mulher, professora, 53 anos, 2021).

PP4 (2021) começa falando sobre a descrença dos antigos moradores das cidades, que seriam inundadas, da efetividade da obra:

Que na verdade, os boatos sobre a construção da represa ela vem lá da década de 60, né? Da década de 1960, e... mas as pessoas nunca acreditaram muito nessa história, porque o processo da construção da represa começou bem antes, tá? As pessoas não acreditavam. Aqui em Redenção por exemplo, as pessoas não acreditavam muito nessa história, parecia algo assim, bem longe da nossa realidade. A coisa foi realmente se apertando, a medida que começou a... Por exemplo, a construção mesmo, efetivamente a construção da barragem, e aí tinha muita gente de Redenção que foi trabalhar lá na construção, aí tinha muita gente, veio muita gente de fora, entendeu? Pra trabalhar na construção da barragem e ficava aqui em Redenção, daí a gente... A partir daí que a gente realmente tomou consciência que era uma realidade. Entendeu? Mas mesmo assim, tem muita gente que só acreditou mesmo quando a água tava chegando por aqui, e têm histórias de pessoas por aqui que resistiram até a última hora, entendeu? (PP4, homem, jornalista, 61 anos, 2021)

Ao ser perguntado sobre os pontos positivos e negativos da construção da UHE Paraibuna, ele primeiramente aponta a frustração sentida pelos munícipes mesmo se passados mais de quarenta anos de obra:

... houve uma frustração muito grande em relação ao que foi prometido, ou a expectativa que as pessoas tinham. Porque foi vendido pra nós, foi vendido pra população a ideia de que se perdia a cidade né? Mas se ganhava porque iria se construir uma cidade nova, e nessa cidade nova você teria mais possibilidade, por exemplo, de desenvolver o turismo, e o turismo não aconteceu. Já faz quarenta anos que construíram a represa e o turismo até hoje não aconteceu, há uma frustração nesse sentido. Os municípios perderam, porque... Por exemplo, se você for falar em infraestrutura, as prefeituras

ganharam quilômetros e quilômetros a mais de estradas sem condição de ter maquinário o suficiente para a manutenção dessas estradas, entendeu? (PP4, homem, jornalista, 61 anos, 2021)

PP4 (2021) também comenta a mudança que se teve na relação entre vizinhos, como o deslocamento afetou o sentido de comunidade daquelas pessoas, uma vez que ao chegar no novo espaço eles também tiveram novos vizinhos:

É... a convivência foi muito prejudicada, vizinhos de gerações foram separados, você imagina assim, você mora em Paraibuna, nasce no lugar, seu pai de repente nasceu nesse lugar, você nasceu entendeu? Os mesmos vizinhos, a mesma convivência, daqui a pouco você se vê, digamos, quase que entre estranhos, não eram estranhos porque todo mundo se conhecia né? Mas essa convivência com os vizinhos de anos e anos foi quebrada totalmente, entendeu? (PP4, homem, jornalista, 61 anos, 2021)

O Participante de Pesquisa também associa como ponto negativo desse deslocamento a perda das tradições culturais do município, principalmente por conta do afastamento dos antigos moradores.

Festas populares... pra você deve ter ideia por exemplo, a festa de Santa Cruz, que era a festa da Padroeira aqui, assim... quando foi na mudança da cidade, foi a última festa de Santa Cruz, foi a festa da despedida, que a turma fala né? A festa da despedida, foi em 1974 ou 75, não me lembro bem, acho que foi em 74, entendeu? Só se foi... só foi ter festa de Santa Cruz depois, pelo menos, se eu não estou enganado, uns dez anos depois, então as festas de Santa Cruz e São Benedito acabou. Então aqueles grupos de Moçambique, de Congada, todos aqueles grupos da cultura popular eles morreram. Morreram, porque... essas tradições são passadas de geração para geração, eles são... quando existe as festas populares, elas sobrevivem, que as pessoas, as novas gerações vão convivendo com essas tradições, e vão incorporando. Porque as pessoas desse período estavam preocupadas em se instalar na cidade nova, então, são muitos os pontos negativos. (PP4, homem, jornalista, 61 anos, 2021)

O Participante de Pesquisa também nos apontou diferenças entre as gerações na cidade de Redenção da Serra, aquelas que passaram a juventude na antiga cidade em comparação aqueles que são netos dos ex-moradores:

Olha, vou dizer uma coisa pra você, como eu disse, a minha geração, algumas gerações um pouco mais novas do que eu, eu tenho 61 anos, né? Mas é... algumas gerações mais novas do que eu, é quem viveu na cidade nova. Velha, tem uma relação de amor com a cidade, e tem muita gente, principalmente o pessoal mais, de mais idade, que não se identifica com a cidade nova, entendeu? É... o inconsciente coletivo, dessas gerações, o que existe é a cidade velha, entendeu? Tanto é que as pessoas estão sempre se recordando da cidade velha, as pessoas estão sempre falando da cidade velha, né? Elas têm uma

memória afetiva, de muita coisa da cidade velha, sabe? [...] Da mesma forma como as gerações mais novas não tem nenhuma identificação com a cidade velha, as gerações mais antigas, como eu, não tem nenhuma, praticamente nenhuma identificação com a cidade nova, até hoje, quarenta anos depois, entendeu? [...] Então, assim, é... O sentimento... a relação com a cidade velha, é uma relação de afetiva maior né? E com a cidade nova, com a cidade nova a gente realmente não tem muito identidade com a cidade nova, entendeu? (PP4, homem, jornalista, 61 anos, 2021)

A Quinta Participante de Pesquisa nos conta que não se recorda de nenhum documento oficial avisando que sua família precisaria sair de seu terreno, apenas um aviso “boca-a-boca”:

Ficou, porque eles foram avisar, as pessoas de certo da firma né!? Foram avisar lá né!? Que eles iam construir a represa né!? Não, documento não. Esse tempo era o tempo do meu pai, eu ainda morava com o meu pai né? Daí eles foram avisar né!? Marcaram, marcaram tudo as divisas que a água ia pegar, no morro né? Daí demorou ainda para começar, e... teve, bastante tempo ainda, depois desse tempo teve, aí depois que a gente casou, a gente foi morar do outro lado do rio né? No terreno lá, meu pai morava num terreno, e o outro terreno era da minha sogra. Aí foi lá que eles avisaram, que a água já ia subir, foi até mesmo no mês de novembro parece. E essa água ia subir e era pra nós sair. Aí deu um tempo e nós saiu. Aí foi três mês, acho que depois, e nós saiu. Daí a água já foi chegando no terreno que nós morava né? (PP5, mulher, aposentada, 79 anos, 2021)

Ao ser pedido para que PP5 levantasse pontos positivos e negativos sobre a construção, ela nos respondeu que não saberia apontar pontos em específico, mas não gostou da construção da Hidrelétrica:

Não, não gostei não. Isso eu não gostei, da construção da represa, não gostei não, porque aí tocou nós tudo de lá, onde nós morava né? Terra nossa, onde nós gostava, de lá né? Aliás acho que ninguém gostou. Não... Não... (PP5, mulher, aposentada, 79 anos, 2021)

PP5 (2021) também nos contou das atividades que fazia com o pai em Natividade da Serra velha e conta com tristeza que sua família precisou vender tudo para se mudar e sair da área que seria inundada:

Meu pai tinha monjolo, que ele fazia farinha, tinha a roda de ralar mandioca, todas as coisas que a gente fazia, fazia rapadura, todas as coisas que fazia lá na roça, aí acabou tudo e nunca mais volta. Não, não tinha mais nada, meu pai vendeu tudo né? A gente também, o que a gente tinha lá vendeu né? Mas, depois, meu marido também vendeu tudo que tinha também né? Foi embora. Porque não tinha jeito. Não tinha... de trazer né? Não tinha nem jeito... não tinha condição, não

tinha nada mesmo. Só tinha o caminhão de leite que vinha de lá e só.
(PP5, mulher, aposentada, 79 anos, 2021)

Ao contar sobre a antiga morada PP5 (2021) nos narrou algumas de suas lembranças sobre os trabalhos que fazia na antiga morada:

É, tudo trabalhava na roça, daí pra cá, daí eu comecei a trabalhar como doméstica, aí meu marido chegou aqui e morreu também, faleceu, mas ele trabalhava em um outro serviço quando ele veio pra cá. Aí logo ele faleceu né? Mas lá em Natividade era só roça mesmo, tudo, tudo, tudo de roça. Falei pra ela (sua neta) que tinha monjolo lá, é... a mãe socava milho, no monjolo e depois punha o milho de molho, na água, aí depois lavava tudo e aí ficava limpinho, escorria a água, e punha no pilão pra fazer farinha, aí a mandioca era a mesma coisa, a mandioca a gente punha na roda, na rodona bem grande né? Aí a gente ralava aquela mandioca todinha, aí depois que ralava aí punhava em um negócio lá, que eu falei pra ela (a neta), eu esqueci o nome... Tipití que eu falei né? Tipití. Punha a massa tudo ali dentro e aí vinha um negócio que vinha prensando ali pra secar a água né? Aí a massa ficava sequinha, aí a gente punha e ia torrando. (PP5, mulher, aposentada, 79 anos, 2021)

O Participante de Pesquisa 6 nos conta que ele e sua família foram avisados através dos trabalhadores que passaram por sua casa medindo o terreno onde a água do represamento iria chegar:

[...] só no boca-a-boca, né? Se tinha alguma coisa no papel eu não me lembro, entendeu? Eu só me lembro do boca-a-boca, o que eles andavam falando né? Até aquela história que eu contei pra você que o pessoal duvidava e chamava o pessoal de louco, que o pessoal tava ficando doido, entendeu? [...] É, muito alto, exatamente. Daí o pessoal mais antigo falava né? Que “da onde que já se viu a água chegava em um lugar como aquele lá. Não ia chegar nunca” né? Aquela era a mente do povo que tava pensando que o pessoal tava ficando louco, os que estava medindo. Mas realmente não, era a medição mesmo, tava correta, o que eles estavam fazendo. (PP6, homem, topógrafo, 56 anos, 2021)

PP6 (2021) nos relata como foi realizada a transição de uma cidade para outra, e explica como foi feita a doação de terrenos para as famílias das antigas cidades:

[...] Então daí teve aquela questão dos prefeitos, do prefeito, do vereador e tal, não aceitar aquilo e tomar a frente mesmo da... do negócio né? Daí foi a onde virou Natividade nova né? Porque daí foi desapropriado a área que o prefeito, que o prefeito desapropriou a onde é a cidade nova né? E foi doando né, o terreno. Doava o terreno pra cada pessoa que foi cadastrado, da cidade e tal, ó esse é seu, esse é seu e tal (gesticulando como estivesse apontando para pessoas diferentes). E tinha um certo prazo pra construir uma outra

moradia, uma outra casa. Daí foi indo, da onde foi desmanchada Natividade velha e o material que podia aproveitar, trazia pra cidade nova né? Pra usar. [...] (PP6, homem, topógrafo, 56 anos, 2021)

Por meio dos relatos de diferentes ex-moradores percebe-se que, apesar da visão diferenciada de cada participante de pesquisa, a única semelhança é a saudade de como viviam na antiga cidade e o sentimento de tristeza da cidade submersa, de terem perdido os seus lares e a segurança da vida coletiva que o espaço das antigas moradas proporcionavam, perda de algo que apenas vive em suas memórias. Em “A memória Coletiva”, Halbwachs fala que para se manter viva, a memória coletiva precisa de seu grupo, uma vez que ela se dá com as lembranças de um determinado grupo em uma localidade específica, entretanto, quando esse grupo por algum motivo se dissolve, essas lembranças ficam ainda mais vivas:

Não é verdade que, quando devemos nos desligar de uma desses grupos, não a propósito de uma separação momentânea, mas porque ele se dissolve, porque seus últimos membros desaparecem, devido uma mudança de lugar, de carreira, de amizades ou de convicções que nos obriga a lhe dizer adeus, quando nos lembramos então todo o tempo que ali passamos, é como de um único relance que todas essas lembranças se oferecem a nós, a ponte que parece às vezes, que as mais antigas são as mais próximas, [...] (1968, p. 89).

4.2 Netnografia, análise das lembranças digitais compartilhadas em Rede Social

Sabendo-se do valor das possibilidades do ciberespaço, a pesquisa, além das entrevistas, de dados públicos e de fontes institucionais, se valeu das páginas criadas na rede social *Facebook*. Essas páginas são nomeadas como: “Resgatando a História de Natividade da Serra - SP”¹⁸ e “Redenção de todos os tempos”¹⁹.

Por meio da análise das falas de ex-moradores das referidas comunidades virtuais, percebe-se que muitos expressam a vontade de reviver e visitar histórias vividas nos lugares inundados, alimentando-se das lembranças por meio de fotografias e comentários de episódios. Mesmo que na época de Maurice Halbwachs tenha vivido não havia redes sociais, em que as pessoas registram seus momentos e os compartilham com seus amigos on-line (no caso do *Facebook*), é possível a partir de sua obra compreender o quão é importante registrar e dialogar sobre suas

¹⁸Disponível em: https://www.facebook.com/NatividadedaSerra/?ref=page_internal Acesso em: 23 jun. 2021

¹⁹Disponível em: <https://www.facebook.com/redencaodetodosostempos>. Acesso em 23 jun. 2021

memórias com outros indivíduos que participaram e compartilham dessas mesmas lembranças para que elas não se percam com o tempo:

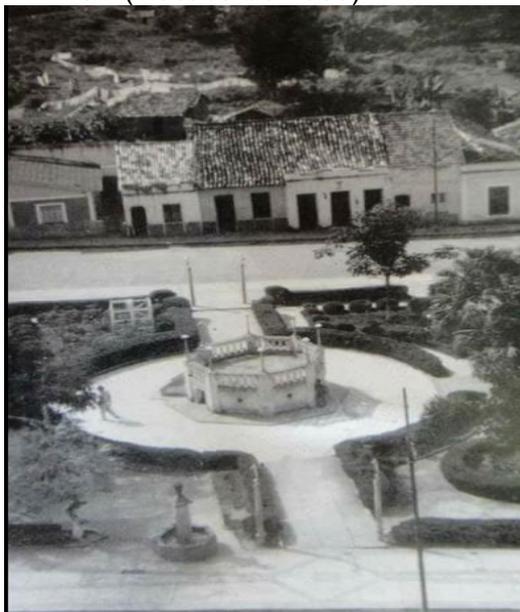
Quando a memória de uma sequência de acontecimentos não tem mais por suporte o grupo, aquele mesmo em que esteve engajado ou que dela suportou as consequências, que lhe assistiu ou dela recebeu um relato vivo dos primeiros atores e espectadores, quando ela se dispersa por entre alguns espíritos individuais, perdidos em novas sociedades para as quais esses fatos não interessam mais porque lhes são decididamente exteriores, então o único meio de salvar tais lembranças, é fixá-las por escrito em uma narrativa seguida uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem (HALBWACHS, 1968, p. 80-81).

Na página Redenção de Todos os Tempos (2021), um internauta comenta a respeito da fotografia do antigo centro urbano de Redenção da Serra (Figura 28): “Coisa linda, é uma pena que hoje só fique na lembrança é uma pena o que fizeram com a nossa querida Redenção Velha”.

Redenção da Serra teve a Matriz e parte do prédio da Prefeitura ilesos; entretanto, a praça central da cidade, que ficava à frente da Matriz, local de diversas memórias para os ex-moradores, foi inundada pela represa. Outro aspecto sempre lembrado pelos moradores são os antigos casarões que se encontravam no centro urbano da cidade.

Outro usuário comentou sobre uma foto em que aparecia a antiga praça da Matriz de Redenção da Serra: “Saudades desse coreto. Todo domingo eu tomava sorvete aí depois da catequese!!!” (Figura 28).

Figura 28: Fotografia do antigo Coreto da Praça da Matriz de Redenção da Serra – SP (Década de 1960)



Fonte: Redenção de todos os tempos (2017).

Esse comentário saudoso foi seguido por outros: “Minha mãe e meus tios todos nasceram na cidade velha. E este amor está sendo passado de geração em geração. Eu amo muito Redenção”.

Uma outra observação que se faz é a forma de se referir a essas antigas localidades nos comentários das imagens, como “cidade velha” ou “vila velha” em contraposição à “nova”:

Bate um misto de saudade e de dor, por pensar como nosso mundo mudou desse tempo para hoje. Nessa época eu tinha 4 ou 5 anos, devia ser 74 eu ía onde meus pais me levavam, mas era uma alegria sair da roça e ir até a Vila comer o pastel da D. ***** Ah tempo que seria bom se não passasse!!!! (REDENÇÃO DE TODOS OS TEMPOS, anexo 8).

Os comentários acima demonstram esse sentimento passado pelas gerações das famílias que se deslocaram e como tudo mudou depois da relocação dos moradores. Principalmente por conta da pouca idade, alguns não entendiam o que estava acontecendo e não compreendiam o motivo da mudança. Na página Resgatando a história de Natividade da Serra-SP (2021, grifo nosso), o mesmo sentimento perpassa pelos *posts*:

Que saudade da **pequena e doce cidade que se foi**, deixando os natividades com o **coração partido**. Natividade da Serra era pequena

e encantadora cidade que hoje encontra-se nas profundidades da represa. **Seria viável fazer esta represa??? Valeu a pena??? Não sei dizer... não me lembro, será que houve movimento pelas autoridades da cidade para que isso não acontecesse??? Nunca escutei falar sobre isso, creio que aceitaram numa boa...** (anexo K, grifos nossos)

No comentário acima, o usuário fala não apenas de sua saudade e das lembranças da antiga cidade, mas questiona se era realmente necessária a construção dos represamentos dos rios Paraibuna e Paraitinga. A Comissão Mundial de Barragens (2000) dispõe sobre a transparência necessária nesses tipos de construções, principalmente pelo fato que esses deslocamentos causam diversos impactos na sociedade atingida e, envolvê-la, ajudará a encontrar caminhos para que os impactos sejam amenizados:

Planejamento: Um exame do ciclo de planejamento e projeto de grandes barragens revela uma série de limitações, riscos e falhas no modo como essas construções são planejadas, operadas e avaliadas:

- A participação nos processos de planejamento de grandes barragens e a transparência desses processos não costuma ser nem abrangente nem aberta.
- A avaliação de opções, via de regra, tem âmbito limitado e é confinada primordialmente a parâmetros técnicos e à aplicação restrita de análises econômicas de custo/benefício.
- A participação das populações afetadas e a avaliação dos impactos ambientais e sociais só costuma ocorrer tardiamente no processo, e tem alcance limitado.
- Esse processo deve começar com um entendimento claro dos valores, objetivos e metas compartilhadas de desenvolvimento.
- A Comissão agrupou os valores essenciais que mostram o seu entendimento dessas questões sob cinco tópicos fundamentais:
 - Equidade;
 - Eficiência;
 - Processo decisório participativo;
 - Sustentabilidade;
 - Responsabilidade (COMISSÃO..., 2000).

Em diversos comentários das páginas virtuais fica evidente que não houveram grandes explicações sobre a remoção e os planos do Estado para aquela localidade.

Muitos comentários são misturas de emoções, dor e saudade, como o grupo de depoimentos registrados na página virtual abaixo:

“Só resta lembranças dessa cidade que foi onde passei a minha infância.” (anexo L, grifos nossos)

“A cada dia que passa vejo como minha família são fortes pois passar por tudo isso deve ter sido muito triste.” (anexo K, grifos nossos)

“Uma situação triste ver tantas vidas transformadas e perdendo suas raízes.” (anexo K)

“Dá tanta tristeza de ver, porque a saudade vem bate no peito e dói muito. Saudades da minha querida terrinha.” (anexo L, grifos nossos)

“Meus avós, minha mãe nasceram em Natividade... ela me contava que saíram para a represa passar...” (anexo L, grifos nossos)

Nos comentários acima, percebe-se que a história da cidade foi passada entre as gerações, como memória que não deve ser esquecida. Um fato interessante é que esses relatos trazem saudade, mas também um sentimento misto de dor e tristeza. Os comentários demonstram que a relação dos moradores com aquele lugar, não era apenas uma questão de propriedade da terra, mas um apego ao lugar que lhes foi tirado.

Em outro comentário, o usuário demonstra que, apesar de não ter sido morador da antiga cidade, ela permanece em suas lembranças: “Saudades de Natividade velha! passei tantas férias lá com o tio ***** minha avó ***** que saudades...”. (anexo O) Neste comentário, há uma relação nostálgica pela cidade por uma pessoa que não necessariamente morava naquele município. Pollak (1992) nomeia essa passagem como “memória por tabela”, memória que a pessoas “recebem” por aqueles que vivem em seu redor:

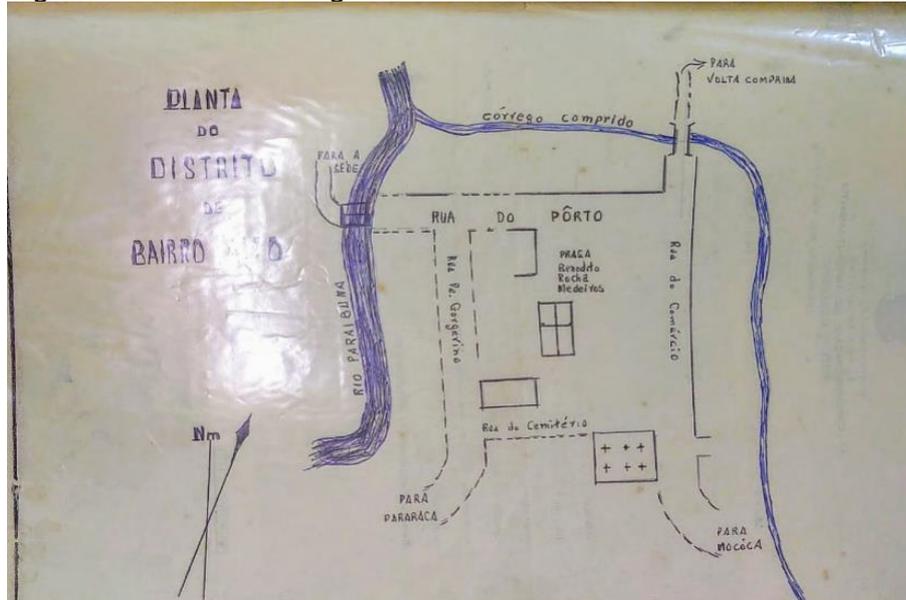
ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não. Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992. p. 2).

Nos demais comentários, a saudade é mencionada a cada postagem de fotografias:

Bairro Alto velho era lindo!
Muitas saudades... desse lugar. Era espaçoso, tinha poucas casas, o novo também é lindo, mas para **quem conheceu o antigo nunca esquece** (RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA – SP, grifos nossos).

O comentário acima demonstra a saudade de um dos bairros de Natividade da Serra que também foi inundado, bairro que, segundo os participantes da pesquisa, era de grande relevância para o município, considerado um distrito. A Figura 29 traz um desenho de como era esse bairro.

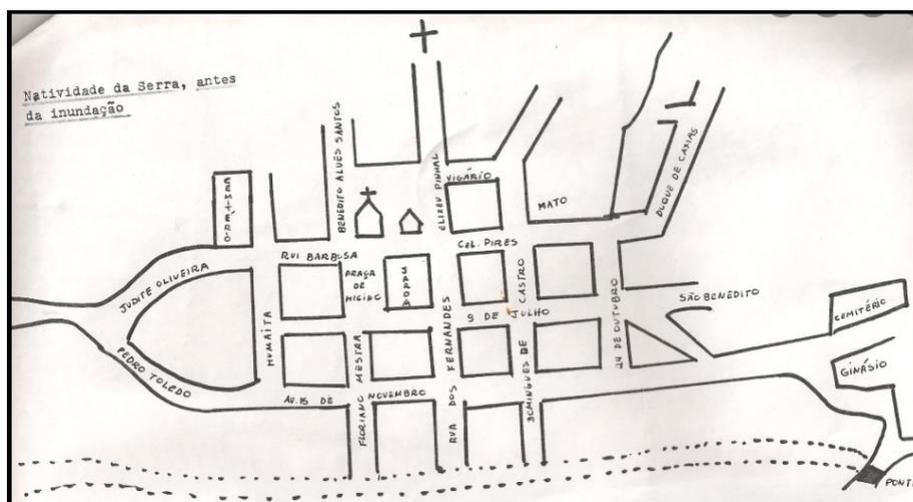
Figura 29: Planta do antigo Bairro Alto em Natividade da Serra - SP



Fonte: Resgatando a História de Natividade da Serra, 2021

O bairro Alto Velho foi um dos bairros inundados pelo represamento e que foi realocado para o novo espaço com o mesmo nome. Nas postagens há também comentários sobre como eram as inundações na antiga cidade causadas pelas cheias do rio: “Eu gostava das enchentes na Vila Velha, ia brincar na água na rua 15 de novembro que alagava toda vez que chovia (a famosa rua de baixo) como a gente costumava chamar” (IDEM).

Figura 30: Mapa de Natividade da Serra - SP antes da inundação (2014)



Fonte: Resgatando a história de Natividade da Serra (2014)

A Figura 30 impulsionou diversos comentários dos moradores que passaram a localizar as suas antigas casas, com expressa saudade do antigo lugar e podemos ver grandes semelhanças entre este mapa feito a partir de lembranças com a Figura 14 (Croqui da antiga Natividade da Serra – SP). As postagens sobre as fotografias e as memórias recolhidas pela oralidade constituem dispositivos para entender como a vida passada naquele espaço alagado dá suporte às narrativas sobre a ideia de comunidade que cada um carrega consigo, formando cenários que funcionam como dispositivos para imaginar e legitimar um passado homogêneo carregado de cumplicidade de um viver coletivo. No dizer de Anderson (2013, p. 6), “comunidades devem ser distinguidas, não por sua falsidade/autenticidade, mas pela forma como foram imaginadas”

Para uma melhor análise dos posts trabalhados nessa seção, formulamos através do site *wordclouds*²⁰ uma nuvem de palavras, onde o mecanismo centraliza e aumenta as palavras de acordo com o número de vezes que ela é citada em um texto/documento/menções; no caso deste foi formulado um único documento todos os comentários trabalhados (anexos de C a P) e gerando a nuvem demonstrada na Figura 31.

²⁰ Disponível em: <https://www.wordclouds.com>. Acesso em 28 set. 2021.

Figura 31: Nuvem de palavras mais utilizadas nos comentários das redes sociais “Resgatando a História de Natividade da Serra - SP” e “Redenção de todos os tempos”.



Fonte: Autora, 2021.

As palavras de maior destaque em nossa nuvem são: “Saudade”; “Natividade”, “Redenção”, “Minha”, “Querida”, “Velha”, “Cidade” e “Tinha”. Dentre elas estão os nomes das duas cidades e o sentimento predominante que é “saudade”, assim como “querida”, demonstrando o apego e o vínculo que os usuários ainda tem pela antiga cidade, já que a palavra “velha” também aparece várias vezes e é um adjetivo que sempre vem junto ao nome da cidade, como “Redenção velha” ou “eu sou de Natividade Velha”, termos muito usados pela população deslocada e que também é transferida para a próxima geração, com mudanças na frase, que se torna: “minha avó era de Natividade velha” ou “minha mãe era de Redenção velha”. Isso nos faz prestar atenção que as próximas palavras que vemos que aparece repetidas vezes são verbos no passado e membros da família, como: “mãe”, “passei”, “avó”, “pai”, “pais”, “lembro”, “pena”, “triste”, “lembranças”.

Ao analisar as respostas dos entrevistados e das mensagens deixadas nas páginas do *facebook* percebemos a recorrência da palavra “saudade”, seja das antigas moradas, das convivências das antigas vizinhanças ou lembranças relacionadas a suas vivências da infância. Ao buscar a etimologia da palavra Freitas, Lourenço e Pitta (2014) em seu artigo “Saudade: Um Estudo Etimológico”, nos revela duas vertentes que aponta sua origem árabe (*suad*, *saudá* e *suaidá* – que tem como significado: sangue pisado e preto dentro do coração) e uma outra que defende sua origem do Latim (*solitate* – que tem como significado: solidão). De toda forma, no

dicionário online de português²¹, o seu sentido é de “sentimento de nostalgia causado pela ausência de algo, de alguém, de um lugar ou pela vontade de reviver experiências, situações ou momentos já passados”.

A antropóloga Bela Feldman-Bianco (1992), em seu artigo “Saudade, imigração e a construção de uma nação (portuguesa) desterritorializada”, discorre como o sentido da “saudade” está ligada com a cultura portuguesa e com os imigrantes:

De um lado, como parte constitutiva do “eu” ou da pessoa, a saudade tende a ser caracterizada como “a experiência desenraizada localizada entre as memórias do passado e do desejo do futuro” ou, simplesmente, no dizer de um jovem imigrante, como “as memórias que tocam a alma”. Estas memórias estão intrinsecamente associadas às camadas de tempo e espaço anteriores à emigrações, ou seja à “saudade da terra” (FELDMAN-BIANCO, 1992, p. 35).

A autora argumenta que a nação portuguesa é fundamentalmente uma nação que desbrava novas terras, desde a época das grandes navegações até os dias atuais, os portugueses vêm e vão pelos países. Desta forma a saudade compõe sua história e identidade, já que aqueles que vão sempre estarão sentindo falta de sua terra e dos que ficaram; do mesmo modo, os que ficam sentem saudade dos que se foram; a autora também cita Eduardo Lourenço ao dizer que Portugal é uma “nação-navio”, demonstrando o caráter migratório português.

Ao trazer essa discussão para o objeto estudado, o deslocamento desses moradores faz eles sentirem saudade de sua “terra”, mas diferentemente dos migrantes portugueses, os ex-moradores não têm uma terra para onde voltar, seus antigos lugares estão guardados em suas memórias e alimentados pelo seu sentimento de saudade. O antigo lugar vivido, não está há muitos quilômetros de distância e sim submerso pelas águas da Usina.

4.3 Por um Planejamento Urbano que considere a memória como parte importante no processo de realocação

Segundo Villaça (1999) o conceito de planejamento urbano “tem como especificidade a organização de espaço urbano (embora possa não se limitar a isso) e aplica-se ao plano de uma cidade individualmente” (1999, p. 172); e mais à frente

²¹ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/saudade/>> Acessado em: 29/01/2022

do texto continua: “[...] é a ação do Estado sobre a organização do espaço intra-urbano” (1999, p. 173). O autor também afirma que o conceito existe no Brasil a partir da década de 1950.

A interferência do Estado na organização urbana no Brasil tem diversas fases, tendo objetivos distintos, sendo eles para o embelezamento, para a adequação de políticas higienista, de zoneamento ou para a melhor funcionalidade da cidade, Villaça (1999) aponta os três períodos distintos:

O 1º período marcado pelos planos de melhoramentos e embelezamento ainda herdados da forma urbana monumental que exaltara a burguesia e que destruiu a forma urbana medieval (e colonial, no caso do Brasil.). É o urbanismo de Versalhes, de Washington, de Haussmann e de Pereira Passos. O segundo, que se inicia na década de 1930, é marcado pela ideologia do planejamento em quanto técnica de base científica, indispensável para a solução dos chamados “problemas urbanos”. Finalmente o último, que mal está começando, é um período marcado pela reação ao segundo. (1999, p.182)

Villaça (1999) aponta que o Estado brasileiro vem atuando em diversas cidades e de várias maneiras, citando a instalação de redes de abastecimento, coleta de esgoto, construção de avenidas, construção de parques e casas populares, regulando a delimitação de zonas urbanas, oferecido ou regulado a oferta de transportes urbanos.

O autor também salienta as mudanças que ocorreram na visão e postura do Estado em relação as suas medidas e controle sobre o espaço urbano, como foi demonstrado na citação acima ele demonstra três períodos distintos do planejamento urbano no país, mas a partir da carta de Atenas (1933) foi um marco para a construção do planejamento urbano no Brasil, nela é estipulado que todo município com mais de 20 mil habitantes teria obrigatoriedade de se ter um “Plano Diretor”, e assim como esclarece o autor, os Planos Diretores são poucas vezes criados da década de 1930 para a atualidade e aqueles criados, poucas vezes são de fato seguidos.

Nas duas cidades estudadas, nenhuma das duas possui o número de habitantes igual ou superior a 20 mil habitantes, entretanto o município de Natividade da Serra elaborou o seu no ano de 2017. Mas o Plano Diretor não é o mesmo que um planejamento urbano: “[...] o planejamento urbano seria um processo contínuo do qual o plano diretor constituiria um momento; [...]” (VILLAÇA, 1999, p. 187).

Ao continuar suas análises sobre o espaço urbano, Villaça também vai narrando “reação” do terceiro período do planejamento, onde os espaços são divididos socialmente privilegiando uma classe econômica mais alta, no qual esses indivíduos vão morar e se localizar próximos de seus locais de trabalhos, escolas e hospitais. Enquanto a classe mais baixa passa a maior parte do seu tempo em transportes públicos. Essas análises são realizadas principalmente na cidade de São Paulo. Como mostra o autor:

Ao contrário do que se pensa, o tempo e o espaço urbanos não são obras da natureza, mas produtos do trabalho humano. No caso urbano, o tempo se manifesta fundamentalmente por meio do tempo gasto pelos moradores da cidade em seus deslocamentos espaciais. Como mostramos, esse tempo está intrinsecamente ligado ao espaço urbano produzido. Assim, tanto quanto o clima em São Paulo ou seu espaço urbano, também o tempo não é produto da natureza. No espaço urbano, como em outras esferas sociais, a dominação social se faz mediante desigual distribuição, entre as classes sociais, dos frutos do trabalho (VILLAÇA, 2011, p. 56 – 57).

Trazendo essa reflexão para as cidades estudadas, percebemos que estradas foram mudadas, balsas tiveram que ser construídas e algumas ligações entre municípios se tornaram de difícil acesso (como o caso da ligação entre a cidade de Paraibuna – SP com Redenção da Serra - SP e Natividade da Serra – SP; assim como a ligação das duas últimas com o litoral); Demonstrando que para o planejamento regional o controle das águas que privilegiaria outras barragens tiveram mais importância do que o deslocamento adequado dos moradores atingidos.

Outra característica a se apontar nos municípios que estão sendo estudado, é que eles surgem de uma cultura essencialmente rural, e em um livro publicado pelo IBGE (2017), “Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil” é apontado algumas características que diferenciam rural e o urbano:

À luz dos fatos apresentados, o rural e o urbano precisam ser compreendidos em sua diversidade, que podem ser avaliadas de forma plural em abordagens como a legal, a morfológica, a demográfica, a cultural, a econômica, entre tantas outras. A utilização de qualquer uma delas, de forma isolada ou combinada, deve ser vista como uma aproximação parcial da realidade (IBGE, 2017, p.15).

Consideramos essas cidades rurais, pelos aspectos morfológicos, com construções pequenas, centradas em um comércio local e sem grande expansão urbana, com um número de habitantes baixo, com uma cultura tipicamente caipira e

com produção de agricultura familiar. E a partir dos estudos de Lecoc Müller (1966) com a cidade paulista de Piracicaba, demonstra características que podemos atribuir as antigas cidades de Natividade da Serra - SP e Redenção da Serra – SP, como características herdadas das primeiras vilas coloniais com uma igreja católica ao centro e as casas sendo construídas à sua volta e a Igreja sendo o vínculo social também dessa população, além das atividades braçais e vinculados à terra, como a agricultura que foi constantemente apontado pelos entrevistados que era algo de grande intensidade nas áreas inundadas. Outra reclamação dos entrevistados é que com a construção da nova cidade as atividades principalmente voltadas à religiosidade foram diminuindo e acabando com o tempo.

Ao ouvir os relatos dos ex-moradores e suas memórias, não apenas vividas mas também adquiridas por aqueles que viveram e contavam a história, como Halbwachs (1968) comenta sobre a relação dos mais jovens ouvindo os relatos de seus avós ou de pessoas mais velhas, acabam absorvendo aqueles relatos daquele momento narrado, Pollak (1992) ao recordar essa discussão aponta como memórias “por tabela”, uma vez que elas são recuperadas das narrativas de uma outra pessoa; nas histórias coletadas neste estudo do deslocamento da população para a construção do represamento dos rios Paraibuna e Paraitinga, percebe-se que não houve maiores explicações referentes à construção da represa por parte do governo da época e das empresas envolvidas, e que houve pouco planejamento para a construção das novas cidades.

No Quadro 3 demonstra a opinião dos entrevistados em relação a construção da Hidrelétrica de Paraibuna, sobre a nova cidade construída (seja Natividade da Serra ou Redenção da Serra), a forma de deslocamento e sobre aquilo que eles consideravam ser consequências da construção, uma vez que essas consequências eram diferentes de participante para participante, desta forma as suas avaliações eram de acordo com aquilo que eles apontaram consequência.

Quadro 3: Opiniões dos participantes de pesquisa em relação à obra

	Construção da Hidrelétrica	Nova cidade	Forma de deslocamento	Consequências da construção
Péssimo	1			
Ruim	4	1	5	3
Tem pontos bons e ruins	1	3	1	4
Bom	1	3	1	
Ótimo				

Fonte: Autora, 2021

Concluimos que a principal problemática para os entrevistados foi a forma de deslocamento, que dentre os sete entrevistados 5 (71.42%) consideraram “ruim” a forma que ocorreu o deslocamento. Mas mais um ponto nos chamou atenção, que é a visão dos entrevistados em relação à nova cidade, que 3 (42.85%) apontaram como “bom” e 3 (42.85%) apontaram como “tem pontos positivos e negativos”, e nas entrevistas esses pontos positivos eram relacionados a infraestrutura das novas cidades. Entretanto a construção foi mal vista pelos entrevistados sendo que 4 (57.14%) consideraram “ruim” e uma (14.28%) pessoa “péssimo”.

Quando perguntado aos participantes da pesquisa qual seria a forma ideal de deslocamento, surgiram respostas como:

Foi **uma atitude inconsequente** que fizeram, simplesmente, como eu disse, **obrigaram as pessoas a saírem, não teve comunicação, a população não ficou sabendo o que estava acontecendo**. Simplesmente quando viram as máquinas já estavam abrindo estradas, as pessoas não acreditavam no que ia acontecer, porque tem lugares lá que tem mais de 40 metro de água sobre o lugar onde eles moravam, então jamais eles pensavam que isso ia acontecer o que aconteceu, e não foram preparados pra isso, **não houve ninguém que chegasse e explicasse o que realmente acontecia**. E como eu falei, **não teve um estudo apropriado**, por exemplo, o local onde foi construído Natividade atual, é completamente desproporcional ao tamanho de cidade, assim como Redenção também, poderia ter escolhido um local melhor, como o barro da Marmelada, que é um lugar plano. Mas as pessoas simplesmente queriam sair o mais rápido possível, assim como já tinha feito o cemitério, os dois cemitérios, já tinha sido fechado né!? Foi feito um novo cemitério, e as pessoas começaram a construir em volta daquele cemitério, e ali foi feito a passagem para a nova, acho que

foi... não teve um projeto né!? Pode ser que até teve, mas não foi apresentado para a população e nem para os governantes, eles simplesmente... como eu disse, eles queriam acabar com Redenção e Natividade. (PP2, homem, escritor/professor, 52 anos, 2021, grifo nosso).

O PP2 fala sobre a falta de comunicação e a falta de planejamento adequado para isso; já a PP3 fala sobre a acomodação na nova cidade:

Olha, **eu acredito que deveria ter mantido pelo menos os vizinhos mais próximos**, porque... já existia toda uma história... na cidade nova, por exemplo, por conta das casas serem maiores, tem mais espaço, essa questão de vizinho assim, ficou parecendo... tipo... uma cidade como Taubaté por exemplo, entendeu? Na cidade velha não, na cidade velha você abria a janela e você já estava na rua, entendeu? Então o vizinho chegava na sua janela a hora que fosse, e tava aberta, a porta era... dava pra calçada, assim, sabe? Aqui não, aqui você já tem a área de espaço antes, né!? **As pessoas ficou mais... mais distante uma das outras**, então eu acho que, **pra que tivesse uma mudança, é... sem muito impacto psicológico** para os moradores, acho eu **deveria ter colocado as pessoas que moravam na mesma rua, né**, ou no mesmo espaço, juntas, na cidade nova. **Mas não aconteceu isso** porque aqui foi feito em forma de sorteio, então cada um foi sorteado em algum lugar... (PP3, mulher, professora, 53 anos, 2021, grifos nossos)

PP3 explica que a realocação dos moradores na nova cidade de Redenção da Serra afastou os vizinhos causando um certo estranhamento entre os moradores, uma vez que os lotes foram distribuídos por meio de sorteios. Que na entrevista concedida pelo Dr. Neymar Neves de Azevedo, ex-prefeito de Redenção da Serra, explicou que de acordo com os cadastramentos realizados na prefeitura ao longo da semana, havia um sorteio durante vários sábados, que os primeiros da lista sorteavam um número de um a vinte, e esses números definiriam a ordem de escolha.

A cidade foi dividida em lotes, a maioria de dez metros de frente e de vinte, vinte seis de fundo. Esses vinte que seriam nomeados pra escolher no primeiro sábado, por exemplo, na hora era sorteado. Punha vinte pedrinha de bingo dentro de uma sacola e tirava, por exemplo: número um, você vai escolher em primeiro lugar; número dois, vai escolher em segundo lugar; e assim foi feito. A equipe queria que eu fosse o primeiro a escolher, e eu falei: "Não, não quero." Eu entrei na terceira ou quarta escala de escolha, então, se começou hoje a se distribuir no primeiro sábado, eu entrei no quarto sábado. Pra escolher o meu terreno, e também entrei no sorteio, eu fui o décimo nono a escolher, no sábado que eu deveria escolher (INSTITUTO PAIOLINHO, AZEVEDO, 2013).

E com esse afastamento as festas tradicionais, que ligavam a comunidade, deixaram de ser realizadas no novo local. PP4 (2021) também comenta sobre esse afastamento:

Toda cidade pequena, toda cidade de interior tem a praça e tem a igreja. E é onde as pessoas se encontram, onde a comunidade se encontra. Redenção não tem isso, entendeu? Porque a igreja ficou em um lugar, onde... Fora, digamos assim, fora do centro da cidade, deslocada do centro da cidade e as pessoas não conseguem é... as pessoas vão na missa por exemplo, sai da missa e vai pra casa. Entendeu? Pra mim então, a própria distribuição da cidade, o traçado da cidade, não foi pensado na comunidade, entendeu? Perdeu toda a característica de cidade pequena, onde a praça concentra a igreja, concentra um punhado de outras coisas, entendeu? Perdeu essa característica, está entendendo? (PP4, homem, jornalista, 61 anos, 2021)

A Comissão Mundial de Barragens (2000) comenta sobre os efeitos culturais nas comunidades deslocadas:

Em suma, a Base de Conhecimentos demonstrou haver uma falta generalizada de compromisso ou de capacidade ao se lidar com o deslocamento de pessoas. Além disso, as grandes barragens incluídas na Base de Conhecimentos também tiveram grandes efeitos adversos sobre o patrimônio cultural, devido ao desaparecimento de recursos culturais das comunidades locais e à submersão e degradação de restos vegetais e animais, sepulcros e monumentos arqueológicos. Quem paga mais? A Base de Conhecimentos indica que é provável que os pobres, outros grupos vulneráveis e as gerações futuras arquem com uma parcela desproporcional dos custos sociais e ambientais dos projetos de grandes barragens sem que obtenham uma parcela correspondente dos benefícios econômicos: • Povos indígenas e tribais e minorias étnicas vulneráveis sofreram um nível desproporcional de deslocamentos e impactos negativos sobre os meios de subsistência, a cultura e a existência espiritual. • Populações afetadas que moram perto de represas, bem como pessoas deslocadas e comunidades a jusante, sofreram frequentemente efeitos adversos sobre sua saúde e meios de subsistência, decorrentes das mudanças no meio ambiente e da ruptura social. • Dentre as comunidades afetadas, a desigualdade entre os sexos muitas vezes aumentou, com as mulheres sofrendo uma parcela desproporcional dos custos sociais e, via de regra, sendo discriminadas na partilha dos benefícios.

Britto (2017) em sua dissertação referente ao impacto cultural dos moradores deslocados de Natividade da Serra, Redenção da Serra e Paraibuna em relação a construção da UHE Paraibuna, entrevistou 12 indivíduos, tendo como objetivo registrar e visibilizar os patrimônios imateriais da cultura caipira presente nesses municípios, mas com a construção do represamento causou a separação desses

indivíduos com seus pares, dificultando a continuação de algumas tradições, demonstra também a relação daqueles indivíduos com os seus antigos lugares:

Os moradores vivem no local como se a paisagem e o contexto fizessem parte deles, pois 8 dos entrevistados residem no mesmo local há mais de 37 anos. Metade dos entrevistados, 6 entrevistados receberam suas terras como herança familiar e sempre tiveram com esse espaço uma relação de cotidiano, sustento, afeto e desenvolvimento. A memória entre os entrevistados e o ambiente é algo imensurável. Não há limite entre a história pessoal e do local. As falas trazem um único enredo de organização entre o homem e seu espaço. Os panoramas, os monumentos, as histórias e os indivíduos se intercalam na intimidade da convivência onde a conotação geográfica e o sentimento de pertencimento coincide num único “mapa” (BRITTO, 2017, p. 91).

Os espaços citados são aqueles que se localizam hoje debaixo d’água. Os entrevistados de Britto (2017) contam sua relação com a antiga morada e a autora reforça o vínculo dos entrevistados com as localidades inundadas, demonstrando que a história de suas próprias famílias se vincula com a história do lugar. As tradições do antigo lugar se tornaram “contos” para aqueles que só conheceram as novas cidades, assim como levantados no capítulo anterior com a netnografia, aqueles que não viveram nas antigas cidades apenas ouve histórias de um tempo passado de seus avós/pais, mas aqueles que tiveram que se relocar traz nas histórias um tom de luto, principalmente pelas vivências que foram perdidas.

As tradições não foram passadas para a cidade nova. Os moradores trazem a cultura como morta, a inundação trouxe a tristeza como um processo de luto. A história ficou embaixo d’água. Natividade marca em seu discurso a plena perda da cidade, do sofrimento e do prejuízo religioso, cultural, financeiro, social e patrimonial (BRITTO, 2017, p. 123).

Demonstrando que não houve um planejamento que considerasse as vivências daqueles moradores na sua realocação, fazendo com que laços antigos se perdessem, os participantes de pesquisa também citam que muitas pessoas que antes moravam na zona rural, mudaram-se para o centro das novas cidades, demonstrando que além das trocas de vizinhos, de bairro, de nomes de ruas, também houve a transformação de rural para o urbano.

Em estudo realizado por Lima (2011), mostra como moradores da Vila Miguel Eras na cidade de São José dos Campos - SP, tiveram um realocamento satisfatório,

já que ele se deu respeitando a memória de seus moradores, havendo reuniões para coletar as opiniões de como seria a melhor forma de se realizar o realocamento. Dessa forma os moradores puderam escolher (através de dinâmicas) quem seria os seus vizinhos e as ruas permaneceram com os mesmos nomes, mantendo quase que intacto as dinâmicas que haviam no outro local.

Seria essa a forma ideal de remoção a ser adotada pela administração pública? Essa resposta, só o tempo vai nos responder. Em suma, pelo índice de satisfação dos moradores da Vila Miguel Eras, com suas casas delimitadas, organizadas, e com a posse do título de propriedade, e pela tranquilidade da prefeitura em abordar o assunto, ceder materiais e entrevistas, nos parece que a política de remoção adotada pela prefeitura de São José dos Campos foi um sucesso (LIMA, 2011, p. 67).

Entretanto, houve menções sobre aspectos positivos para o deslocamento dos centros urbanos, como demonstra PP4 (2021):

Talvez se fosse para um outro lado, talvez o que é positivo, em termos de construção, foi que a qualidade das construções, melhoraram muito né? Pra estrutura da cidade melhorou muito, quero dizer, hoje por exemplo nós temos água tratada, 100% da água tratada, hoje nós temos praticamente 100% do esgoto, da coleta de esgoto na cidade né? Esse esgoto é tratado, entendeu? Então a parte de saneamento melhorou muito, porque na cidade velha era um... estruturas antigas né? Era uma rede de esgoto, quando tinha era uma rede de esgoto antiga, naquelas manilhas antigas, entendeu? A água não era tratada, sabe? Então por exemplo, se for pegar a parte de saneamento melhorou bem, as construções, são construções novas, mais novas, então, isso também melhorou muito né? (PP4, homem, jornalista, 61 anos, 2021)

PP6 (2021) também comenta sobre as alterações positivas que ocorreram em Natividade da Serra:

[...] Nisso foi bom, foi ótimo. Porque Natividade não tinha, Natividade velha não tinha. Não tinha água encanada, luz elétrica principalmente, tinha, mas era meio precário, não é como é agora, e... tem várias coisas, várias coisas que nesse termo aí foi bom. (PP6, homem, topógrafo, 56 anos, 2021)

Considerando os resultado de ambas pesquisas, seja a insatisfação dos deslocados de Natividade da Serra e Redenção da Serra com a ruptura e perda das suas manifestações culturais e laços familiares com os vizinhos e sua terra ou seja pela satisfação dos moradores de Vila Miguel Eras com suas novas moradias,

infraestrutura e permanência de seus vizinhos e nomes de ruas; percebemos que a melhor forma de realizar o deslocamento de moradores é primeiramente a comunicação entre instituição e moradores, para que estes possam compreender o processo a ser realizado e a partir disso junto às instituições responsáveis possam dialogar e colocar os pontos de principal importância para a comunidade e que elas sejam seguidas de forma que assegure a segurança, a memória/cultura e bem estar dos moradores deslocados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos aspectos analisados, com o auxílio das literaturas levantadas, percebe-se que a construção dos municípios e o modo de vivência das pessoas ali estabelecidas construiu entre moradores e o espaço um vínculo, entrelaçados com o modo de vida e suas memórias pessoais e familiares, considerando que as terras foram passadas de pais para filhos. Essa apropriação simbólica do lugar faz com que o processo de deslocamento dos moradores para um novo espaço afete diretamente a identidade cultural desses indivíduos. Com isso eles enfrentam um processo complicado de se identificar com o novo lugar e se adequar às novas demandas daquele espaço.

Com os dados levantados durante a pesquisa, percebeu-se que a ideia de se ter uma Hidrelétrica na junção do Paraitinga com o Paraibuna é antiga, se divagando em conversas ao longo de quarenta anos até chegar na concordância de se iniciar a construção, tendo como terreno escolhido as terras de várzea de Paraibuna-SP, Natividade da Serra - SP e Redenção da Serra - SP; sem considerar as opiniões dos cidadãos ou dos governantes municipais, uma vez que o momento era de ditadura civil-militar. Essa construção também ocasionou mudanças de planos e trâmites políticos para favorecer os interesses de empresas privadas, públicas e governos de Estados.

Ao entrar em comum acordo, Governo Federal e os estados de São Paulo e Rio de Janeiro principalmente e de Minas Gerais, no ano de 1978 chegou ao final a construção da Hidrelétrica Paraibuna, que tinha por principal função o controle da vazão de água do Rio Paraíba do Sul, produção energética, e para os municípios de Redenção da Serra e Natividade da Serra uma alavanca para o turismo em suas cidades, entretanto, os turistas não apareceram na quantidade ou volume que foi prometido.

Os nativenses e redencenses viram a inundação destruir e esconder por debaixo das águas as terras herdadas de seus antepassados, os locais das brincadeiras de infância, a casa construída com esforço, as plantações e criações que levaram anos de trabalhos, as festas religiosas e eventos culturais; em seus relatos lembram de todos os fatos e esforços e nos contam que restaram a eles são as lembranças e a esperança de guardá-las de alguma forma, para que suas terras natais não sejam esquecidas e que não se percam com o passar do tempo.

Com a experiência daqueles que foram deslocados para dar lugar a UHE de Paraibuna percebemos que o que mais os afetou foi a falta de informação, insegurança em relação ao futuro (principalmente financeiramente), e a perda de seus laços com a vizinhanças e eventos tradicionais. A falta de planejamento no momento do deslocamento, a falta de comunicação com aqueles moradores para compreender as principais necessidades que eles estavam enfrentando ou que temia enfrentar, fez com que as populações deslocadas enfrentam um luto por seu lugar perdido e falta de identificação com o novo espaço encontrado, e algumas vezes até mesmo preferindo para uma nova cidade em vez de permanecer naquela nova construção de cidade, muito mais impulsionado pelo sentimento de perda do que por ter opções melhores.

Todo o processo narrado nos faz perceber que as decisões tomadas partiam de um posicionamento autoritário, principalmente considerando que se tratava de um período civil-militar de nossa história, momento que as decisões eram realizadas sob um olhar de “cima para baixo”, em que as possíveis necessidades ditas nacionais estariam à cima das locais, tanto que os poucos movimentos organizados pelas cidades inundadas era de se prevalecer o município apesar do deslocamento, e não um enfrentamento direto contra a construção ou a inundação de suas terras.

Esse tipo de tomada de decisão não está somente em nosso passado, estando também no presente, o que ilustra isso é ainda a atividade de movimentos sociais como o MAB (Movimento dos Atingido por Barragens), que ainda lutam por mais legislação que os protejam e defenda de grandes obras que não consideram as populações locais.

A situação do Brasil dos “Atingidos por Barragens”, ganhou no ano de 2003, uma obra cinematográfica. Eliane Caffé (2003) dirigiu e produziu um filme nomeado: “Narradores de Javé”, em que o roteiro narra a história de uma cidade fictícia do interior baiano, nomeada Javé. A proposta do filme ilustra e dialoga muito bem com os acontecimentos em Natividade da Serra e Redenção da Serra; ao mostrar toda a movimentação dos moradores daquela pequena cidade em salvá-la da inundação, e para realizar tal feito, tentam comprovar a importância histórica do local. Entretanto, por apenas uma pessoa em todo povoado saber ler e escrever, fora incumbido de registrar a história do local que só havia como base a história oral dos mais velhos.

Os moradores ao entrar em diversas contradições acabam não conseguindo comprovar a importância histórica da cidade que acaba por se inundada. Apesar do

teor fictício do filme, ele ilustra a realidade de diversas cidades, não apenas brasileiras, mas de todo o mundo que sofreram inundações para a construção de hidrelétricas. Demonstrando que em muitas vezes não há um planejamento efetivo no deslocamento da população e na acolhida dela nos novos locais de vida, não há consideração por suas histórias, memórias e experiências, havendo pouca abertura do lado estatal/institucional para de diálogo com a população. Por isso, defende-se ao concluir essa dissertação uma proposta de Planejamento Urbano que considere e legitime em sua a ação de gestão as experiências e memórias daqueles (as) que são peças fundamentais para os territórios: os moradores.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas**: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - AGEVAP. **Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paraíba do Sul**: Resumo. Análise dos Impactos e das Medidas Mitigadoras que envolvem a Construção e Operação de Usinas Hidrelétricas Relatório Contratual - R-6 – Relatório Final. Rio de Janeiro: Fundação COPPETEC, 2007. Disponível em: <http://www.ceivap.org.br/downloads/PSR-RE-009-R1.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de velhos. São Paulo: Quatro Rodas, 1979.
- BRASIL. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Brasília: [s.n.], 1974.
- BRASIL. Decreto Nº 34.948, de 18 de janeiro de 1954. Outorga ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, concessão para derivar águas da bacia do rio Paraíba e Paraitinga distrito e município de Paraíba, para a vertente oceânica, no distrito e município de Caraguatatuba, Estado de São Paulo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1954.
- BRASIL. Ministério do Planejamento. **Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) 1964-1966**. Documentos EPEA, 1964.
- BRASIL. Decreto Nº 57.815, de 15 de fevereiro de 1966. Aprova as alterações introduzidas nos Estatutos da "A Piratininga" - Companhia Nacional de Seguros Gerais e Acidentes do Trabalho, inclusive mudança de denominação e aumento do capital social. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1966.
- BRASIL. Decreto Nº 68.331, de 09 de março de 1971. Atribui ao Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado de São Paulo, a responsabilidade pela realização de obras de regularização do rio Paraíba, no Estado de São Paulo, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1971.
- BRITTO, A. K. de C. **A cultura caipira sob as águas**: impactos culturais da construção do reservatório da UHE – Paraíba. 2017. 241f. Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Taubaté, 2017.
- CAFFÉ, Elliana (Direção). **Narradores de Javé**. 102 min., sonoro/colorido, Brasil: Lumiere / Vídeos, 2003.
- CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo: Editora do Instituto de Economia da Unicamp, 2007.

CENTRO DE MEMÓRIA DE PARAIBUNA. Acervo Digital: Walter Santos. CHÃO CAIPIRA. **Redenção da Serra**. Disponível em: <http://www.chaocaipira.org.br/midia/fotos?pag=2&p=Reden%C3%A7%C3%A3o%20da%20Serra>. Acesso em: 21 out. 2021.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisões - um sumário**. Londres: Earthscan, 2000

COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL - CEIVAP. **Análise dos Impactos e das Medidas Mitigadoras que envolvem a Construção e Operação de Usinas Hidrelétricas**. Relatório Final-PSR-009-R1. Relatório Contratual – R6. 2007. Disponível em: www.ceivap.org.br/downloads/PSR-RE-009-R1.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

COMPANHIA ENERGÉTICA DE SÃO PAULO – CESP. **Aspectos históricos, legais e obrigações das concessões**. Paraibuna: CESP, [201?].

FAERMAN, Henrique. Primeira hidrelétrica construída no Brasil deixa de operar para o SIN. **CanalEnergia**, 2020. <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53131200/primeira-hidreletrica-construida-no-brasil-deixa-de-operar-para-o-sin>. Acesso em: 13 dez. 2020.

FARIA, J. E. Folha Da Serra. **Paraibuna**, v. 3, n. 42, 1983.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994.

FELDMAN-BIANCO, B. Saudade, imigração e a construção de uma nação (portuguesa) desterritorializada. **Revista Brasileira de Estudos População**, v. 9, n. 1, p. 35-49, 1992.

FOSCHIERA, A. A. **Da Barranca do Rio para a Periferia dos Centros Urbanos: A Trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens Face às Políticas do Setor Elétrico no Brasil**. 2009. 344f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2009.

FRANCA, A. G. **Capitalismo Dependente e Limites do Planejamento Econômico no Brasil: Revisitando o Plano de Metas (1956 - 1961) e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975- 1979)**. 2018. 129f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

FREITAS, M.S.P; LOURENÇO, S. C.; PITTA, S.C. Saudade: um estudo etimológico. **Unitalo em Pesquisa**. 2014. Disponível em: <http://www.italo.com.br/portal/cepesq/revista-eletronica.html>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FROELICH, G. M. As matrizes ideológicas do II PND (1975-1979). **Pesquisa & Debate**, v. 18, n.1, p. 1-26, 2007.

FUNDAÇÃO CULTURAL BENEDICTO SIQUEIRA E SILVA. **[Inundação no centro urbano de Paraíbuna]**. Paraíbuna: Centro de Memória, 2018. [1 fotografia].

FUNDAÇÃO CULTURAL BENEDICTO SIQUEIRA E SILVA. **[A inauguração da Usina Hidrelétrica de Paraíbuna-SP (1978)]**. Paraíbuna: Centro de Memória, 2021. [1 fotografia].

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Paris: Biblioteca Vértice, 1968.

HALL, S. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**: Uma Pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. 17. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

IBGE. **Natividade da Serra**: População. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/natividade-da-serra/panorama>. Acesso em: 12 fev. 2021.

IBGE. **Natividade da Serra**: história. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/natividade-da-serra/historico>. Acesso em: 06 abr. 2021.

IBGE. Classificação e caracterização dos espaços rurais e urbanos do Brasil. **Estudos e Pesquisas Informação Geográfica**, n, 11, 2017.

IPHAN-SP – Casa de Patrimônio do Vale do Paraíba; BAZZANELLA, 2021
O primeiro módulo, traz uma apresentação do Turismo Social e como ele envolve a comunidade e a economia local, valorizando a cultura e o ambiente por meio de suas características e potencialidades, a partir do roteiro Chão Caipira, realizado pelo Instituto H & H Fauser em Paraíbuna. Facebook: <https://ptbr.facebook.com/sescsjcampos/videos/216424067256146/> Instagram: <https://www.instagram.com/tv/CWsyKF2FW2d/>

INSTITUTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO. **Aerofotos Oblíquas 1939/1940**. Disponível em: <http://www.igc.sp.gov.br/produtos/aerofotos.html>. Acesso em: 27 jan. 2022.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: Realizando Pesquisa Etnográfica Online. Porto Alegre: Editora Penso. 2014.

KÜHL, J. C. A. CESP. A COMEPA e o Alto Paraíba. **História da Energia Elétrica em São Paulo**, n. 5, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Paris: Éditions, 2000.

LEOPOLDI, M. A. P. A Economia Política do Primeiro Governo Vargas (1930 – 1945): a Política Econômica em Tempos de Turbulência. *In*: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. **O Brasil Republicano**. O Tempo do Nacional-Estatismo – do Início da Década de 1930 ao Apogeu do Estado Novo.” Livro 2. 2ª edição. Rio de Janeiro. 2007.

LIGHT. **Encaminhamento de cheias no Rio Piraí**: GTAOH/CEIVAP. Reunião de 12 de dez. 2016. [apresentação power point].

LIMA, de C. **Memória e Planejamento Urbano Vila Miguel Eras em São José dos Campos/SP**: elementos do passado no presente. 2011. 84f. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2011.

MAU BIO. **Redenção da Serra SP**: história, patrimônio e cultura. Disponível em: <https://maubio.blogspot.com/p/rdencao-da-serra-sp-historia-patrimonio.html?m=0> acessado em: 23 nov. 2021.

MONTARDO, S. P.; PASSERINO, L. M. Estudo dos Blogs a partir da Netnografia: Possibilidades e Limitações. **Renote**, v. 4, n. 2, 2006.

MORTATI, D. M. de A. N. **A Implantação da Hidreletricidade e o Processo de Ocupação do Território no Interior Paulista (1890-1930)**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

MORTATI, D. M. de A. N.; FERRÃO, A. M. de A. O papel das primeiras usinas hidrelétricas na urbanização do Estado de São Paulo. **REGA**, v. 11, n. 1, p. 75-88, 2014.

MOVIMENTO em Redenção tenta restauração da igreja matriz, símbolo da resistência cultura. **O Vale**. 2019. Disponível em: https://www.ovale.com.br/_conteudo/_conteudo/nossa_regiao/2019/06/81960-movimento-em-redencao-tenta-restauracao-da-igreja-matriz--simbolo-da-resistencia-cultural.html. Acesso em: 20 maio 2020.

MÜLLER, N. L. Bairros Rurais do Município de Piracicaba. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 43, p. 83-131, 1966.

NATIVIDADE DA SERRA. **Plano Diretor**. Lei n.º 706 de 22 de agosto de 2017.

NATIVIDADE DA SERRA. **Histórico**. Disponível em: <http://www.natividadedaserra.sp.gov.br/index.php/a-cidade/historico>. Acesso em: 30 nov. 2018.

OLIVEIRA, B. S. S. de; MOREIRA, W. O. **História e impactos sociais causados pela construção da represa dos rios Paraibuna e Paraitinga, em Paraibuna-SP**. Monografia apresentada à Feira Brasileira de Ciências e Engenharia – 12ª FEBRACE. Paraibuna. 2014.

PENNA, L. A. **República Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. v. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, 1992.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural-cidade. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

REDENÇÃO DA SERRA. **História de Redenção da Serra**: Vila de Santa Cruz do Paiolinho. Paraibuna: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, turismo e cultura, 2018.

REDENÇÃO DA SERRA. <https://www.redencaodaserra.sp.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2020.

REDENÇÃO DA SERRA. **Galeria de fotos**. 2021a. Disponível em: www.redencaodaserra.sp.gov.br/galeriadefotos. Acesso em: 06 abr.2021.

REDENÇÃO DA SERRA. **História do município**. 2021b. Disponível em: www.redencaodaserra.sp.gov.br/galeriadefotos. Acesso em: 06 abr.2021.

REDENÇÃO de todos os tempos. **Facebook**: @redencaodetodosostempos. Disponível em: <https://www.facebook.com/redencaodetodosostempos/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

REDENÇÃO de todos os tempos. **[Antigo Coreto da Praça Matriz]**. Facebook: @redencaodetodosostempos. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/redencaodetodosostempos/photos/1603083239702260>. Acesso em: 23 jun. 2021.

RESGATANDO a história de Natividade da Serra. **A formação do povoado Natividade da Serra**. Facebook: @NatividadedaSerra. 2014 Disponível em: <https://www.facebook.com/NatividadedaSerra/photos/711430902267379/>. Acesso em: 23 jun. 2021.

RESGATANDO a história de Natividade da Serra. **Facebook**: @NatividadedaSerra. Disponível em: https://www.facebook.com/NatividadedaSerra/?ref=page_internal. Acesso em: 23 jun. 2021.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 5.ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Editora Record: São Paulo, 2006.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

SIDRA. Sistema IBGE de Recuperação Automática. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>. Acesso em: 26 abr. 2022.

SOARES; V. M. **Aspectos Físicos e Químicos do complexo de represas Paraibuna-Paraitinga**. 2011. 234 f. Dissertação (mestrado) - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, São Paulo, 2011.

TÖNNIES, F. **Comunidad y Sociedad**. Buenos Aires: Losada, 1947.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (organizadores). **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999

VILLAÇA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v. 25, n. 71, 2011.

VINUTO, J. A Amostragem em Bola de Neve na Pesquisa Qualitativa: Um Debate em Aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014.

ANEXO A: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Dados de identificação

Título do Projeto: LUGAR E MEMÓRIA: ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOESPACIAL DO DESLOCAMENTO DOS MORADORES DAS CIDADES DE NATIVIDADE DA SERRA E REDENÇÃO DA SERRA EM 1973-74

Pesquisadora Responsável: Débora Antunes Pereira

Equipe executora: Débora Antunes Pereira; Valéria Regina Zanetti, Lidiane Maria Maciel.

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade do vale do Paraíba (UNIVAP)

Telefones / E-mails para contato: (12) 3947-1000 / Ramal 1114 e (12) 99798-6258 – deborah08@gmail.com

Nome do participante: _____ R.G.

Idade: _____ anos Telef. ou e-mail de contato: _____ CÓDIGO: _____

O (A) Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa que tem como tema/título: LUGAR E MEMÓRIA: ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOESPACIAL DO DESLOCAMENTO DOS MORADORES DAS CIDADES DE NATIVIDADE DA SERRA E REDENÇÃO DA SERRA EM 1973-74, de responsabilidade da pesquisadora Débora Antunes Pereira. Este estudo tem por objetivo recolher as memórias de pessoas que vivenciaram os impactos do processo de represamento dos municípios de Natividade da Serra e Redenção da Serra, para instalação de usina hidrelétrica na década de 1970. Esperamos, com esta pesquisa, não só fornecer meios de entendimento do sentido da permanência da ligação dos moradores com os espaços submersos por meio do estudo da memória, como contribuir com possibilidades de se pensar deslocamentos ou transposições de população de forma menos traumática e mais humanizada, considerando as memórias dos moradores como substratos de sua relação com os espaços.

Dependendo da sua preferência, as entrevistas podem ser coletadas presencialmente ou por meio virtual, nesse último caso, com o auxílio do recurso do Zoom. Sua participação consistirá em responder questões no formato de uma entrevista dialogada em que serão feitas nove questões semiestruturadas. Os links serão encaminhados individualmente para cada participante, e será de conhecimento exclusivo dos envolvidos nessa entrevista. Junto com o link para a reunião será enviada uma via deste documento para o (a) senhor (a) ler antecipadamente e assinado pela pesquisadora. Nas entrevistas presenciais, será pedida a assinatura em duas vias. Recomenda-se ao (a) senhor (a) guardar uma via deste documento. Nas duas modalidades de entrevistas, as reuniões serão gravadas e terão a presença unicamente da pesquisadora e do participante. Não realizaremos a entrevista caso não permita a gravação. No início da entrevista, o TCLE será lido para que o senhor (a) possa tirar dúvidas.

Durante a sua participação podem ocorrer quebra de sigilo, desconforto, constrangimento ou ansiedade relacionada ao processo de resposta das perguntas em que pode vir à tona sua memória afetiva e posições políticas. Para minimizar esses riscos, utilizaremos códigos para manter preservada a sua identidade; realizaremos a

entrevista de maneira tranquila, atenciosa e calma em que você poderá realizar pausas caso julgue necessárias e recusar a responder às perguntas caso haja incômodo/desconforto de qualquer natureza. A entrevista será realizada em local reservado, ou onde o/a senhor (a) se sentir confortável e seguro. As entrevistas presenciais serão realizadas com os devidos cuidados sanitários, com uso de máscaras, em ambiente arejado e com distanciamento de no mínimo 150 cm. Se o senhor escolher a modalidade de entrevista virtual, será encaminhado no seu e-mail o TCLE, que deverá ser assinado e encaminhado ao e-mail da pesquisadora. A entrevista só será realizada depois da assinatura desse TCLE.

Para as reuniões de videochamadas, o(a) senhor(a) receberá um link que dará acesso à sala de reunião individual e será habilitada a sala de espera, para evitar o acesso de pessoas estranhas na reunião. Antes de começarmos a entrevista, o TCLE será lido na íntegra para que o(a) senhor(a) tenha ciência do estudo, de sua participação, bem como das perguntas e dos riscos da pesquisa ou para esclarecer quaisquer dúvidas. Só depois de sua autorização é que a entrevista será gravada.

Garantimos o sigilo e a confidencialidade das informações que o(a) senhor(a) fornecer e a sua privacidade. A qualquer momento o(a) senhor(a) pode se recusar a participar e se retirar da pesquisa, sem constrangimentos, penalidades ou qualquer prejuízo. As informações e materiais obtidos nesta pesquisa não poderão ser utilizados para outras finalidades que não sejam a desta pesquisa científica.

Todos os gastos decorrentes da participação nesta pesquisa, caso ocorram, serão imediatamente e integralmente ressarcidos, incluindo gastos do participante e de quem o acompanhe. No caso de eventual dano, imediato ou tardio, decorrente desta pesquisa, você também tem direito de ser indenizado pelo pesquisador bem como a ter assistência gratuita, integral e imediata, pelo tempo necessário.

Sempre que desejar, você poderá entrar em contato para obter informações sobre este projeto de pesquisa, sobre sua participação ou outros assuntos relacionados à pesquisa, com o (a) pesquisador (a) responsável ou equipe executora pelos telefones (12) 3947-1000 / Ramal 1114 ou (12) 99798-6258 – deborah08@gmail.com. Você também pode entrar em contato com o CEP – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), corresponsável por garantir e zelar pelos direitos do participante da pesquisa, pelo telefone (12) 3947-1111, pelo e-mail cep@univap.br ou pessoalmente na Av. Shishima Hifumi, 2911, Urbanova – Bloco 11 – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento II, sala 19, de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h.

Este termo está elaborado em duas vias, rubricadas em todas as suas páginas e assinadas, ao seu término, pelo participante da pesquisa e pelo pesquisador, sendo uma das vias entregue ao participante.

Eu, _____, fui informado e concordo em participar, voluntariamente, do projeto de pesquisa acima descrito.

_____, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do participante

Nome e assinatura do pesquisador

Testemunha

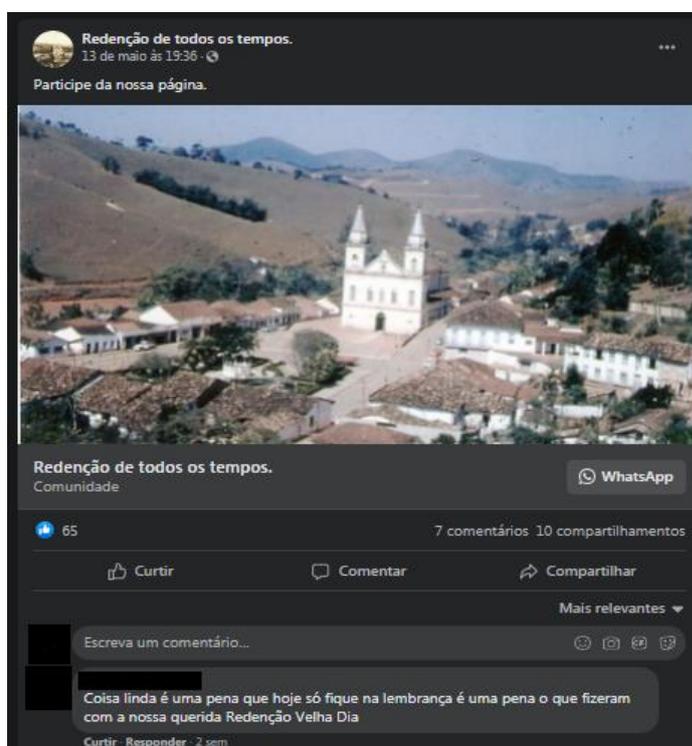
Testemunha

Este Termo de Consentimento Livre Esclarecido deve ser impresso em duas vias, sendo uma via entregue ao participante da pesquisa e outra arquivada pelo pesquisador. Em caso de mais de uma página, todas as páginas devem ser rubricadas pelo pesquisador e pelo participante.

ANEXO B: ROTEIRO DE PERGUNTAS

Entrevista para a pesquisa: LUGAR E MEMÓRIA: ANÁLISE DO IMPACTO SOCIOESPACIAL DO DESLOCAMENTO DOS MORADORES DAS CIDADES DE NATIVIDADE DA SERRA E REDENÇÃO DA SERRA EM 1973-74

1. Onde morava antes da construção da represa?
2. Como você e sua família ficou sabendo da construção da barragem e que, por conta disso, teriam que se deslocar?
3. Com relação à transição de um lugar para o outro, todos os moradores saíram do local ao mesmo tempo ou o espaço foi se esvaziando aos poucos?
4. Sua família se mudou para a atual cidade (Natividade da Serra/Redenção da Serra) ou preferiram outro local?
5. Há algo que tinha na antiga cidade que você gostaria que tivesse na atual?
6. Conseguiria apontar pontos positivos e negativos referentes à construção da barragem?
7. Como você definiria a sua relação com a cidade submersa? E com a atual cidade?
8. Quando morava na cidade submersa, a sua profissão era diferente da atual? Se sim, como foi a transição de um ofício para o outro?
9. Para você, como seria a forma ideal de transposição de moradores por determinação pública?

ANEXO C: PÁGINA REDENÇÃO DE TODOS OS TEMPOS 01

ANEXO D: PÁGINA REDENÇÃO DE TODOS OS TEMPOS 02

 **Redenção de todos os tempos.**
26 de abril de 2020 · 🌐

Nossos agradecimentos aos alunos do Curso de Engenharia Civil da Faculdade Anhanguera Educacional, por nos ajudar a preservar e a divulgar nossa história.
Redenção da Serra SP



YOUTUBE.COM
Fotos Antigas de Redenção da Serra ICSCP Ana Neri parte 3

👍❤️ 70 8 comentários 21 compartilhamentos

👍 Curtir 💬 Comentar ➦ Compartilhar

Mais relevantes ▾

Escreva um comentário...

Minha tbm amo
Curtir · Responder · 1 a

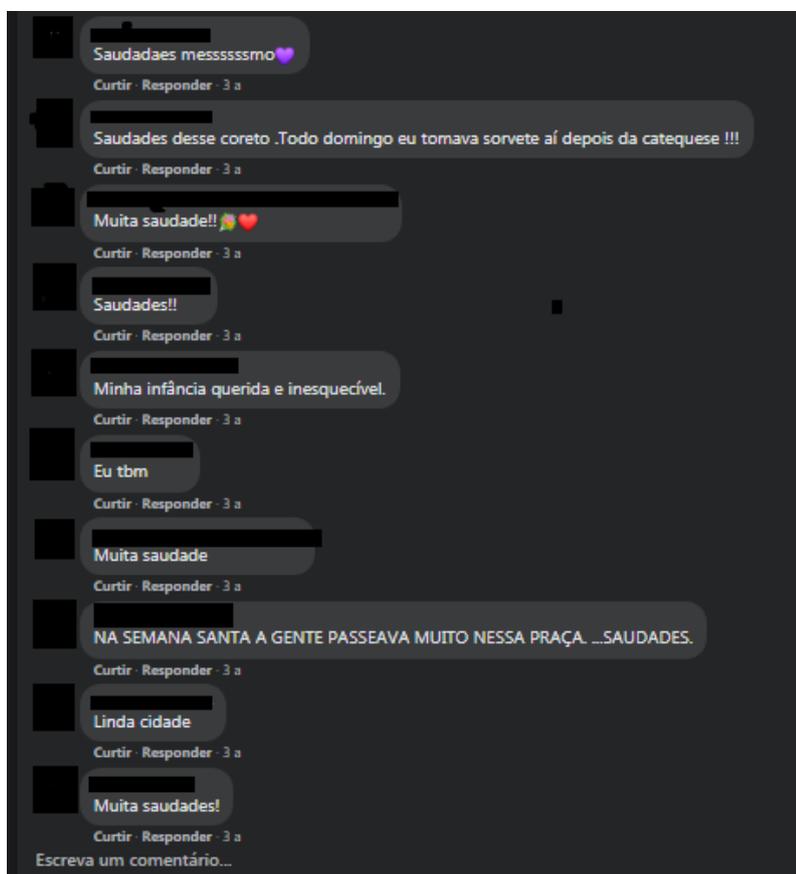
Saudades da minha terra redenção querida
Curtir · Responder · 1 a

ANEXO E: PÁGINA REDENÇÃO DE TODOS OS TEMPOS 03



ANEXO F: PÁGINA REDENÇÃO DE TODOS OS TEMPOS 04

Comentários relativos ao Coreto da antiga cidade.

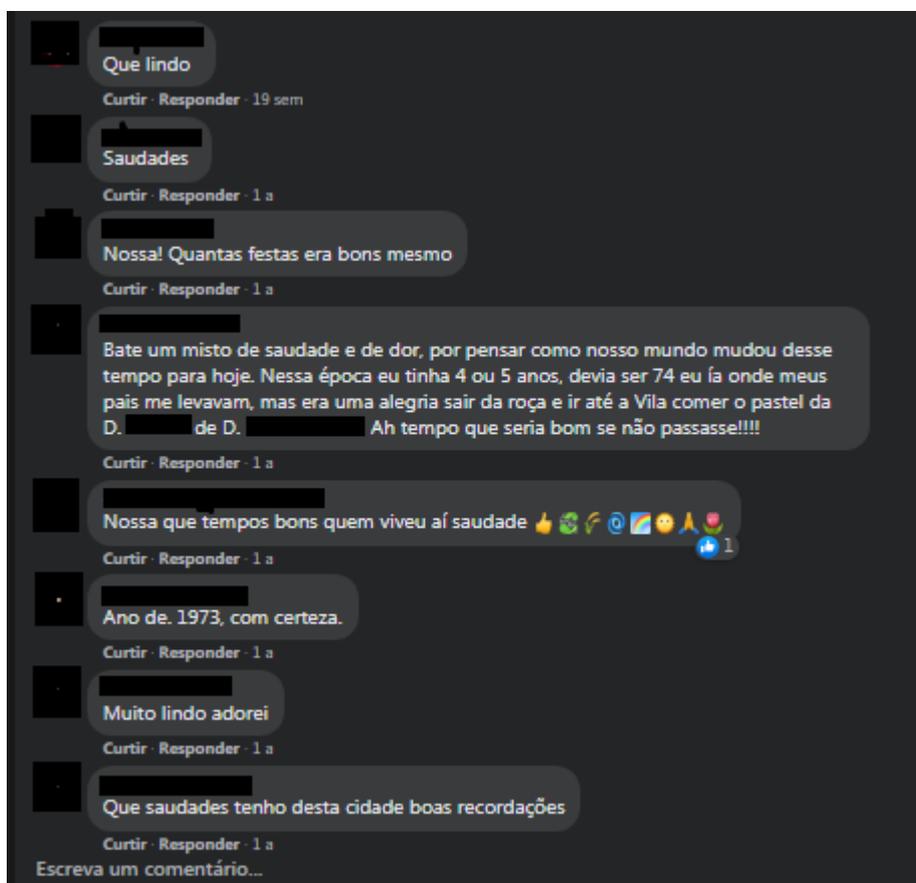


ANEXO G: PÁGINA REDENÇÃO DE TODOS OS TEMPOS 05



ANEXO H: PÁGINA REDENÇÃO DE TODOS OS TEMPOS 06

Comentários referentes ao um vídeo da festa da cidade da década de 1970



ANEXO I: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 01

Resgatando a História de Natividade da Serra -SP
23 de março

Prato e xícara, comprados na Loja da [redacted] na Vila Velha. Ambos foram comprados no mesmo dia, e doados pela [redacted] sua mãe, dona [redacted] no dia das Mães em 1972. Olhem a perfeição que se encontram hoje!



64 8 comentários 3 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

Mais relevantes

Escreva um comentário...

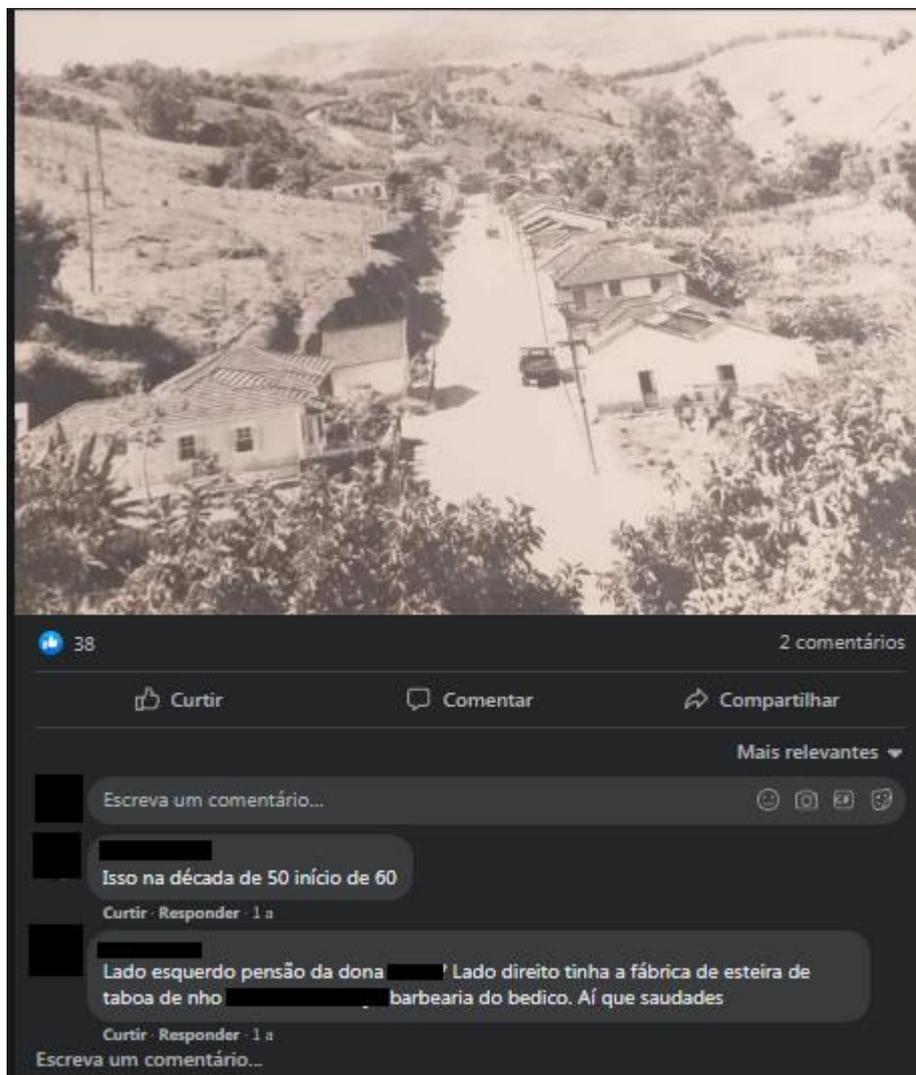
Na casa da minha avó tinha umas xícaras dessa. Lembrança de Natividade da serra. Minha mãe também tinha.

Curtir Responder 1

Tenho umas canecas também... Sinto falta, visitantes chegam em Natividade e não tem chaveiros, canecas, suporte de chaves, essas coisinhas... Que tipo um visitante possa levar de recordação da cidade... Bom se voltasse a ter mais produtos

ANEXO J: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA-SP

02



ANEXO K: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 03;

Comentários referentes às fotos de demolição da Igreja Matriz e casas ao redor



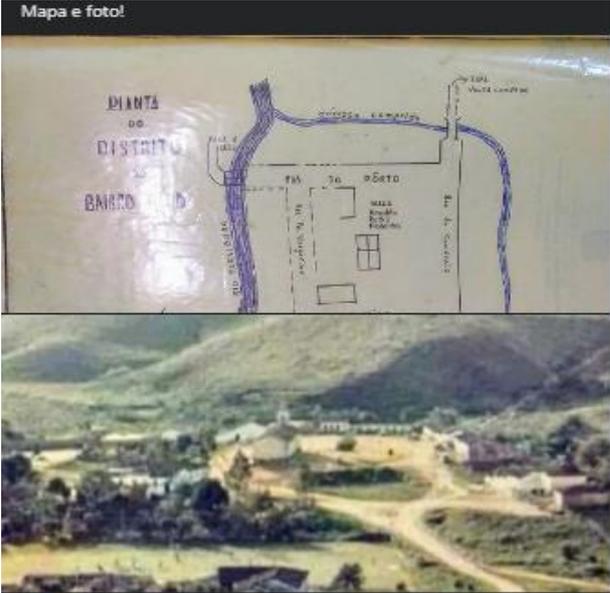
ANEXO L: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 04;

Comentários referentes a fotos das ruínas de Natividade da Serra durante a crise hídrica 2014/15



ANEXO M: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 05

Mapa e foto!



53 9 comentários 16 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

Mais relevantes ▾

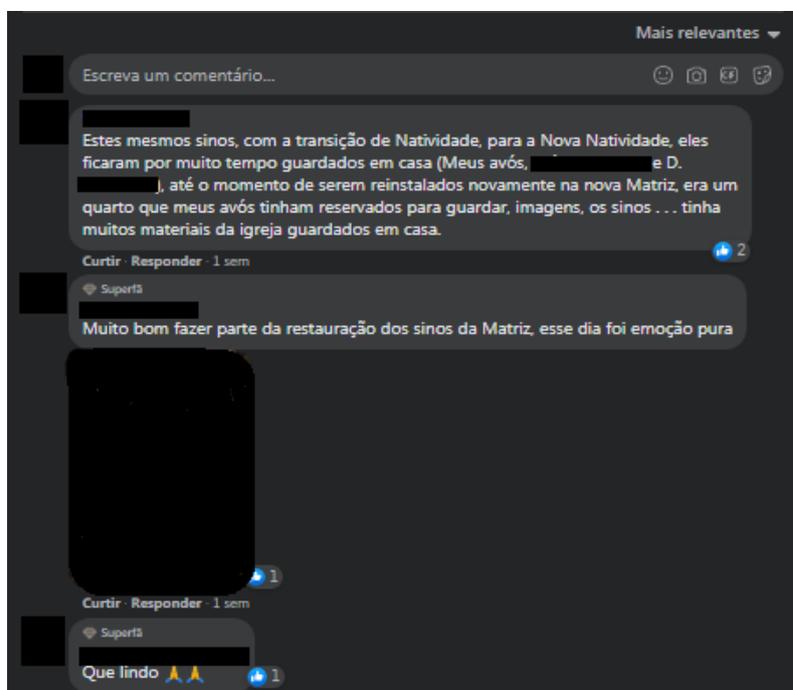
Escreva um comentário...

Bairro Alto velho era lindo!
Muitas saudades...desse lugar. Era espaçoso tinha poucas casas, o novo também é lindo, mas para quem conheceu o antigo nunca esquece.

Curtir Responder 8 sem

ANEXO N: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 06;

Comentários sobre os antigos sinos da antiga Matriz



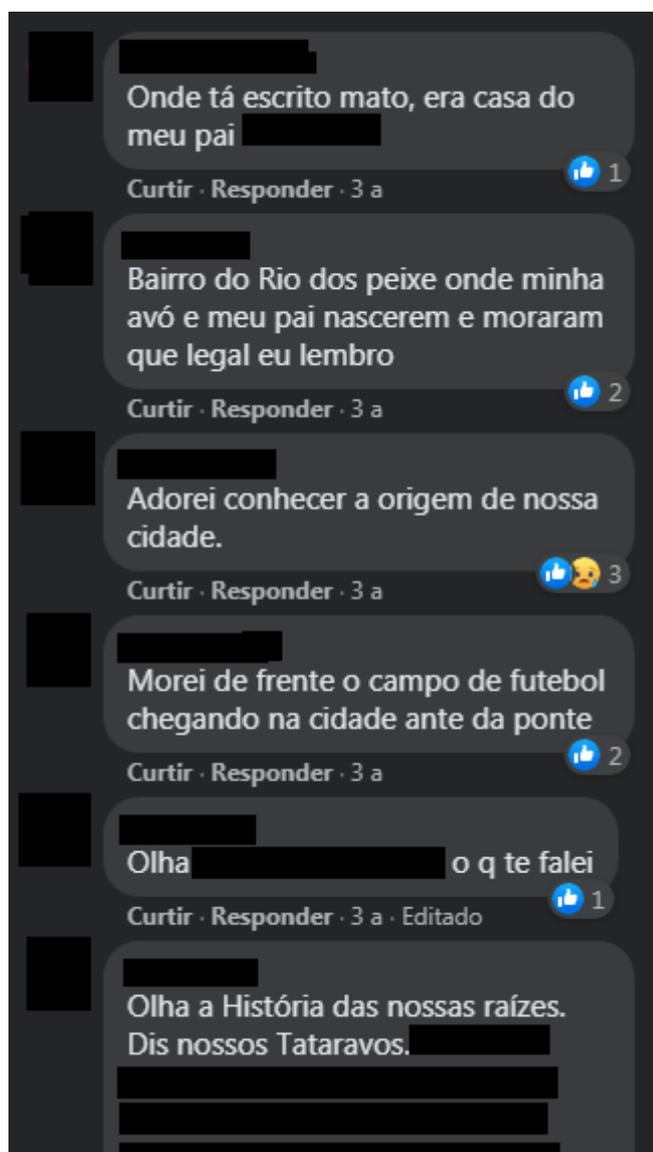
ANEXO O: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 07;

Comentários referentes às pequenas enchentes causadas pelas cheias do rio.



ANEXO P: PÁGINA RESGATANDO A HISTÓRIA DE NATIVIDADE DA SERRA - SP 08;

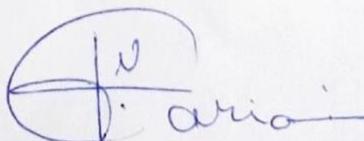
Comentários sobre um pequeno mapa de Natividade da Serra antes da Inundação



ANEXO Q: AUTORIZAÇÃO INSTITUTO PAIOLINHO**Autorização**

Eu Ana Néri do Carmo de Faria, presidente do Instituto Paiolino, declaro para devidos fins que autorizo a utilização da entrevista realizada no ano de 2013 com o ex-prefeito Drº Neymar Neves de Azevedo pelo Instituto Paiolino para fins acadêmicos à Débora Antunes Pereira.

Paraibuna, 27 de janeiro de 2022.

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized circular mark followed by the name 'Faria'.

Presidente Ana Néri do Carmo Faria